

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Tabata Pastore Tesser

Entre terços e palanques:
ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal

MESTRADO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

São Paulo

2022



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Tabata Pastore Tesser

Entre terços e palanques:

ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal

Mestrado em Ciência da Religião

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciência da Religião, sob orientação da Profa. Dra. Maria José Fontelas Rosado-Nunes.

São Paulo

2022

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

T338 Tesser, Tabata Pastore
Entre terços e palanques: ativismos de deputadas
católicas antifeministas na Câmara Federal. / Tabata
Pastore Tesser. -- São Paulo: [s.n.], 2022.
136p. il. ; 21 cm.

Orientadora: Maria José Fontelas Rosado-Nunes.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Ciência da Religião.

1. Câmara Federal. 2. Antifeminismos. 3.
Catolicismos. 4. Neoconservadorismos. I. Rosado
Nunes, Maria José Fontelas. II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de
Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião. III.
Título.

CDD

TESSER, Tabata Pastore. Entre terços e palanques: ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal. Orientadora: Maria José Fontelas Rosado-Nunes. 2022. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovada em 19/05/2022

Banca Examinadora

Profa. Dra Brenda Maribel Carranza Dávila (LAR/UNICAMP)

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr Fernando Torres-Londoño (PUC/SP)

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Profa. Dra Maria José Fontelas Rosado-Nunes (PUC/SP)

Assinatura: _____ Julgamento: _____

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - 88887.513027/2020-00.”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – 88887.513027/2020-00.”

AGRADECIMENTOS

Em a “cartilha da cura” a poetisa carioca Ana Carolina César (2016) escreveu que “as mulheres e as crianças são as primeiras que desistem de afundar navios.” Gostaria de agradecer aquelas e aqueles que não deixaram este navio naufragar e me motivaram para seguir, mesmo diante de tempestades e dilúvios, navegando.

À minha mãe, minha matriarca e dona dos melhores conselhos, Elaine Pastore, que carrega na sua história e no genes de minha avó, Maria Reiter, a incompreensão com as injustiças. Às minhas irmãs Fernanda Tesser e Victória Tesser, que tudo possamos fazer para que nunca duvidem de nossas palavras. Aos meus irmãos Lucas Tesser, Gabriel Tesser e Ryan Tesser, pela compreensão das ausências durante a escrita, um imenso obrigada por todas as risadas. Ainda bem que a gente tem a gente.

Ao Matheus Trevisan, namorado, noivo e futuro marido e pai dos(as) nossos(as) filhos(as). Companheiro sensível que escolhi para partilhar a vida, os sonhos e as utopias. Obrigada por ceder seu colo quando esta marinheira queria naufragar. Obrigada por cada leitura, sugestão e correção neste texto. Agradeço também à família Pinheiro Trevisan (Nazaré, Armando, Guilherme e Lola) que, na pandemia, me acolheram durante a escrita do projeto de pesquisa. Que venha o futuro.

À Zeca Rosado, minha orientadora, marinheira experiente que, com seu brilhantismo e escuta, me propôs o desafio de navegar em novos mares. Obrigada por não soltar minha mão e por dar sentido a esse mundo tão desajustado para nós mulheres.

À Brenda Carranza, que, entre orquídeas, congressos e viagens, fez florescer uma linda amizade com muito afeto e confiança. Obrigada por não deixar esse navio afundar e por me apresentar novos continentes teóricos.

À Gisele Pereira, amiga, confidente das angústias e que navegou esse mar comigo. Obrigada pelos inúmeros áudios, conselhos, surtos e conversas. Olho para trás e percebo que ao seu lado (e com você!) tudo foi mais leve.

Às Católicas pelo Direito de Decidir, que devolveram pra mim, em meio aos dilúvios religiosos, a esperança como práxis política. Isso só foi possível, certamente, pela compreensão, apoio e motivação de vocês. A todas que seguem marchando por um mundo sem violências e que detêm a estranha mania de ter fé na vida.

Ao Grupo de Pesquisa Gênero, Religião e Política (GREPO) pelas inquietações coletivas e os *insights* mais provocadores que iluminaram esta pesquisa. Obrigada por

serem ponto fora da curva nessa maré predominantemente masculina. Às marinheiras: Manuela Ribeiro, Terezinha Matos, Eliane Nunes, Olívia Bandeira, Carla Angelini e Olívia Santana. As(aos) amigas(os) do surto coletivo acadêmico: Ícaro Matias, Gisele Cristina, Bárbara e Carla Angelini.

Ao FICAS, organização que me acolheu de braços abertos para defender um mundo mais justo e humano. Obrigada Andreia Saul, Patrícia Cunningham, Bira Azevedo e Raquel Catalani.

Às pesquisadoras-marinheiras com quem conversei nesse percurso em consultas sobre o sentido e as provocações dessa pesquisa. Vocês me inspiram: Beatriz Sanchez, Camila Galletti, Simony dos Anjos, Simone Jorge e Jéssica Rivetti.

Ao Grupo de Pesquisa sobre Sionismo Cristão, que me fortaleceu neste processo: Joanildo Burity, Maria das Dores Campos-Machado, Paul Freston, Cecília Mariz e Brenda Carranza.

À Comissão Organizadora das Jornadas Religiosas promovidas pela *Asociación de Cientistas Sociales de la Región del Mercosur* (ACSRM), nosso saudoso *petit comité*: Rodrigo Toniol, Lucas Bacetto e Brenda Carranza.

À Frente Parlamentar Feminista Antirracista, referência de espaço popular. Obrigada pelas discussões políticas e reflexões coletivas sobre o papel das mulheres feministas antirracistas na política. Orgulho de construir este espaço.

À Pastoral da Juventude, espaço sociopolítico que formou minha trajetória pessoal, profissional e religiosa. Em meio a tantos ataques e tempestades, ela segue *online* e roteando a Civilização do Amor.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Às professoras Maria José Rosado-Nunes e Suzana Ramos Coutinho e aos professores Fernando Torres-Londoño, Frank Usarski, Ênio José Brito, Wagner Sanchez, Edin Abumanssur, João Décio, Silas Guerreiro, Everton Maraldi e Eduardo Cruz.

À Fundação São Paulo (FUNDASP) pelo apoio.

Por que sou levada a escrever?

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

– *Gloria Anzaldúa, 1980, p. 232*

Até a publicação desta dissertação, ainda não se sabe quem mandou matar Marielle Franco e por que.

TESSER, Tabata Pastore. *Entre terços e palanques*: ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal. Orientadora: Maria José Fontelas Rosado-Nunes. 2022. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

RESUMO

A presente dissertação analisou os ativismos institucionais das deputadas federais Carla Zambelli (PSL-SP) e Chris Tonietto (PSL-RJ), católicas, autoidentificadas antifeministas e que foram eleitas para a Câmara Federal na 56ª legislatura (2019-2023). Através do estudo em torno de antifeminismos contemporâneos ocidentais (Bonet-Marti, 2020) identificou-se como os vínculos religiosos das deputadas se expressavam na agenda parlamentar antigênero. Por meio do método ciberetnográfico, a pesquisa analisou as publicações das redes sociais – Facebook e Instagram – das deputadas. A seleção dos conteúdos decorreu de critérios temáticos que envolvem a agenda antigênero e, observou-se uma possível movimentação de grupos neoconservadores católicos na potencialização de candidaturas antifeministas. Com a eleição presidencial de Jair Bolsonaro, setores católicos ultraconservadores oportunizaram na candidatura das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto uma atualização do repertório antigênero católico através do uso intensivo das redes sociais. Ao identificar as aproximações e distanciamentos entre os ativismos das deputadas, reconhecemos o papel central que a discussão dos Planos de Educação cumpriu em suas trajetórias. No espectro da direita católica, foi possível observar que as deputadas antifeministas guiadas por uma religiosidade neoconservadora destinaram emendas parlamentares no financiamento de políticas de Estado com objetivo de institucionalizar a expressão “*ideologia de gênero*”.

Palavras-chave: Câmara Federal; Antifeminismo de Estado; Catolicismos; Neoconservadorismos; Gênero.

ABSTRACT

This dissertation examines the institutional activism of two congresswomen, Carla Zambelli (PSL-SP) and Chris Tonietto (PSL-RJ), catholics, self-identified anti-feminists, who were elected for the House of Representatives for its 56a legislature (2019-2023). Focusing on the study of western contemporary anti-feminisms (Bonet-Marti, 2020), it managed to identify how their religious links were articulated in an anti-gender parliamentary agenda. Applying the cyberethnographic method, this research has examined these congresswomen's posts on social media – Facebook and Instagram. The selection of data was based on thematic criteria concerning anti-gender agenda, and it was possible to note a potential movement of catholic neoconservative groups in strengthening anti-feminist candidacies. With the election of Jair Bolsonaro for president, ultra-conservative catholic groups, with the candidacies of Carla Zambelli and Chris Tonietto, update of the catholic anti-gender repertoire through the intensive use of social media. Identifying the similarities and differences between these congresswomen's activism, it was possible to identify the central role that the debate over Education Plans played in their path. In relation to the catholic right's spectrum, it was possible to notice that these anti-feminist congresswomen, guided by a neoconservative religiosity, destined parliamentary amendments in the financing of State policies in order to institutionalize the expression '*gender ideology*'.

Keywords: House of Representatives; State-Antifeminism; Catholicisms; Neoconservatism; Gender.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE FIGURAS	15
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	16
Introdução	17
Capítulo 1: Problema de pesquisa: antifeminismos e neoconservadorismos	23
1.1. Agências católicas conservadoras e a disputa dos feminismos	33
1.2. Antifeminismo: mobilizador público contra mulheres na política	39
1.3. “Bíblia do antifeminismo” e as intelectuais orgânicas antigênero	48
Capítulo 2: As trajetórias das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto	61
2.1. Deputada Carla Zambelli: conservadora, casada e mãe	67
2.2. Ofensiva antigênero: Damares Alves e o agronegócio católico	75
2.3. Deputada Chris Tonietto: a católica tradicional na Câmara Federal	90
2.4. “O Estado é laico, mas eu não sou ‘laica’. Eu sou católica!”	96
Capítulo 3: Aproximações e distanciamentos entre as deputadas católicas	107
3.1. Emendas parlamentares	123
3.2. Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos (MFMDH)	124
Considerações Finais	129
Referências Bibliográficas	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Personalidades com venda de livros no CEDET

Tabela 2: Perfil das parlamentares Carla Zambelli e Chris Tonietto

Tabela 3: Emendas parlamentares destinadas pela Deputada Federal Carla Zambelli (PSL-SP) e Chris Tonietto (PSL-RJ) para o MFMDH, LOA 2020-2022

Tabela 4: Eventos externos ao horizonte parlamentar *stricto sensu* e que contaram com a participação das três deputadas (Ana Campagnolo, Carla Zambelli e Chris Tonietto)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Deputada Carla Zambelli fazendo trança na deputada Chris Tonietto no Plenário da Câmara Federal. Reprodução// Lula Marques	62
Figura 2: Sara Winter e Carla Zambelli em protesto do grupo Fémen. Reprodução// Twitter	69
Figura 3: Reprodução// Facebook Carla Zambelli	74
Figura 4: Reprodução// Facebook Carla Zambelli	74
Figura 5: Reprodução// Facebook Carla Zambelli	74
Figura 6: Reprodução// Facebook Carla Zambelli	74
Figura 7: Reprodução// Facebook Carla Zambelli	89
Figura 8: Reprodução// Facebook Carla Zambelli	89
Figura 9: Reprodução// Facebook Chris Tonietto	98
Figura 10: Reprodução// Facebook Chris Tonietto	98

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANAJURE	Associação Nacional de Juristas Evangélicos
ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
CLACLAJ	Consortio Latinoamericano contra el Aborto Inseguro
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CDB	Centro Dom Bosco
CDD	Católicas pelo Direito de Decidir
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Campanha da Fraternidade
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DEM	Democratas
DSDR	Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
EC	Emenda Constitucional
IC	Igreja Católica
IPCO	Instituto Plínio Corrêa de Oliveira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JMJ	Jornada Mundial da Juventude
JUC	Juventude Universitária Católica
LGBTIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos ¹
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MMFDH	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
ONGs	Organizações Não Governamentais
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PJ	Pastoral da Juventude
PL	Projeto de Lei
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
RCC	Renovação Carismática Católica
TL	Teologia da Libertação

¹ Partindo da definição da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) a sigla refere-se às “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras pessoas discriminadas em razão de sua orientação sexual e/ou sua identidade de gênero (minorias sexuais e de gênero)” (ANTRA, 2020).

Introdução

“Menos flexão de joelho e mais flexão de gênero” foi a frase que protestava, solitariamente, em um cartaz durante a Tenda das Juventudes na Paróquia Santa Bernadete no Rio de Janeiro. O evento de iniciativa da Pastoral da Juventude² (PJ) acolhia jovens como parte da programação da Jornada Mundial da Juventude³ (JMJ) promovida em 2013 no Brasil. Não sei quem foi que a escreveu, mas me marcou aquele protesto em um pano branco, assemelhando-se a um lençol rasgado, com as escritas em vermelho e preto. Ao fazer um resgate mental do ocorrido, percebi que foi a primeira vez que apreciei a palavra “gênero” de forma mais desconfiada. Posso afirmar, à luz das hermenêuticas feministas, que a suspeita feminista daquele protesto apócrifo inspira essa pesquisa sobre Gênero, Religião e Poder.

Nove anos depois, quando resgatei a programação da Tenda das Juventudes, pude compreender melhor o tom do protesto. Foram painéis que reuniram católicos(as) para abordarem temas como economia, comunicação, cultura, tráfico humano e meio ambiente a partir da realidade das juventudes. Os oito painéis que reuniram mais de 400 jovens durante três dias não citavam gênero, violência contra as mulheres, mulheres ou Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR) em suas chamadas. As fotos no arquivo do *Facebook* da Pastoral da Juventude Nacional em memória ao evento confirmam que a maioria dos palestrantes eram homens e brancos.

Depois de leituras e vivências no catolicismo progressista e feminista, enxergo o protesto como a parábola do *bode na sala* da Teologia da Libertação Católica. O gênero⁴ e sua representação político-discursiva atua como um dispositivo de incômodo eclesial para determinados setores da Igreja Católica (IC). As disputas e tensões em torno do que representa o gênero, expressam os dilemas pastorais, as preocupações políticas e inquietudes teológicas que ainda permanecem em curso no interior da igreja.

² Compreende-se pelo grupo Pastoral da Juventude (PJ) um organismo católico de juventudes que a partir dos anos 70 se expandiu no Brasil após a Conferência Episcopal Latino-americana de Puebla (1979). A “PJ” como é (re)conhecida, se orienta pela eclesiologia da Teologia da Libertação (TL) e organiza grupos de jovens católicos nos cinco cantos do país através da pedagogia popular do ver, julgar, agir, rever e celebrar.

³ Primeira Jornada Mundial da Juventude do papado de Francisco (Jorge Mario Bergoglio), o 266º Papa da Igreja Católica. O evento ocorreu entre 23 a 28 de julho de 2013 no Rio de Janeiro e reuniu 3,7 fiéis no evento cujo lema foi “Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações!” (Mateus 28:19).

⁴ Conceito de gênero compreendido enquanto uma categoria de “caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias de feminilidade e masculinidade” (PISTICELLI, 2009, p. 119).

O protesto sintetiza o fato de que a agenda que envolve o gênero também perturba setores do catolicismo progressista que, genuinamente são compreendidos como campos mais receptivos às abordagens emancipatórias em defesa da igualdade. É o gênero, suas configurações e demandas sociais, em disputa política na Igreja Católica e na contemporaneidade.

O protesto na Tenda das Juventudes revela uma tensão específica do campo teológico progressista católico, lido socialmente como setores teologicamente de esquerda. Nesta pesquisa busquei refletir sobre as tensões provocadas pelo gênero, suas configurações e demandas sociais, colocando a lupa em outro ângulo de análise: no campo neoconservador católico. Inicialmente, reconhecendo as convergências, divergências, diversidades e especificidades dos múltiplos setores e grupos que compõem essa grande amálgama milenar chamada Igreja Católica.

A partir do mergulho na trajetória de duas deputadas federais católicas, eleitas em 2018 no bojo da eleição presidencial de Jair Bolsonaro (PSL)⁵, busquei compreender as relações que as impulsionaram ao parlamento, bem como, se construíram como ativistas ancoradas em um refluxo antifeminista católico (FALUDI, 2001, p. 17).

As trajetórias públicas das deputadas federais eleitas pelo Partido Social Liberal, Carla Zambelli⁶, eleita em São Paulo, e Chris Tonietto, eleita no Rio de Janeiro, foram analisadas com objetivo de identificar quais vínculos orgânicos, religiosos ou não, que foram responsáveis por impulsionarem seus ativismos até a chegada ao parlamento. Após a observação da trajetória política enquanto ativistas religiosas até se tornarem deputadas, analisei o sucesso eleitoral das suas campanhas políticas e como elas se localizaram no debate público, entre os anos de 2019 a 2021, tendo como foco central na Câmara Federal, a agenda antigênero.

É proposital e político na pesquisa a utilização do nome “Câmara Federal” ao invés de “Câmara dos Deputados” – como é tradicionalmente reconhecida. A opção

⁵ O político Jair Bolsonaro já esteve filiado a oito partidos políticos. No início desta pesquisa, em setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro ainda estava filiado ao Partido Social Liberal (PSL). Alguns meses depois, pediu desfiliação e tentou fundar um novo partido, o Aliança pelo Brasil, que não teve aferição das assinaturas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na entrega desta dissertação em 2022, ano eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro anunciou sua filiação ao Partido Liberal (PL) para tentar a reeleição.

⁶ As deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto foram eleitas em 2018 pelo Partido Social Liberal. No final de 2021, filiaram-se ao partido União Brasil. Na entrega desta dissertação, em março de 2022, as deputadas seguiram os passos partidários do presidente Jair Bolsonaro e também se filiaram ao Partido Liberal.

deve-se pelo fato de que “Câmara dos Deputados” não inclui em seu site oficial, documentos, buscas e registros, o pronome feminino “deputadas”. Quando pesquisamos “Câmara das Deputadas” no *Google* a plataforma logo nos corrige para “você quis dizer Câmara dos Deputados” – evocando o pronome masculino. O que parece ser uma suposta universalização histórica dos termos e denominações, revela como operam as relações de poder no parlamento e por quem estes poderes são liderados historicamente.

A universalização do masculino e a supressão do feminino na maior casa de leis do país representa qual é o perfil das excluídas socialmente dos espaços públicos. Portanto, sempre que mencionado pela Câmara Federal nesta pesquisa, estaremos nos referindo ao Legislativo Federal.

Faz-se necessário pontuar que esta pesquisa analisou um fato sócio-político em desenvolvimento com foco no estudo de *antifeminismos ocidentais contemporâneos* (BONET-MARTÍ, 2020) trazendo a trajetória de duas deputadas federais católicas como ponto de partida. A pergunta norteadora da dissertação foi a seguinte: é possível reconhecer nas práticas parlamentares de deputadas católicas neoconservadoras um antifeminismo de Estado? Em caso afirmativo, como se manifestam?

As deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto foram eleitas no bojo do discurso antifeminista em uma eleição onde a “publicização religiosa” ditou boa parte do tom do jogo político (MAIA & BITTENCOURT, 2020). A partir da representação cristã embutida na candidatura presidencial de Jair Bolsonaro, as deputadas se aliaram ao candidato para atualizar os códigos religiosos católicos na arena pública. A interrogação central é se as deputadas fazem uma atualização de códigos religiosos católicos em um contexto de “*descatolicização* da política” (BURITY, 2019, p. 41) e se dividem a disputa do Estado com atores e atrizes protestantes. Vale destacar que mesmo diante da ascensão de evangélicos(as) na política e do declínio da filiação religiosa católica, os(as) agentes católicos(as) não foram completamente excluídos do cenário político durante as eleições de 2018.

A originalidade da análise da trajetória das duas deputadas católicas está no fato de que as trajetórias de mulheres católicas neoconservadoras são pouco ou raramente observadas pela academia e pelo próprio campo da Ciência da Religião (CR) no Brasil.

Parte-se do entendimento de que a vitória eleitoral de Carla Zambelli e Chris Tonietto representou a forma como os grupos católicos neoconservadores aliam-se e,

em alguns casos, impulsionam mulheres católicas antifeministas para uma carreira política com objetivo de difamar e rebaixar os valores feministas (autonomia, emancipação, direitos iguais, direito de decidir e *etcetera*) no espaço público.

Em um momento onde a grande mídia, a academia, as redes sociais, igrejas e diferentes grupos sociais discutem o que significa “lugar de fala” e “representatividade”, os grupos neoconservadores católicos se valem da superficialidade deste discurso para disputar a agenda contra o gênero nos espaços públicos. O modo como o fazem é através do estímulo à participação das mulheres, grupo social minoritário na política, buscando validar um imaginário católico neoconservador em oposição às bandeiras dos movimentos feministas – que se encontram em crescente efervescência pública.

Na tentativa de trabalhar a pergunta-pista, “como reconhecer nas práticas parlamentares de deputadas católicas neoconservadoras um antifeminismo de Estado?”, a dissertação tratou, no decorrer dos capítulos, quatro eixos de análise que são vertebrais para as discussões que seguem. São eles:



Os capítulos ajudarão o(a) leitor(a) identificar o entrecruzamento da análise dos ativismos institucionais nas trajetórias das deputadas. Antes de evidenciar o problema de pesquisa proponho uma breve incursão a cada eixo estrutural.

Ativismos Institucionais: No campo da esquerda política, multifacetada e diversa, há divergências (SALES, 2019) sobre a possibilidade de um indivíduo que se identifica como ativista, pode ou não, ser lido ideologicamente de direita ou de extrema direita – já que a pecha de “ativista” é tradicionalmente ligada às esquerdas. Nesse sentido, a pesquisa não trabalhou as diferenças e aproximações entre “quem se reivindica ativista” ou “militante” e as fronteiras ideológicas dos termos, mas sim, o mobilizou o conceito de *ativismos institucionais* para compreender perfis públicos que

disputam as esferas do Estado, e neste caso, no espectro da direita política (RECH & SILVA, 2016).

Como apontado por Beatriz Sanchez (2018), o conceito de ativismos institucionais “teve origem nos estudos mais recentes sobre movimentos sociais que pretendem criticar a existência de fronteiras rígidas entre os movimentos e o Estado” (Ibid., p. 21). A autora define que o conceito surge em um momento em que os movimentos políticos passaram a atuar no interior das instituições estatais. Observamos os ativismos institucionais como algo ligado, inicialmente, ao campo da esquerda, sobretudo pela atuação de ativistas progressistas nas esferas estatais durante os governos Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), incorporando também o conceito desde uma leitura dos setores da direita católica que, diante da disputa do Estado com Bolsonaro presidente, impulsionaram a atuação das antifeministas nos espaços de poder.

Antifeminismos: O autor Jordi Bonet-Martí (2020, p. 61) identificou seis tipos de antifeminismos pertinentes para caracterizá-los enquanto um fenômeno transnacional de massas. São eles: 1. o antifeminismo de Estado, 2. antifeminismo religioso (cristão), 3. antifeminismo masculinista, 4. antifeminismo pós-feminista, 5. antifeminismos interseccionais e o 6. ciber-antifeminismo. A pesquisa mobilizou duas intersecções de antifeminismos apontados nos estudos de Bonet-Martí (op.cit.), o de Estado, ao relacionar as conexões entre as eleições de duas parlamentares católicas neoconservadoras com a esfera pública do legislativo, e o antifeminismo religioso cristão-católico, ao identificar quais as agendas e vínculos que permeiam e fortalecem a promoção e conexão com grupos e associações religiosas (católicas ou não) no jogo político durante a 56ª Legislatura da Câmara Federal.

Neoconservadorismos religiosos: O conceito foi utilizado na pesquisa ao reconhecer a diversidade religiosa presente no que, a autora Marina Lacerda (2018), caracterizou como “o novo conservadorismo brasileiro”, expresso pela eleição presidencial de Bolsonaro. Se concentrou no estudo da direita política religiosa com foco nas tensões e adesões do campo da direita católica, que como detectamos, é diversa e multifacetada.

Catolicismos: O uso recorrente de *catolicismo* no singular pode ser compreendido como aquela religião de poder único, de manual e de doutrinas eclesiais. Portanto, o uso singular pode, também, omitir a diversidade ideológica, política e religiosa no interior da Igreja Católica. A escolha de catolicismos, no plural,

foi realizada por compreender que não se pode desconsiderar o epicentro dos catolicismos no domínio neoconservador recente no Brasil. Logo, na direita religiosa internacional também, de modo que não negligencie ou generalize como exclusiva articulação e presença pública de evangélicos(as) na política. É preciso, como propõem os autores, “desfazer as interpretações que tendem a eclipsar a relevância do catolicismo nas análises sobre religião e política na contemporaneidade” (TONIOL & CALDEIRA, 2020).

Apesar das deputadas federais Carla Zambelli e Chris Tonietto lidarem diretamente com os grupos católicos reacionários, tais como os Arautos do Evangelho, Instituto Plínio Côrrea de Oliveira e Centro Dom Bosco, isso não significa que o fazem da mesma maneira, intensidade e com os mesmos objetivos de atualização do repertório católico neoconservador.

Na observação da trajetória das deputadas foi utilizado o método ciberetnográfico com atenção às redes sociais das ativistas. Foram investigadas as publicações no *Facebook*, *Instagram*, *Telegram* e *Youtube*.

O objetivo foi identificar qual vínculo das deputadas com o catolicismo, se seriam frequentadoras ativas de alguma comunidade específica ou se manteriam uma relação com o catolicismo somente a nível sacramental. Para a coleta de dados de proposições legislativas, como projetos de leis, requerimentos, leis, homenagens, votações em plenário sobre a temática antigênero, utilizei o site oficial da Câmara Federal para acesso aos documentos.

Na proposta inicial do projeto havia uma indicação de realização de entrevista semiestruturada com cada deputada observada. A entrevista serviria para identificar as motivações sobre a entrada delas na política institucional, detectando quem são os(as) responsáveis (padrinhos políticos, organizações ou grupos religiosos) que as motivaram a entrar na vida pública. Porém, devido ao fato de uma gama de materiais terem sido recolhidos via método ciberetnográfico, foi possível identificar algumas relações e, portanto, as entrevistas foram suspensas.

No processo de recolhimento do dossiê empírico, reconheci que o uso da *ciberetnografia* tomou conta dos métodos de pesquisa durante a pandemia. Não fugi à regra, precisei descobrir durante a pandemia como captar linguagens, códigos e repertórios de um grupo de sujeitas(os) a partir do uso da internet.

Capítulo 1: Problema de pesquisa: antifeminismos e neoconservadorismos

Para evidenciar o problema de pesquisa é importante descrever os critérios formulados para seleção da trajetória das duas deputadas federais católicas, que foi realizada a partir de duas perguntas-chaves. Dentre os/as 513 deputados(as) da Câmara Federal que poderiam ser analisados(as) durante a 56ª Legislatura, por que escolher as deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto? Aprofundando ainda mais o problema, das 77 deputadas eleitas em 2018, e que compõem a Bancada Feminina na Câmara, por que estudar a trajetória das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto?

Primeiramente, faz-se necessário reconhecer o caráter histórico-político do perfil e composição parlamentar que atravessou, durante as 56 legislaturas, o parlamento brasileiro. Observou-se, inicialmente, que os protagonistas políticos do Congresso Nacional foram, na sua maioria, homens, cisgêneros, heterossexuais, brancos, endinheirados e cuja *confessionalidade* religiosa era de maioria cristã – seguindo a média confessional brasileira.⁷

Ao localizar a discussão das mulheres na política não podemos desconsiderar, a partir da realidade brasileira, o papel da religião Católica na concepção, formação e constituição do poder patriarcal-colonial que excluiu, sistematicamente, os corpos femininos das esferas de poder. Desde a expansão marítima portuguesa no solo do pau-brasil, o Estado e a Igreja imbricam-se como projeto político fundacional.

As consequências da colonização, fruto dessa relação de dominação de poder, geradora de desigualdades, podem ser percebidas até o presente. Um caso a ser destacado é o da *subrepresentatividade* de mulheres, negras e negros, indígenas e quilombolas na política brasileira, que exemplifica a “herança colonial dos direitos civis” (CARVALHO, 2011, p. 45). Essa herança deve ser grifada pelos marcadores sociais de raça, de gênero, território e de classe.

A partir do debate racial brasileiro, estar no parlamento e exercer o direito político do voto não era parte da cidadania política ativa das mulheres e, em especial, das mulheres negras. Votar no Brasil desde o Império até 1932 era apenas um direito

⁷ Composição da Câmara Federal em 2018 tem descompasso em relação ao perfil da população brasileira. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550900-nova-composicao-da-camara-ainda-tem-descompasso-em-relacao-ao-perfil-da-populacao-brasileira/>. Acesso em outubro de 2021.

da exclusividade *masculinista* e branca (e rica). Desde a Constituição de 1824 até a Proclamação da República em 1889, o modelo político de representatividade eleitoral no Brasil era via voto censitário. Esse tipo de voto, diferente do modelo atual e universal, estabeleceu critérios nominais de renda, gênero e classe para exercício da cidadania. Além de definir os critérios de quem podia ou não votar, o voto censitário também determinou que os candidatos deveriam comprovar a renda para candidatarem-se ao pleito.

Para disputar o cargo de deputado, os homens “tinham de ter renda líquida de quatrocentos mil réis anuais e já para o cargo de senador era preciso uma renda de oitocentos mil réis” (ALESP, 2002). Burocraticamente se definiram critérios enquanto socialmente condensou-se outras mais.

Através da organização política de mulheres, que se identificavam ou não como feministas, a correlação de forças sociais pós-Revolução de 1930 começou a se modificar e a pressão sobre o presidente Getúlio Vargas fez com que ele assinasse, através de um decreto, a mudança no novo Código Eleitoral brasileiro.⁸ O movimento pela emancipação feminina na política inaugurou, através do sufrágio, a chegada incipiente de mulheres na política institucional. Esse início foi atravessado pelas contradições sociais da época, que valem uma contextualização antes de prosseguirmos.

Enquanto o movimento sufragista tinha como porta-vozes, em sua maioria, mulheres brancas, também havia, neste mesmo período, mulheres negras em condição de subalternidade que lutavam para terem suas humanidades reconhecidas.⁹

Eram inúmeras as exigências obrigatórias para que as mulheres estivessem aptas a votar. Um exemplo era a comprovação de renda ou trabalho remunerado, a permissão do marido e o veto às analfabetas. Esse último era *claramente (no sentido branco)*, um escopo social excludente e logo racista, que garantiu, na prática, o exercício do voto como uma atividade específica de mulheres brancas. Observar essa “herança colonial através da lente racial” (SILVA, 2020. p.72) nos permite compreender porque o maior grupo demográfico do país segundo o IBGE, o de mulheres negras,

⁸Ver “O voto feminino no Brasil” (2018), livro de Teresa Cristina de Novaes Marques. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>. Acesso em outubro de 2021.

⁹Ver artigo “90 anos do sufrágio feminino no Brasil: onde estavam as mulheres negras?” de Caroline Nunes (2022). Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/90-anos-do-sufragio-feminino-no-brasil-onde-estavam-as-mulheres-negras,777b97aea67189614cfa07e867a17a54ijcx0u2n.html>. Acesso em março de 2022.

representa, ainda hoje, somente 6% dos eleitos para vereança e prefeitura nas eleições de 2020.¹⁰

O racismo estrutural e sua ordenação na herança dos direitos civis nos auxilia a compreender quais os “efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concedem privilégios a determinados grupos de acordo com a raça” (GAUDIO, 2019). Entende-se, assim, que esses privilégios não ficaram no passado com a conquista do sufrágio feminino.

Através da mudança eleitoral nas eleições proporcionais discutida na Emenda Constitucional (EC) nº 97/2017, que estabeleceu o fim das coligações, os partidos se viram obrigados legalmente a adotarem medidas de ação afirmativa para a composição das chapas eleitorais. A partir dessa mudança, cada partido precisou ter pelo menos 30% da chapa com candidaturas de mulheres. O que contribuiu para o aumento de candidatas nas eleições de 2018, mas manteve a timidez numérica das eleitas. Além de alavancar – mais uma vez – um perfil específico de mulher alinhado à histórica herança colonial dos direitos civis: as brancas.

Por analisar esses diferentes marcadores sociais e seus impactos nas políticas públicas que o movimento feminista organizou, em 2019, a Frente Parlamentar Feminista Antirracista (FPFA). Essa Frente foi a primeira iniciativa na Câmara Federal, com ampla participação popular dos movimentos sociais, e se estruturou através de um colegiado de organizações feministas, sob a coordenação parlamentar da deputada Taliria Petrone (PSOL-RJ). A Frente surgiu a partir das eleições de 2018, como uma demanda político-feminista devido à chegada de novas congressistas feministas antirracistas na Câmara Federal.

Segundo o levantamento da Gênero e Número, o pleito de 2018 elegeu 77 deputadas federais, ou seja, 26 a mais do que nas eleições anteriores de 2014. Houve aumento no número de negras eleitas – de 10 para 13 deputadas – e as brancas subiram de 41 para 63.¹¹ O que representa uma bancada feminina com o perfil racial majoritariamente branco.

A obrigatoriedade da reserva dos partidos políticos de 30% de candidaturas de

¹⁰ Dados da pesquisa “Eleições 2016-2020 e o panorama de mulheres negras candidatas e eleitas” da organização Mulheres Negras Decidem. Disponível em <https://mulheresnegrasdecidem.org/dados/>. Acesso em janeiro de 2021.

¹¹ Levantamento de Gênero e Número (2019) demonstra que a Câmara Federal terá menos homens brancos e mais mulheres brancas, negras e 1ª indígena em 2019. Pesquisa disponível em <https://www.generonumero.media/camara-dos-deputados-tera-mais-mulheres-brancas-negras-e-indigena-e-menos-homens-brancos-em-2019/>. Acesso em janeiro de 2021.

mulheres, também veio acompanhada do aumento de candidaturas “laranjas” por partidos de diferentes matizes ideológicas.¹²

Apesar do machismo institucional definir os mecanismos excludentes da participação de mulheres na política, as que romperam as fronteiras materiais e simbólicas e chegam aos espaços de poder, seguem acompanhadas de um desequilíbrio racial. No caso das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto, elas nas eleições de 2018, romperam, em certa parte, com a hegemonia masculina na Câmara Federal. No entanto, ainda usufruem a herança colonial dos direitos civis herdados por mulheres racialmente brancas.

Esmiuçando ainda mais o perfil histórico do parlamento, conforme formulado pelas ativistas transfeministas Érika Hilton (PSOL-SP), vereadora mais votada do Brasil nas eleições de 2020, e Indianara Siqueira, presidenta do grupo Transrevolução, vivemos em um *cistema* eleitoral. O termo refere-se ao caráter histórico onde as pessoas autodeidentificadas *cisgêneras*, ou seja, pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído a partir de seu nascimento (SILVA, SOUZA, & BEZERRA, 2019, p. 4), são aquelas que têm maior facilidade de acesso às esferas políticas de representação (não necessariamente só as parlamentares).

Chris Tonietto e Carla Zambelli se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento, portanto, são mulheres cisgêneras e heterossexuais, sendo parte do perfil dominante das mulheres que ocupam o parlamento brasileiro.

Outro aspecto relevante para a escolha do estudo de caso duas deputadas antifeministas foram os critérios presentes na teoria dos Marcadores Sociais da Diferença (MSD). Os marcadores são compostos de recortes de gênero, raça, classe social, *confessionalidade* religiosa e atuação territorial. Para dar concretude aos demais marcadores necessários no aprofundamento da trajetória das deputadas, apresentou-se alguns dados relevantes sobre o perfil das parlamentares católicas

¹²Como apontado por diversas autoras/es na pesquisa “Candidatas em Jogo: Um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política” (2020), candidatura “laranja” refere-se as “candidatas que recebiam zero votos e não realizavam qualquer movimentação de campanha, seja porque sequer sabiam que eram candidatas, seja porque se candidataram apenas para ajudar o partido sabendo que sua candidatura era de “fachada”, esperando que fossem candidatas efetivas na próxima eleição. Também [...] consideradas laranjas as candidatas que tinham o desejo de concorrer, mas não recebiam qualquer apoio do partido; e as candidatas convidadas a compor a chapa a partir da promessa de apoio dos partidos, mas que acabaram não recebendo recursos, resultando em poucos votos e pouco ou nenhum ato de campanha.” (2020. p. 35). Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29826/Livro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em janeiro de 2022.

escolhidas.

Em primeiro lugar, vale destacar que ambas se reconhecem como mulheres cisgêneras e heterossexuais, são casadas com homens cisgêneros, brancos, e são mães do primeiro filho. No quesito da maternidade e política, este atravessamento não estava previsto inicialmente no projeto de pesquisa, mas, ao decorrer das análises e dos vínculos públicos que as deputadas focalizam, a questão “maternal” foi “*lupada*” quase que naturalmente durante as análises.

Tratando-se do debate de mães na política, a deputada Carla Zambelli¹³, em sua primeira aparição pública em 2012, como ativista em uma manifestação do grupo *Fémen*, reivindicou a realização de partos em casa e a defesa do SUS. Em uma das entrevistas da época, mencionou que sua luta tinha como objetivo denunciar a violência obstétrica (VO) que sofreu durante o parto de seu primeiro filho.¹⁴ Em entrevista à jornalista Natacha Cortêz da Revista *Marie Claire*, Zambelli relatou que sua gravidez foi resultado de um relacionamento de seis meses com um espanhol, e que o mesmo não assumiu a paternidade.¹⁵

Em 2020, a mãe solo, deputada, casou-se em uma cerimônia maçom com o coronel Antônio Aguinaldo de Oliveira, Diretor da Força Nacional de Segurança e um dos braços direitos do presidente Jair Bolsonaro no quesito Segurança Pública. A cerimônia foi conduzida pelo Padre Alex Brito, atual Diretor do Arautos do Evangelho, grupo ultraconservador católico.

Diferente de Carla Zambelli, a deputada Chris Tonietto engravidou do seu primeiro filho durante o seu mandato parlamentar. A gravidez foi fruto de um relacionamento duradouro com o católico e professor de Educação Física, Lucas Tonietto que, assim como a deputada Chris Tonietto, é ligado ao Centro Dom Bosco, grupo ultraconservador católico.

Como demonstram as informações do site oficial da Câmara, Tonietto usufruiu da Licença Maternidade durante 120 dias.¹⁶

Vale salientar que a licença maternidade permite à servidora gestante, e

¹³ Mais adiante será aprofundada a análise sobre a trajetória da deputada.

¹⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Yvdsroup0IQ&t=258s>. Acesso em outubro de 2021.

¹⁵ Disponível em <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/05/carla-zambelli-moro-teria-saido-muito-maior-se-nao-tivesse-feito-tanta-picuinha.html>. Acesso em outubro de 2021.

¹⁶ Licenciou-se, do mandato de Deputada Federal, na Legislatura 2019-2023, para trato de Licença Maternidade, pelo prazo de 120 dia(s), a partir de 9 de dezembro de 2020. Consulta disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/204462/biografia>. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

também às deputadas, que a partir da 36ª semana ou da data do parto, a ausência esteja justificada no serviço por um prazo de 120 dias consecutivos, sendo prorrogáveis por mais 60 dias, sem prejuízo do cargo e do salário integral. Neste ensejo, a deputada feminista Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) protocolaram o Projeto de Lei 1.974/2021 que cria o “Estatuto da Parentalidade”.¹⁷

A iniciativa prevê uma equiparação, inclusive com os não genitores, de responsabilização dos cuidados em até 180 dias para até duas pessoas de referência para uma mesma criança ou adolescente. Atualmente o licenciamento do pai é de apenas cinco dias, enquanto o das mães é de 120 dias. O projeto ainda está em discussão na Câmara e a deputada Chris Tonietto já realizou dois pronunciamentos contrários à proposta.

Ainda evidenciando o problema estruturante do texto: Por que, então, a análise da trajetória de duas deputadas federais católicas? Sobre as curiosidades empíricas, com a oportunidade de realizar o Mestrado em Ciência da Religião (CR) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), logo refleti sobre a relevância de analisar a atuação de mulheres feministas recém eleitas no parlamento. Nesse momento me deparei com uma gama de materiais e pesquisas sobre o tema,¹⁸ e após conversas com a orientadora, Profa. Dra. Maria José Fontelas Rosado-Nunes, decidi pesquisar as mulheres na política. O escopo eram mulheres cuja *confessionalidade* fosse católica, distantes do prisma político e ideológico de esquerda, pois essa abordagem já é tradicionalmente estudada pelas Teorias Feministas. Identificou-se então o desafio de colocar um tijolo empírico nos estudos sobre antifeminismos no Brasil. Cujo tema está em plena expansão analítica e carece de pesquisas que interseccionam a religião católica diante deste movimento transnacional.

Sobre a seleção de duas deputadas federais auto identificadas católicas, busquei trabalhar um estrato, entre tantos possíveis, da direita religiosa na Câmara Federal tendo como foco a análise da trajetória para captar “interações, estratégias e o cotidiano parlamentar de representantes políticas na condição de quase estreates de um espaço só recentemente ocupado por mulheres” (BARREIRA, 2006, p. 2). A

¹⁷ Disponível em

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0g71uzpdbl3x21vgo7cdwxtku764823055.node0?codteor=2019141&filename=PL+1974/2021. Acesso em dezembro de 2021.

¹⁸ Destaco três trabalhos que fazem análises sobre as mulheres na Câmara Federal. Ver: MANO, 2020; POTECHI, 2018; GONZATTI, 2018.

pesquisa navegou interdisciplinarmente em três campos de estudo, na Ciência Política, com foco nos códigos e repertórios políticos parlamentares, nas Teorias de Gênero, observando a política de representação e os antifeminismos, e na Ciência da Religião para a identificação de setores religiosos da direita religiosa na Câmara Federal.

Faz-se necessário pontuar duas cautelas epistemológicas tomadas no estudo entre religião e poder, que tem como objetivo analisar trajetórias religiosas neoconservadoras antifeministas expressas no parlamento. A primeira diz respeito ao fato de que a articulação e observação de trajetórias religiosas neoconservadoras não deve limitar o seu objeto de análise somente no Legislativo. O parlamento, o foco dessa pesquisa, não é **um** extrato de como operam as relações entre religião e poder no Brasil, mas sim, **um dos** extratos possíveis entre tantos outros.

Nesse sentido, observar as trajetórias religiosas católicas nas eleições de 2018, a partir da ótica do parlamento, é não “reduzir a relação entre religião e política à lógica das disputas partidárias, das alianças e das eleições (TONIOL & CALDEIRA, 2020) mas identificar como setores do catolicismo tem produzido “formas de resistência, apoio e sensibilização” (PANOTTO, 2020, p. 13), seja no parlamento e/ou fora dele. A segunda, refere-se ao analisar com qual catolicismo as deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto vocalizam com seus mandatos. Isso auxiliou a identificação de como se relacionam com outros poderes e entes, inclusive os não identificados como “religiosos”. No livro “O novo conservadorismo brasileiro”, fundante para análise desta pesquisa, a autora Marina Lacerda (2019) observa que o campo religioso evangélico disputou uma articulação no parlamento junto com a bancada da segurança de rigor *punitivista* (compreendido como o rigor penal e encarceramento). A articulação visava promover a “flexibilização de garantias processuais, estigmatização, defesa de determinadas pautas corporativistas e ênfase na legítima defesa” (Ibid., 2019, p. 142). É possível reconhecer que existem acordos nas dinâmicas do parlamento que não são lidas como “religiosas”, mas suas disputas, tensões e alianças se dão, como é o caso da bancada da segurança, junto de atores e grupos religiosos.

Portanto, trabalhou-se quais os vínculos com grupos/associações/líderes as deputadas desenvolveram ao longo do mandato. Identificou-se quais são as esferas estatais com quem elas mantêm vínculos públicos e para onde foram destinados, nos dois anos iniciais de suas legislaturas, entre 2019 e 2020, os recursos das emendas parlamentares. Além de mapear os principais financiadores e/ou potencializadores de campanha e quais os interesses da institucionalidade católica e/ou de grupos em

relação a estes mandatos.

Observar os interesses em disputa foi essencial para não generalizar a participação de grupos e setores envolvidos, reconhecendo que a maioria das relações entre poder e religião no legislativo ocorrem, também, de maneira extraparlamentar.

Outro aspecto do problema de pesquisa foi justamente o estudo de caso das deputadas católicas antifeministas, especificamente na 56ª Legislatura (2019–2023).

A tímida expansão da bancada feminina na Câmara Federal com a eleição de Jair Bolsonaro, aconteceu diante das movimentações feministas¹⁹ latino-americanas e caribenhas. Objeto de diversas pesquisas no campo de gênero e política (SABBATINI, 2020; AGUIAR & PEREIRA, 2019; POSTINGHER & SILVA, 2020; GALETTI & MELO, 2021; KALIL & CORREA, 2020), as campanhas eleitorais de 2018 no Brasil foram marcadas por constantes polarizações entre a agenda feminista e o discurso antifeminista negacionista das políticas de gênero. Eleitas em primeiro mandato parlamentar nas eleições de 2018, algumas mulheres jovens, católicas e evangélicas, chegam ao Congresso Nacional através de agendas neoconservadoras e de sistemáticas refutações políticas ao feminismo.

Vale pontuar que ao mesmo tempo que as eleições de 2018 proporcionaram o aumento, mesmo que tímido, do número de mulheres no legislativo, houve também um aumento das eleitas com um discurso católico conservador. No caso da deputada católica Chris Tonietto (Partido Social Liberal), eleita em primeiro mandato, é autora e presidenta da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida e contra o Aborto (2019). Junto de Tonietto, a católica Carla Zambelli (Partido Social Liberal), eleita em primeiro mandato, é autora do Projeto de Lei 246/2019 que institui o “*Programa Escola Sem Partido*” que têm como regulamentação no seu art. 2º que “o Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero” (BRASIL, 2019)”.

Além do caráter numérico, nos interessou refletir sobre a mudança do caráter político-religioso da Bancada Feminina. Na pesquisa de Beatriz Sanchez (2017), foram

¹⁹ Em 2018 a agenda feminista latinoamericana e caribenha contou com diversas manifestações massivas em torno das pautas de gênero, destacamos a Maré Verde na Argentina, a greve de mulheres no México, o movimento #NiUnaMenos no Chile, o *EleNão no Brasil*, as mulheres *Aymara* da Bolívia pelo fim do feminicídio e os atos por justiça pelas exiladas na Nicarágua. <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-08/feminismo-finca-raizes-na-politica-da-america-latina.html>>. Acesso em 15 de junho de 2021.

levantados dados sobre a religião das parlamentares que ocuparam o cargo entre 1986 e 2012, onde se constata que apesar da sub-representação, a religião das deputadas nas legislaturas segue a média confessional religiosa brasileira, sendo na sua maioria, católicas. Como sugerem os dados, nos últimos anos houve também uma ampliação da eleição de congressistas protestantes.

Tratando dos últimos dados encontrados sobre a religião das deputadas, Sandra Duarte de Souza (2015), retrata que na legislatura de 2015, anterior em 2015, à chegada de Damares Alves ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), 20% das deputadas federais eleitas se declararam evangélicas (Ibid., p.1279).

Após as eleições de 2018, as novas protagonistas, neoconservadoras, jovens e antifeministas, passam também a disputar espaço no legislativo. Contracenando com deputadas *femocratas* e deputados católicos/evangélicos neoconservadores, os espaços políticos de propagação de posições restritivas ao gênero. Como define Mariana Mazzini Marcondes (2019, p. 74):

[...] as *femocratas* são feministas que atuam no cotidiano governamental para influenciar que as políticas públicas e a sua gestão tenham um olhar de igualdade de gênero, atuando em interlocução com movimentos feministas (Idem).

Busquei compreender o gerenciamento dos poderes republicanos, como é o caso do Legislativo, sem reduzir a relação entre poder e religião à uma análise restrita à articulação do campo evangélico no Congresso. Nesse sentido, destacou-se como as ações político-religiosas de deputadas católicas neoconservadoras refletem as tensões, agenda e adesões no campo católico e, que assim como o campo evangélico, as relações e interesses são multifacetadas e heterogêneas. Portanto, o catolicismo e o protestantismo não são e nem devem ser interpretados como religiões monolíticas.

Se pudéssemos visualizar através de um mapa mental a localização da eleição das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto, em contraposição às deputadas *femocratas*, na conjuntura política do Brasil, arrisco que seria:

- i. O contexto político-parlamentar são as eleições de 2018 no Brasil onde antifeminismos e feminismos mobilizaram o tom das agendas eleitorais;
- ii. O palco de discussão que elas representam na arena pública é o legislativo da Câmara Federal, onde fazem parte da tímida expansão da bancada feminina;
- iii. Foram eleitas no bojo do bolsonarismo político (com destaque para os estados do Rio

de Janeiro e São Paulo) para “construir uma agenda moral clara e assumir uma posição ultraliberal” (CARRANZA, 2021, p. 5) reafirmando os valores morais católicos neoconservadores.

Questiona-se como reconhecer nas práticas parlamentares de deputadas católicas neoconservadoras um antifeminismo de Estado? Quais as articulações que compõem as agendas públicas das deputadas? Seja com setores, grupos e demais lideranças políticas.

A dissertação se estruturou em três capítulos. No primeiro, uma proposta de estado da arte sobre antifeminismos e suas interações com as diferentes esferas do Estado. A partir do conceito de intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1937) busquei relacionar a existência de uma “intelectualidade antifeminista” entre parlamentares cristãs. As deputadas consideradas “intelectuais orgânicas do antifeminismo” tiveram um ponto de partida comum: a participação em audiências, reuniões e mobilizações dos Planos de Educação entre 2015 e 2018. Nesse sentido, a hipótese era que esses espaços políticos que envolveram os Planos de Educação resultaram em uma “escola de formação de quadros” para deputadas cristãs antifeministas.

No segundo capítulo, apresento uma análise da trajetória, uma linha do tempo das deputadas a partir das redes sociais com o objetivo de identificar como seus ativismos religiosos as levaram até o parlamento. Tanto a deputada Carla Zambelli como a deputada Chris Tonietto participaram de manifestações públicas e promoveram reuniões e encontros com lideranças antes de tomarem a decisão de saírem candidatas. Observo a incidência da deputada Carla Zambelli no movimento paulista “*Nas Ruas*”, enquanto uma liderança feminina com forte influência nas redes sociais durante o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Em se tratando da incidência da deputada Chris Tonietto, foram observadas palestras e reuniões em debates sobre “*ideologia de gênero*”²⁰ e sua liderança no grupo “*PróVida*” carioca. Também foram trabalhadas as expressões religiosas das deputadas na proximidade com setores católicos. Sendo a deputada Chris Tonietto com o grupo católico Centro Dom Bosco (CDB) e a deputada Carla Zambelli com os grupos Arautos do Evangelho e Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO).

²⁰ A expressão “*ideologia de gênero*” aparecerá em aspas ao longo da dissertação por considerarmos que não se trata de um conceito científico formulado a partir das Teorias Feministas. “*ideologia de gênero*” é uma expressão acusatória de gênese católica, sustentada entre grupos políticos (e religiosos), que visa difamar as formulações científicas sobre o gênero e seus desdobramentos.

No terceiro capítulo foi apresentada aproximações e distanciamentos percebidos no recolhimento empírico da pesquisa. Além de trazer informações sobre o destino de recursos públicos, via emendas parlamentares, para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH). Por fim, o capítulo buscou trabalhar como se localizam no ambiente interno da Câmara Federal a partir da temática antigênero.

1.1. Agências católicas conservadoras e a disputa dos feminismos

Tendo como hipótese a existência de um antifeminismo de Estado, como reconhecer nele, práticas de deputadas católicas neoconservadoras? Nesse sentido, este capítulo buscou trabalhar pistas de como opera a relação intrínseca entre antifeminismos e neoconservadorismos, bem como reconhecer as consequências sociais deste contramovimento que tem por objetivo desestabilizar democracias e disputar o sentido do Estado. Antes, convém expor que a hipótese colocada inicialmente no projeto de pesquisa foi reformulada.

Ao formular a proposta inicial de hipótese logo me encontrei em um estado de dúvidas. Muitas dúvidas. A principal dúvida era se poderíamos afirmar a existência de um certo *feminismo conservador católico* cuja atuação deste feminismo também se expressaria no parlamento brasileiro.

Ao fazer uma consulta na internet em artigos brasileiros com as palavras-chaves “feminismo conservador” e “feminismo católico conservador”, encontrei o artigo de Ana Paula Vosne Martins (2020) que aborda “Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926)”. No estudo sobre a católica Amélia Rodrigues, a autora identificou que a possibilidade entre agências (GIDDENS, 1989, p. 10) conservadoras no feminismo não é uma dúvida inédita na história. Essa combinação ideológica que parece contraditória à primeira vista, tem servido para categorizar e *binarizar* quais são os “bons” e os “maus” feminismos (MARTINS, 2020, p. 107).

O primeiro passo de Martins foi reconhecer a existência de um feminismo cristão e traçar a existência de um *“feminismo com Deus”*. Esse *“feminismo com Deus”* se expressaria a partir do apoio do clero à discussão sobre o sufrágio feminino. Reconhecendo, portanto, que o apoio do clero não ocorreu em função da Igreja Católica estar incorporando a alguma pauta feminista, mas sim, pela defesa do sufrágio

para estremecer as configurações políticas em países de predominância católica. Como aponta,

Foi somente após o fim da Primeira Guerra Mundial que o sucessor de Pio X, o papa Bento XV (1914-1922), aprovou o sufrágio feminino e os intransigentes perderam espaço, tendo que aceitar a nova orientação da Santa Sé. A partir de então, o feminismo cristão ou o feminismo com Deus passou a ser mais compreensível para os católicos, tendo em vista o apoio papal às reivindicações femininas por direitos civis e políticos. Mesmo assim, o que se observa é uma atitude de cautela por parte do clero, que raramente tratava publicamente do assunto. Segundo Scholz (2012), Bento XV apoiou o voto feminino não porque fosse simpático à campanha sufragista, nem ao feminismo, mas por ter adotado uma posição política mais pragmática que seus dois antecessores, esperando que as mulheres como eleitoras pudessem desequilibrar o jogo político não só na Itália, mas em todos os países católicos: um feminismo com Deus e pelas forças da tradição (MARTINS, op. cit., p. 106; grifos nossos).

A autora ainda reflete que a concepção de emancipação feminina presente na escritora católica era limitada, pois o “mau feminismo” era aquele que afastaria “as mulheres do lar, da família e da religião” (Ibid., p. 114). Em outros termos, se houvesse a possibilidade de existência de um “feminismo conservador” com interfaces católicas, este feminismo se expressaria em uma emancipação feminina enquadrada nos valores tradicionais católicos conservadores.

É perceptível a influência do conservadorismo católico na tentativa de “endireitamento” do feminismo secular. Como segue:

O feminismo cristão se definiu por um jogo de espelhamento reverso com o feminismo secular ou revolucionário. Para os intelectuais laicos e o clero, não se tratava de abraçar o feminismo ao adjetivá-lo (ou espiritualizá-lo) como cristão, mas construir uma oposição cristã ao feminismo rejeitado, o feminismo secular. Como explica Sylvie Fayet-Scribe (1990, p. 52), era um discurso maniqueísta: o feminismo revolucionário era ateu, mau, rebelde; o feminismo cristão estava com Deus, era bom e respeitava a ordem (Ibid., p. 106).

Não cabe aqui discorrer sobre as diferenças e similitudes dos feminismos cristãos, católicos ou eclesiásticos e os seus impactos para a Igreja Católica. Todavia, é importante referenciar a extensão dos materiais que analisam os diferentes movimentos e fenômenos religiosos a partir da perspectiva feminista sobre as comunidades de fé (Costa, 2015; Rosado-Nunes, 2001; Scavone, 2008). Nesse sentido, é importante destacar que dentro do espectro de mulheres cristãs, que se reivindicam feministas, há muitas expressões religiosas, não podendo ser resumida única e exclusivamente como um fenômeno estritamente católico.

Em se tratando do catolicismo, houve a tentativa do clero católico em tradicionalizar o feminismo cristão (católico) em oposição ao feminismo considerado revolucionário.²¹ Sobre isso, Martins (2020) traz dois elementos observados nos escritos de Amélia Rodrigues. O primeiro ponto dessa estratégia de “*tradicionalização*” seria a tratativa das diferenças sociais como naturais à vida humana e que, do ponto de vista divino, homens e mulheres teriam lugares e deveres estabelecidos previamente. Essas posições valeriam tanto na configuração da sociedade como também, na própria Igreja Católica.

A naturalização das desigualdades sociais sendo “coisas da vida” vai na direção oposta às análises das teorias críticas feministas e dos estudos de gênero que, desde a segunda metade do século XX, aborda as assimetrias sociais e as desigualdades de gênero enquanto diferenças sociais, raciais, culturais, etárias e políticas (HEILBORN & RODRIGUES, 2018, p. 10).

O segundo elemento – que se entrelaça com o primeiro –, é justamente sobre este “feminismo conservador” com interfaces católicas que não tem interesse em questionar as hierarquias sociais. Mais uma vez, nota-se que aparece um reducionismo da estrutura de assimetria de gênero aos traços naturais da vida humana e que, portanto, se são “fenômenos naturais externos ao espaço religioso”, seria irrelevante para a Igreja Católica (instituição)²² questioná-los.

Nada mais seguro para a manutenção do *status quo* da institucionalidade católica do que disputar os rumos do feminismo cristão (católico) a partir de noções conservadoras que naturalizam as desigualdades e, logo, as hierarquias sociais. Ou seja, na perspectiva deste “feminismo conservador”, com interfaces católicas, tal o exposto nos escritos de Amélia Rodrigues, não se admite que as desigualdades de gênero existam, pois, as assimetrias entre os sexos seriam inerentes à vida social e ao convívio coletivo. Essa noção é conveniente pois preserva os homens, sobretudo, os brancos, detentores históricos dominantes nas relações de poder na Igreja Católica e na sociedade.

Como indicou o sociólogo Anthony Giddens (2009), a agência na perspectiva estruturalista, se refere à maneira como a ação humana reproduz determinadas

²¹ Feminismo revolucionário compreendido enquanto “a crítica marxista à condição feminina no capitalismo” (ANDRADE. 2011. p. 13).

²² Compreendo a Instituição Católica como a estrutura hierárquica, patriarcal, advinda do poder da Santa Sé, formada pelo alto clero e que é responsável por comandar, liderar e formular, a partir do sacramento da ordem, as diretrizes dos ideários católicos ao mundo.

estruturas sociais. A agência seria então eventos e fluxos que determinados indivíduos reproduzem socialmente, de forma monitorada e reflexiva, alguma ação. Nesse sentido, o uso de agências no que se diz respeito a tentativa do clero católico de “tradicionalizar” os feminismos, demonstra uma ação de agência ou de fluxo, organizada por determinados indivíduos em espaços de poder e que tem por objetivo influenciar às perspectivas antagônicas, a partir de uma narrativa de naturalização e negligência às desigualdades estruturais. Salienta-se, porém, que porém que esta pesquisa observa deputadas católicas antifeministas e não deputadas feministas católicas neoconservadoras por algumas razões e entre elas estão o critério ético, de autoidentificação do indivíduo diante do grupo social estudado. Tanto Carla Zambelli²³ quanto Chris Tonietto²⁴, se reivindicaram publicamente como antifeministas e católicas. Ambas denunciam as posições das agendas feministas feitas por movimentos sociais e também por empresas e mandatos que façam qualquer menção à questão de gênero ou LGBTQIA+.

O que as diferencia de um “feminismo conservador” com interfaces católicas é que as deputadas em questão não buscam reformar o feminismo ou endireitá-lo. Muito menos definir quais são “bons” e os “maus” feminismos e sim, categorizar o feminismo (no singular) como degradante, imoral, mentiroso e “anticristão²⁵”. Formam, na prática, através dos seus mandatos, parte da agenda familista na Câmara Federal que tem por objetivo disputar as políticas públicas de gênero, a gramática dos Direitos Humanos e estimular bandeiras *masculinistas* no parlamento.

Essa agenda *masculinista*, pode ser compreendida como uma das estratégias dos antifeminismos, articuladas por políticos que se orgulham de serem homens e mulheres submissas ao machismo estrutural que reproduzem os “privilégios masculinistas na esfera pública” (GOETZ, 2003, p. 70).

Como apontado pelo jornalista Tom de Castella da BBC News Magazine, militantes do *masculinismo* se consideram os defensores dos “Direitos Humanos dos Homens”.²⁶ Segundo essa ótica, as organizações americanas autoidentificadas

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JSy22gnAlew>. Acesso em 15 de junho de 2021.

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JMsXaMsuqPE>. Acesso em 15 de junho de 2021.

²⁵ Em contraposição a argumentação de que feminismos são “anticristãos”, observamos a organização política impulsionada por mulheres cristãs que disputam socialmente os valores culturais de autonomia e direito, à exemplo dos grupos Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), Católic@s LGBTQs, Prisma da Fé (católico), Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (FEPLA), Rede de Mulheres Negras Evangélicas e outras.

²⁶ Disponível em:

masculinistas como a Association of Masculinists (Associação Internacional dos Masculinistas) e a ONG The Men's Network (A Rede dos Homens) em Brighton, têm reivindicado temas como alienação parental, guarda dos filhos, contra a lei de divórcios, homens vítimas de violência doméstica, orgulho heterossexual e etcetera (Idem). Esse movimento vem sendo desempenhado nas esferas públicas com objetivo de reproduzir um estereótipo de masculinidade patriarcal, questionando as desigualdades sociais estruturais.

Entende-se que a reprodução de um estereótipo de *masculinismo* patriarcal nos espaços públicos não se restringe aos homens. Pode ser compreendida enquanto condutas agressivas, violências simbólicas, divulgação de desinformação como estratégia política, ameaças e etcetera, que usufruem do comportamento patriarcal para inferiorizar mulheres.

Nesse sentido, a reprodução *masculinista* no espaço de poder e os antifeminismos são irmãos siameses, pois se torna praticamente impossível, diante das táticas da direita política das últimas décadas, questionar os feminismos se não via ações misóginas e sexistas de inferiorização da agência das mulheres.

Segundo Rachel Soihet (2008), o antifeminismo atua enquanto uma ideologia que tem como base moral o não questionamento, via interiorização, das relações de poder e de dominação exercidas pelos homens às mulheres.

No Brasil, a rejeição ao feminismo não é um fenômeno recente. Durante o período da ditadura militar, tanto a mídia tradicional como grupos e partidos de esquerda e de direita da época, desempenharam estratégias de difamação sobre as lutas feministas. Essa oposição enquadrou a luta feminista como demandas secundárias, divisionistas e privadas.

Em se tratando do papel e investimento das mulheres contra o feminismo, a Soihet (op. cit.) observou que a atitude de negação das mulheres às agendas feministas refere-se também à dominação masculina de submissão de uma classe dominante sobre a outra. Na prática, a dominação masculina desempenhada por mulheres atua como uma manifestação de violência simbólica contra elas próprias.

Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma

diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal (Ibid., p. 198).

A dominação masculina colabora com ideário católico que relega as mulheres a um discurso de que a natureza própria delas seria, em essência, a maternidade e o espaço privado. E reforça uma “[...] legitimidade de sua exclusão da esfera pública e reiterando sua inferioridade social e política” (ROSADO-NUNES, 2008, p. 73). Com a ascensão de lideranças antifeminista na política, tem-se a legitimação da exclusão das mulheres nos espaços de poder. Exclusão essa também exercida por mulheres antigênero em um ato de violência simbólica e em subserviência a uma agenda masculinista.

Este desempenho de mulheres antigênero na esfera estatal, justamente em lugares que originalmente não eram considerados nem dignos da participação de mulheres, pode ser lido como um estrato da ascensão antifeminista no Brasil. Como abordado por Jordi Bonet-Martí (2020), os antifeminismos são contra movimentos exitosos que questionam as agendas, demandas e vitórias dos movimentos feministas. Assim, não se trata somente de um contramovimento de reação às agendas feministas, mas de uma articulação cujas “especificidades próprias o singularizam” (Ibid, p. 62) como reprodutoras sociais da suposta superioridade do sexo masculino.

Para Susan Faludi (2001, p. 17), o antifeminismo é um *backlash*, um refluxo estratégico da nova direita que é “requintado e banal, decepcionantemente 'progressista' e orgulhosamente retrógrado” cujo objetivo é definir a luta feminista como inimiga das mulheres ao passo que promove uma retórica moralista. O antifeminismo é então responsável por moldar as narrativas de políticas antiaborto de líderes da nova direita e, por mobilizar recursos discursivos como uma suposta de “falta de homens” e uma “epidemia da infelicidade”.

O antifeminismo de Estado, portanto, se expressa na atuação de gestões/mandatos públicos que visam restringir as possíveis agendas alinhadas ao combate às desigualdades de gênero e o que seus desdobramentos sociais implicam, como o questionamento às políticas pró direito de decidir sobre o próprio corpo. Não para por aí. Através – e pela – máquina do Estado, a partir de todos aparatos disponíveis, atores/atrizes políticos(as) drenam recursos de políticas afirmativas que foram desenhados para os grupos socialmente subalternizados. Vislumbram também o desmantelamento de políticas públicas construídas por gestões anteriores ou opositores, de modo a propor, exclusivamente, uma agenda de Estado *masculinista*.

As deputadas Carla Zambelli (PSL-SP) e Chris Tonietto (PSL-RJ) fazem parte desta ascensão de ativistas cristãs neoconservadoras que encontraram no antifeminismo uma possibilidade de atuar politicamente, sem questionar os ideários católicos familistas. A atualização do repertório religioso que compõe as bases morais católicas e que, através do uso intensivo das redes sociais, influencia as diferentes esferas sociais. De maneira que o antifeminismo, apesar de ser uma retórica utilizada por mulheres que se identificam com a direita antigênero, também atua como um *invalidador* moral da presença feminina no espaço político.

1.2. Antifeminismo: mobilizador público contra mulheres na política

Como chegamos até aqui? Essa é uma das perguntas mais ingratas e deliciosas que as Ciências Humanas e Sociais buscam, há anos, responder. Quando pensei em contextualizar o que estamos vivendo nas últimas décadas no Brasil, não poderia apartar-me do debate de conjuntura.

Se tratando de uma fotografia em movimento que estamos formulando, a discussão sobre antifeminismos e a disputa do Estado na Câmara Federal têm ocorrido diante de corrosões políticas e crises democráticas marcadas, nas últimas décadas, pela própria crise do capital financeiro internacional. Como aponta Wendy Brown (2020), a corrosão política em curso avança à medida que a “racionalidade neoliberal” se perpetua também sobre o domínio da política (Ibid, p. 114). Essa racionalidade de dominação, como indica a autora, contaminou todas as esferas da vida com a lógica economicista de responsabilização individual.

Na lógica neoliberal, o Estado perde suas funções sociais como produtor de políticas de saúde, de seguridade social e de garantias mínimas. Repousa sobre essa lógica de racionalidade neoliberal, a responsabilização das mulheres sobre o cuidado, promovida e reforçada pelas religiões judaico-cristãs.

Nessa perspectiva, a família se torna, fundamentalmente, um espaço de esvaziamento das funções públicas. As mulheres são invisibilizadas nas atividades públicas e valorizadas para as atividades domésticas/privadas. A responsabilização das mulheres, naturalizada às mulheres dos cuidados e do espaço privado, é marcada pelos papéis socialmente designados ao gênero, transferindo a responsabilidade do Estado às questões essenciais da vida como tarefas estritamente de mulheres.²⁷

²⁷ Cuidado das pessoas da casa, além da realização de trabalho doméstico.

No Brasil, e não só, as marcas dessa responsabilização naturalizada têm profundos recortes de classe, gênero e raça. São os Marcadores Sociais da Diferença (MSD) que afetam historicamente as mulheres, sobretudo às negras, que carregam diariamente em seus corpos o fardo da “contradição do próprio neoliberalismo” (COOPER, 2020, p. 1). Essa naturalização, é fruto de uma concepção baluarte da institucionalidade católica, ao mesmo tempo que é também, essencial para a ideologia neoliberal.

Os(as) neoconservadores(as) sustentam seus discursos no arranjo institucional de família, formalizada na orientação masculinista da política em defesa de um tradicional papel das mulheres na esfera privada. Como apontado por Wendy Brown (2020), é através dessa diferenciação dos papéis de gênero que se percebe a reprodução de uma estrutura de autoridade. Foi a partir da noção embutida no familismo que a Igreja Católica sustentou seus temas morais e investiu na reiteração do papel das mulheres como pertencentes ao lar e ao espaço privado.

A orientação *masculinista* sobre o papel do homem como “macho, pai, alfa, anti-mimimi” foram concepções fundantes do alicerce político-eleitoral da última eleição no Brasil. Distante de ser apenas um estrato das eleições presidenciais de 2018, a ideologia neoliberal enfatizada pela candidatura de Jair Bolsonaro, teve como centro da narrativa os valores religiosos judaico-cristãos ancorados no bojo familista.

O antifeminismo foi também um dos elementos discursivos responsáveis por calcificar a agenda de Bolsonaro à Presidência da República. Dentre os motes eleitorais, houve questionamentos por parte da extrema direita de legislações de combate à violência contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha e a tipificação criminal do Femicídio. No entanto, antes do pleito, já havia questionamentos sobre as políticas de Estado pela proteção das mulheres, inclusive, por mulheres de direita e determinados setores políticos.

Dando passos mais para trás nessa fotografia conjuntural com traços marcadamente *masculinistas*, antes da chegada de um líder de extrema direita na presidência, vimos ascender na América Latina, crises democráticas em consequência de golpes de opositores. No Paraguai (2012), Brasil (2016) e Bolívia (2019), atores políticos em aliança com o judiciário, com a imprensa-midiática, setores empresariais e setores religiosos, gestaram a derrocada de governos empossados democraticamente.

Como descreve Leonardo Valente Monteiro (2018) os *neogolpes* latino-

americanos são consequência de “uma região com relativa e crescente estabilidade política e democrática e com notório fortalecimento de suas instituições” (Ibid., p. 58). O que se denomina de golpes políticos, compartilham entre si sintomas comuns, sendo quatro deles: 1. a ausência do uso da força para a tomada do poder; 2. um aparente uso da legalidade transmitida por meio do respeito aos ritos constitucionais, mas com interpretação casuística das leis; 3. apoio da mídia e participação efetiva na colaboração e/ou omissão da mais alta corte do Poder Judiciário no processo; 4. a existência de um governo frágil, impopular e com altos índices de rejeição.

No caso do Brasil, com a eleição da presidenta Dilma Rousseff (PT), houve a subversão da ordem de responsabilização naturalizada às mulheres imposta pela racionalidade neoliberal. Sua vitória eleitoral simbolizou que as mulheres não cabem apenas, e exclusivamente, às tarefas do lar.

O Estado passou a ser contracenado como um lugar onde as mulheres também poderiam ser partícipes, o que nunca havia sido uma realidade no país. Porém, o acesso de mulheres aos espaços de poder não implicou na garantia de que ali permaneceram.

O *impeachment* – melhor expresso como golpe – contra a Rousseff (PT) em 2016 foi resultado da aliança entre grandes corporações midiáticas, o judiciário e um centrão político descontente diante da agenda “leviana” de ajuste fiscal. De um lado, setores do empresariado cobraram o aprofundamento de uma agenda de austeridade econômica (reforma trabalhista, teto dos gastos e ajuste fiscal) e, por outro, os movimentos sociais criticaram os ajustes econômicos do governo e acusaram-na de ter cometido “estelionato” eleitoral.

A instabilidade institucional no país foi marcada pela articulação de um vice-presidente, homem, contra a sua própria “cabeça de chapa”, uma mulher. O golpe contra Rousseff simboliza, ainda hoje, como o antifeminismo desempenhado por opositores atuou enquanto um mobilizador público pela sua saída. Desta maneira, o golpe aconteceu diante de declinações políticas e movimentações sociais vividas após as manifestações de junho de 2013.

A declinação política expressa nas ondas do período de 2013, expôs a crise de representatividade nos espaços de poder, emergindo nas ruas, novos grupos sociais e setores de juventudes em contraponto ao fatídico aumento das tarifas e aos gastos com os estádios para a Copa do Mundo no ano posterior. Essa crise também foi responsável por compactar o acirramento e o (re)agrupamento de novos e tradicionais

setores da direita, formando um campo de disputa em torno da agenda moralista e anticorrupção.

O período também foi marcado pela chegada de novos atores/atrizes neoconservadores/as na cena pública. Não foi à toa que as ativistas, agora deputadas federais, Carla Zambelli e Chris Tonietto destacaram-se tanto, liderando as manifestações que se desdobraram com palavras de ordem contra a corrupção e o gênero.

De maneira que o golpe contra a presidenta, além de ter sido resultado de uma coarticulação entre pares políticos de longa sustentação da base petista no Congresso, revelou as enormes dificuldades e empecilhos para a atuação das mulheres no espaço político. O fato de o Brasil eleger sua primeira presidenta e, dois anos depois, seus pares articularem a sua própria decaída, retrata como operou a misoginia institucional diante de um episódio de instabilidade institucional.

Os argumentos – não exclusivos da direita – de que Dilma Rousseff era inabilidosa, “pau-mandado do Lula” e inexperiente provam que uma das facetas do golpe foi a constante de desqualificação pública dos seus mandatos a partir de violências políticas sexistas e misóginas. A sensação pública de insuficiência institucional foi alastrada com a ajuda da grande imprensa, martelada cotidianamente, por discursos de que Dilma Rousseff era “incapaz de governar”, “de conversar”, “de conciliar” e de “resolver problemas políticos”.

Se tratando da *performatividade* de gênero da governante, por não responder à uma feminilidade esperada socialmente, sua imagem foi “constantemente carregada de significações negativas, uma vez que a presidenta não assumiu os papéis esperados para uma mulher” (LEMOS, 2017, p. 7).

O *impeachment* sofrido pela presidenta eleita democraticamente e alinhada às posições progressistas, significou uma vitória do antifeminismo, por mais que houvesse diferentes concepções e formulações sobre o papel dos governos Dilma Rousseff nos avanços (ou não) das políticas para as mulheres.

As comparações ao governo de Rousseff aos feitos e prestígios do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, as campanhas de desinformação, os adesivos – um destes simulando Dilma sendo penetrada em um tanque de gasolina –, sua comparação grotesca à “dentuça”, a crítica a sua vestimenta, ao seu peso, o

questionamento à sua orientação sexual e o corte *memético*²⁸ de frases “desconexas e sem sentido” publicadas nas redes sociais, foram algumas das violências políticas vividas.

Mesmo que não tenha se declarado publicamente feminista, pelo menos até a escrita dessa dissertação, o episódio de golpe retrata elementos do antifeminismo enquanto um mobilizador público contra a chegada de mais mulheres nos espaços de poder. Os discursos antifeministas foram adotados como estratégia de intimidação contra a entrada de mais mulheres na política. Quais mulheres? Aquelas que majoritariamente expõem, de diferentes escalas e formas, o caráter *masculinista* da política brasileira.

Nesse sentido, o cunho misógino, sexista e antifeminista do golpe nos revela muito sobre o caráter político que o próximo governo eleito emergiria após a decaída do governo petista.

A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República compôs parte da negação da política e das disputas de gênero nas esferas estatais, contemplando os princípios sexistas e violentos que ensejaram o golpe contra Dilma Rousseff. Com isso, o novo governo ancorou-se nos valores masculinistas e misóginos, avesso à democracia e ao debate público, idolatrando a ditadura militar, balizando discursivamente (e politicamente) os valores morais neoconservadores das religiões cristãs nas esferas do Estado.

O slogan eleitoral “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*” demarcou que a agenda de Estado seria a de mobilização do medo, cujo objetivo era a instauração de uma nostalgia do retorno (SCHWARCZ, 2019, p. 197) e do supremacismo religioso cristão como ordem pública. De maneira que não caberia laicidade e respeito às demais religiões.

Através da gestão do medo, os grupos reacionários insuflaram nas eleições de 2018 a polarização do “nós e eles”, feministas e femininas, cristãos e ateus, direita (bem) e esquerda (mau), heterossexuais e comunidade LGBTQIA+, nossa imprensa versus a mídia tradicional e *etecetera*, formando, na prática, um reforço às polarizações.

Outro aspecto que cabe ressaltar sobre a construção do bolsonarismo

²⁸ *Memética* é um estudo dos memes iniciado em 1976 com o autor Richard Dawkins, que estuda os memes enquanto novos replicadores sociais. Com o advento da internet, os *memes* tomaram novos contornos comunicativos, sendo utilizados enquanto uma ferramenta de estratégia política.

em curso é a utilização de estratégias negacionistas, anticientificistas, antifeministas, tendo como fio condutor a agnotologia – a ignorância como estratégia política –, mobilizando-se, assim, assuntos polêmicos para minimizar os impactos de uma agenda decisória e controversa aos interesses populares (GALETTI & MELO, 2021, p. 8).

Foi diante deste contexto de um Brasil ambivalente, instável institucionalmente, com uma pluralidade de dicotomias e polarizações em seu tecido social, que se concentrou a vitória eleitoral das deputadas Carla Zambelli (PSL-SP) e Chris Tonietto (PSL-RJ) para a Câmara Federal. Cujo ensejo conjuntural refletiu em novos ativismos neoconservadores com vistas a compor a base do governo Bolsonaro na validação de mulheres no parlamento à uma agenda antigênero.

O antifeminismo não se restringe à atuação política de Carla Zambelli e Chris Tonietto. Em outras oportunidades históricas, mulheres católicas alinhadas ao discurso da Santa Sé disputaram, em grupos autoritários, bases morais conservadoras. No caso brasileiro, em 1932 destacaram-se as mulheres participantes do movimento integralista, conhecidas como blusas-verdes, sob liderança do católico Plínio Salgado. Elas compuseram parte do escopo de “mulher de bem” e marcharam ao lado de homens por “Deus, Pátria e Família”.

[...] um movimento que compartilhava características similares ao fascismo italiano ao fascismo italiano, que constituiu a mulher brasileira por meio de um ideário fascista que atingiu todas as classes de mulheres dos anos 30 e 40, por meio de demandas necessárias para a construção da mulher engendrada pelo movimento Integralista (SANTOS, 2018, p. 1).

Internacionalmente, a católica Dale O’Leary, jornalista norte-americana e porta-voz da Coalizão das Mulheres pela Família publicou, em 1997, o livro *The Gender Agenda*. Sua obra teve como objetivo relacionar a agenda feminista como comunista, definindo o feminismo como “anti-maternidade” e contrário aos homens. Como elucidada Sonia Corrêa ao discorrer sobre os bastidores políticos do Comitê Preparatório da IV CMM de Pequim, o livro da católica foi incorporado e utilizado, em anos posteriores, nos documentos da Igreja Católica.

O panfleto adulterava um artigo clássico de Anna Fausto Sterling sobre intersexualidade (Fausto-Sterling, 1993:20-25) para argumentar que, ao usar o termo gênero, as feministas (“em geral homossexuais”, segundo o texto), reivindicavam a existência de cinco gêneros (CORRÊA, 2018, p. 7).

O livro foi responsável por moldar parte do discurso católico conservador da chamada “ideologia de gênero”, que aparece nominalmente citada no documento da

Conferência Episcopal do Peru, em 1998. Na linha de criminalização do gênero, a gênese do discurso católico conservador esteve presente nos discursos eleitorais de Zambelli e Tonietto. Como destacado por Junqueira (2018), a expansão do termo “*ideologia de gênero*”, faz parte da elaboração de uma retórica reacionária antigênero que apela ao catastrofismo, um dos elementos típicos da retórica reacionária.

Nas eleições de 2018, as deputadas se colocaram contra uma “ameaça comunista” representada pela candidatura de Fernando Haddad (PT). Suas agendas foram acompanhadas de pautas como a “defesa da família” (no arranjo institucional), contra o “abortoduto” (denúncia das agendas pela descriminalização do aborto), contra o “ativismo judicial” (ferramentas do Direito para impedir ações pró-gênero), em defesa do Estado mínimo e das privatizações.

Como elucidou a antropóloga Isabela Oliveira Kalil (2018) ao classificar dezesseis tipos de apoiadores(as) em potencial de Jair Bolsonaro nas eleições, um estrato destes perfis seriam as ‘bolsogatas’. Elas são parte de um eleitorado feminino composto por uma nova geração de mulheres de direita, com mais presença na classe média, alta e nas elites (Ibid., p. 16). As ‘bolsogatas’ são ativistas antifeministas que negam a importância histórica do movimento de mulheres como prática política e, para se contrapor, utilizam a expressão “feministas não, somos femininas”.

As deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto se localizam neste perfil de ativistas que vem produzindo, nos últimos anos, congressos, reuniões, *lobbys* e formações antifeministas com caráter anticomunista. Encontraram na ascensão do bolsonarismo a receptividade de espaços antifeministas de propagação de ideologias neoliberais, com o propósito de atuar na cena pública brasileira para frear a agenda feminista.

Fazem parte, assim, de um estrato, entre tantos possíveis, de apoiadoras do Bolsonaro que encontraram na eleição de um líder de extrema direita uma oportunidade de declararem guerra contra o gênero.

O fato é que a entrada de mais mulheres na política foi se alterando ou se adaptando na medida em que os papéis de gênero sofreram questionamentos tanto nas esferas públicas e como privadas, como citado anteriormente, como a chegada da presidenta Dilma Rousseff ao poder. Mães, indígenas, negras, jovens, antifeministas, empresárias, policiais, pastoras, mulheres com deficiências, feministas, religiosas e etcetera, passaram nas últimas décadas a contracenar o perfil público, mesmo em minoria, dos parlamentos brasileiros. Este cenário trouxe tanto questões sociais como

impasses políticos.

A questão que se coloca é que às mulheres lograram ocupar lugares públicos, neste caso o legislativo, contrariando as concepções iniciais judaico-cristãs que reforçaram o papel naturalizado de “cuidadoras do lar”, do zelo familiar e exclusivamente responsáveis pelo trabalho reprodutivo das sociedades.

Com o governo de Bolsonaro, as legisladoras católicas antifeministas se deslocam da lógica privada – embutida na moralidade católica – para disputarem o Estado a fim de validar uma ideologia antifeminista nos espaços de poder. Esse fato que nos traz reflexões.

Quando apresentei um *paper* dos resultados parciais da pesquisa durante o VII Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião da Faculdade EST, fui questionada se a definição de “ativistas” caberia para classificar as deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto. A partir disso, me dei conta de que não havia refletido teoricamente sobre o significado do conceito e da identidade do grupo.

Segundo a definição de *Oxford Languages*, ativista é aquele(a) que “trabalha para alcançar mudanças políticas ou sociais, especialmente como membro de uma organização com objetivos específicos” (OXFORD, 2022, p. 1).

Para Velot Wamba e Mario Campagnani (2018)²⁹, existe uma tensão no termo ativista por parte de organizações reacionárias e movimentos sociais do espectro progressista. Entre os movimentos sociais e partidos revolucionários, há uma predileção pela utilização do termo “militante” – importado da luta operária armada.

Militante político pode ser aquele(a) que se organiza mais coletivamente, e encontra eco de sua luta nas organizações partidárias e/ou nos movimentos sociais. Já o termo ativista, foi mais difundido entre organizações do terceiro setor, apartidárias e ligadas às pautas em defesa do meio ambiente.

Atividades caracterizadas como “ativismo” no Brasil podem ter suas raízes históricas nas lutas do movimento operário do final do século XIX, por exemplo, mas só ganharam este nome com o surgimento do próprio movimento ecológico e ambientalista, a partir das décadas de 1970 e 80. (Ibid., p. 1)

Com a ascensão da internet, o termo “ativista” passou por constantes mudanças. A dinâmica estabelecida no ambiente virtual com o advento das redes

²⁹ Disponível em <https://escoladeativismo.org.br/ativismo-a-palavra-a-origem-e-a-disputa-pelo-sentido-do-termo/>. Acesso em janeiro de 2022.

sociais permitiu que desconhecidos(as) ganhassem reconhecimento, furando a barreira da mídia tradicional televisiva. A partir da difusão de conteúdos em canais no *Youtube*, com criação de grupos no *Facebook* e de novos *blogs* autônomos, indivíduos passaram a reivindicar bandeiras políticas no ambiente virtual. Para as/os jovens, que possuem mais facilidade com o ambiente tecnológico, as redes sociais possibilitam novas formas de sociabilidade e mobilização.

Grupos políticos com pautas ligadas à direita política usufruíram e desenvolveram, a partir de 2013, habilidades de difusão de conteúdo e engajamento nas redes sociais. A estrada construída por *influencers* de direita nas redes sociais alavancou a chegada de Jair Bolsonaro e das ativistas Carla Zambelli e Chris Tonietto ao poder em 2018. Contudo, a explicação para isso é complexa.

Também se identificou nas eleições de 2018, novos ativismos religiosos engajados na disputa política através das redes sociais. Ativistas de direita e extrema direita ligados a grupos religiosos encontraram nas redes sociais a possibilidade da difusão de posições neoconservadoras ao propagarem campanhas, desinformações (*fake news*), críticas à mídia tradicional e, o mais essencial, mobilizaram pessoas em torno das posições conservadoras.

A partir dessa reflexão considero que Zambelli e Tonietto são ativistas religiosas de direita, antifeministas e que experimentaram na ascensão das redes sociais a possibilidade de vocalizar no parlamento agendas e pautas neoconservadoras guiadas por uma religiosidade católica.

Faz-se necessário reconhecer que, apesar da concepção do papel privado das mulheres está no cerne do ideário católico conservador, outros(as) agentes religiosos(as) têm contribuído na formação dessa ideologia antifeminista, ampliando os repertórios religiosos antigênero. Com vistas à disputa do Estado, outros grupos têm utilizado essa estratégia, então, não se trata de uma movimentação exclusiva de Bolsonaro ou dos atores e atrizes católicas. Ativistas religiosas antifeministas e cristãs encontraram, nesse contexto, uma oportunidade de disputar a gramática do gênero tanto refutando quanto se apropriando de conceitos e temas trabalhados pelos estudos de gênero.

Para dar concretude à essa afirmação, abordarei no próximo ponto a atuação da ativista e atual deputada estadual de Santa Catarina, Ana Campagnolo³⁰ (PSL-SC),

³⁰ Vale destacar que Campagnolo é aliada política de Carla Zambelli e Chris Tonietto.

cuja confissão de fé é evangélica de *confessionalidade* ao protestantismo (presbiteriana), além de ser fundadora do primeiro Clube Antifeminista do Brasil.

O ativismo de Ana Campagnolo visibiliza o caráter religioso-cristão presente no antifeminismo e que é difundido entre as parlamentares femininas antigênero e ativistas de direita. Ainda assim, é possível constatar uma fronteira *borrada* entre a *confessionalidade* “católica” ou “protestante” na identificação de antifeminismos de mulheres. O que se constata é que o debate antigênero é a aliança comum entre elas.

1.3. “Bíblia do antifeminismo” e as intelectuais orgânicas antigênero

“*Movimento antifeminista não para de crescer no Brasil*”³¹ comemorou a deputada Ana Campagnolo, de 30 anos, eleita em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL) na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

A relação Campagnolo com antifeminismo começou em 2013 quando ela processou sua ex-orientadora de Mestrado na UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina, após ter sido questionada durante as aulas do Laboratório de Relações de Gênero e Família, sobre seus posicionamentos. Desde então, a antifeminista vem expondo o que chama de “perseguição ideológica e símbolo da luta contra a doutrinação e a violência institucional” (CAMPAGNOLO, 2021), vocalizando dentro do parlamento catarinense uma inflexão contra as questões de gênero.

Sobre a trajetória da deputada, ela se auto identifica de confissão de fé presbiteriana, é professora de História em Chapecó, filha de um policial militar da reserva e criada na Assembleia de Deus.³² Bem antes de ser eleita, Ana Campagnolo abriu um canal no *Youtube* em 2013, onde postava vídeos analisando os textos de Olavo de Carvalho e já vinha construindo uma carreira de destaque no meio como uma “intelectual feminina do bolsonarismo” nas redes sociais.³³

Anos mais tarde, intensificou seu ativismo nas redes e articulou um “balcão de denúncias” contra “professores doutrinadores” nas salas de aula. Campagnolo incentivava que alunos gravassem os professores caso reconhecesse algum discurso ideológico-partidário. Além da censura aos professores, também produziu vídeos sobre

³¹ Disponível em: <https://anacampagnolo.com.br/noticia/movimento-antifeminista-nao-para-de-crescer-no-brasil>. Acesso em outubro de 2021.

³² Disponível em <https://anacampagnolo.com.br/>. Acesso em dezembro de 2020.

³³ Canal do Youtube disponível em <https://www.youtube.com/channel/UC4Tb1JgVxgKvb3MGWXenC3w>. Acesso em dezembro de 2020.

“ideologia de gênero”, “santidade”, “aborto”, “feminilidade” e etecetera. Todos alinhados à dimensão neoconservadora de restrição às questões de identidade de gênero, de sexualidades, de expressões variadas do gênero e dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR).

Assim como nos casos de Tonietto e Zambelli, 2018 foi a primeira eleição em que a catarinense disputou algum cargo público. Aos 26 anos de idade, acessou a Assembleia de Santa Catarina com 34.825 votos, sendo a terceira deputada mais votada do Estado.

Nas redes sociais, seu apadrinhamento midiático e político durante as eleições era o presidente Jair Bolsonaro e seus filhos. As redes sociais foram um dos seus principais motores eleitorais, destacando-se por ter 895 mil seguidores no *Instagram*, 403 mil inscritos no seu canal do *Youtube*, 288 mil seguidores no *Facebook* e 20.575 inscritos no seu canal do *Telegram*.³⁴ Após o resgate de tweets antigos da deputada, publicados entre 2011 e 2012, fazendo alusão ao “uso de maconha”, ela desativou sua conta e até hoje não tem mais canal direto na rede.

Em um vídeo publicado no seu canal no *Youtube* com o título “Você cogita se tornar católica?”³⁵, a deputada procura sanar as dúvidas apresentadas pelos(as) eleitores(as) sobre sua *confessionalidade* religiosa. O que nos interessa aqui, ao analisar brevemente o discurso da evangélica no vídeo, é identificar quais são os pontos de tensão e alinhamento com o repertório religioso católico neoconservador. Bem como, reconhecer que a atuação pública da deputada tem servido para inspirar outras parlamentares católicas antifeministas, sendo ela uma espécie de “líder do antifeminismo” no Brasil. Sua produção literária e publicações nas redes sociais servem também de apoio para influenciar, fomentar e formar outras ativistas neoconservadoras.

É interessante observar que no cenário da gravação do vídeo, de atrás de Campagnolo, há a imagem da Santa Terezinha e Santo Agostinho. Em outras ocasiões a deputada cita frases de Santa Terezinha e compartilha da sua biografia nas redes sociais, com tom de admiração à Santa ‘das carmelitas’.

No vídeo, ela inicia contextualizando que sua transição religiosa da Assembleia de Deus para uma Igreja Presbiteriana³⁶ aconteceu quando ela tinha entre 20 e 22

³⁴ Informações coletadas em outubro de 2021.

³⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zL99frZclKq>. Acesso em outubro de 2021.

³⁶ Não foi possível identificar qual igreja.

anos e a transição ocorreu por ter começado a estudar sobre Calvino, predestinação e arminianismo. Ainda na sua justificativa sobre o papel das religiões, afirma que não concorda com tudo de Calvino, mas que ainda sim “não vê problemas em ter muitas dúvidas sobre muitos assuntos teológicos” (CAMPAGNOLO, 2019), mostrando-se aberta para escutar sobre outras doutrinas além da ótica protestante.

Tratando-se da admiração com o catolicismo, a deputada destaca dois pontos que mais chamam sua atenção na Igreja Católica: os símbolos católicos e a história dos santos. A deputada faz uma crítica à falta de repertórios visuais nas igrejas evangélicas, argumentando que “falta nas nossas igrejas um pouco de arte, um pouco de beleza”. Descrevendo que “[...] acho um pouco ruim quando você entra em uma igreja evangélica e ela parece um auditório do SENAC.” (CAMPAGNOLO, 2019), o espaço da igreja evangélica (no singular) soaria como um salão de “palestras” pouco convidativo.

Afirma também já ter lido biografias de santos(as) católicos(as) e ser assinante do clube de livros da “Minha Biblioteca Católica”, sendo uma referência feminina a santa Joana D’arc, canonizada em 1920.

Um parêntese antes de seguirmos. Em outras ocasiões a deputada católica Chris Tonietto (PSL-RJ) também elogiou a trajetória da santa Joana Darc. Ao votar contra o Projeto de Lei nº 557 de 2020, que visava instituir a "Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História" no âmbito das escolas de educação básica do país, Tonietto justificou sua posição na Comissão de Direitos da Mulher da seguinte forma:

Assim, uma vez que não há determinação alguma quanto à escolha das mulheres a serem homenageadas, há que se considerar que muito provavelmente serão lembradas aquelas pertencentes ao movimento feminista. Geralmente tidas como revolucionárias e que tinham opiniões bastante condenáveis acerca do casamento e do conceito de família, por exemplo. Dessa forma, possivelmente não se falará de outras mulheres que influenciaram o mundo com seus princípios, e o motivo é injusto: nenhuma delas fazia/faz parte do universo feminista. Isso porque é mais que sabido que o movimento feminista aparenta conferir descrédito e certo menosprezo às mulheres que optam pela vocação de terem família, cuidar de seus filhos por terem “vidas ocultas” e **supostamente não serem revolucionárias. Mulheres como Santa Teresa D’Ávila, Santa Joana D’Arc** e tantas outras geralmente não são lembradas, já que apenas são exaltadas aquelas que se coadunam com as pautas feministas (TONIETTO, 2021, p. 2; grifos nossos).

No caso de Campagnolo, mesmo admirando elementos da Igreja Católica como o fato de ser assinante de bibliotecas católicas e inspirar-se na trajetória da santa Joana Darc, afirma que, acredita ser “ vaidade intelectual” de sua parte se converter ao catolicismo só porque no Brasil “os intelectuais católicos são muito bons”. Referindo-

se ao Padre Paulo Ricardo, ao ativista neoconservador Bernardo Küster e ao escritor Olavo de Carvalho.

Destrinchando ainda mais sobre as justificativas de não ser católica, ela afirma não acreditar nos dogmas católicos e sua tensão está justamente na leitura do catolicismo sobre o purgatório, a substanciação e a intercessão dos santos. Como o justifica,

[...] a questão do purgatório pra mim é bastante duvidosa. A própria substanciação eu não tenho uma resposta sobre isso. A intercessão dos santos são assuntos que eu não consigo crer, por mais que eu me esforce em entender (CAMPAGNOLO, 2019).

Diante da *confessionalidade* protestante presbiteriana, a deputada reitera em suas justificativas de não ser católica, o resgate de divergências históricas entre as duas religiões.

Apesar de seguir a confissão protestante presbiteriana, mantenho uma convivência bastante pacífica com as demais vertentes da tradição cristã e incluir em meu cotidiano diversas referências visuais que remetem à beleza marcante expressada pela simbologia contida na arte católica (CAMPAGNOLO, 2019).

Podemos refletir então, que o que une a deputada a uma aliança com o catolicismo não é o seu desacordo sobre o teor da substanciação e o papel dos santos, mas sim, o que ela intitula de “convivência bastante pacífica” representa um alinhamento ideológico aos valores morais defendidos pelo ideário católico neoconservador.

De modo que usufrui de espaços estimulados por intelectuais católicos e centros de formação conservadora para evocar as bandeiras antifeministas. Para dar concretude a essa afirmação, faz-se necessário descrever que a deputada não resume sua atuação somente à esfera parlamentar, ou em um “mandato burocrático” por meio das leis, das comissões, e até do conhecido “balcão de negócios” da política tradicional.

Conectada à agenda do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em 2018 lançou sua primeira livraria virtual³⁷. Eleitoras(es) passam a ser também possíveis leitoras(as).

A Livraria Campagnolo reúne uma série de livros focados na formação

³⁷ Disponível em <<https://livrariacampagnolo.com.br/>>. Acesso em outubro de 2021.

antifeminista e anticomunista. Dentre os livros mais vendidos está o “Feminismo: Perversão e Subversão” (2018) que, como descreve a organizadora da livraria virtual³⁸, é “a primeira vez que uma autora brasileira rompia a espiral do silêncio para publicar uma obra inteira voltada à perspectiva antifeminista no país”. O livro após atingir a marca de 50 mil cópias vendidas, foi intitulado pela loja virtual como a bíblia do antifeminismo.

Dentre os pontos centrais que são apresentados no livro de autoria de Campagnolo, destaco quatro argumentos defendidos: 1. a associação da luta feminista como um “desentendimento público” em meio a uma “aceleração da amargura entre os sexos”; 2. a partir de sua leitura enquanto historiadora faz negacionismo histórico das lutas de feministas no Brasil, associando o movimento a uma onda de “libertinagem sexual”, por isso o uso no título do termo jocoso de “perversão”; 3. caracterização do feminismo como uma “ideologia totalitária” e que ao justificar essa “ideologia” nem sempre se recorre a gramáticas religiosas; 4. o acionamento da “*ideologia de gênero*” enquanto um “meta-conceito” criado, formulado e difundido pelos estudos de gênero e o não reconhecimento da Igreja Católica diante dessa propagação e idealização.

Apesar de ser escrito por uma ativista antifeminista protestante, o prefácio é do católico Bernardo Kuster, jornalista e blogueiro, condenado em 2020 no inquérito das *fake news*. No prefácio, Kuster retoma a discussão da “*ideologia de gênero*” para afirmar que “entre todos os caminhos para promover a revolução sexual, a ideologia de gênero é indiscutivelmente aquela que caiu nas graças do feminismo” (KUSTER, 2018, p. 19).

O sintagma “*ideologia de gênero*” (JUNQUEIRA, 2018, p. 451) aparece 36 vezes citado no livro. A expressão é definida pela autora como um “perigo civilizacional”, “violenta campanha”, “desregramento sexual”, “aversão à maternidade”, “desconstrução das identidades”, “separação total entre sexo e gênero” e resultado da “greve das barrigas”.

A “bíblia do antifeminismo” é o livro mais vendido na categoria Movimentos Políticos e Ciências Sociais da CEDET em 2020³⁹. Nos dados de avaliações de clientes da *Amazon* mostra que houve 2.016 classificações sobre o livro até novembro de

³⁸ Disponível em <https://anacampagnolo.com.br/noticia/movimento-antifeminista-nao-para-de-crescer-no-brasil>. Acesso em outubro de 2021.

³⁹ Disponível em <https://cedet.com.br/novasrevendas/>. Acesso em outubro de 2021.

2021⁴⁰. Deste número, 92% dos leitores(as) apontaram o livro como 5 estrelas, 3% com 4 estrelas e 4% com 1 estrela.

Além da divulgação e produção deste livro, a deputada estadual é organizadora e fundadora do primeiro Clube Antifeminista do Brasil, um clube de leitura neoconservador que reúne na plataforma virtual “Cursos Logy” 50 aulas temáticas com carga horária de 60 horas com professores(as) e convidados(as) que tratam dos temas que circundam o antifeminismo⁴¹.

A plataforma virtual “*Cursos Logy*”⁴² têm como cursos disponíveis, não somente o clube Antifeminista, mas diversos outros. Com slogan “a plataforma a prova do cancelamento”, além do clube Antifeminista, comporta também outros cursos conservadores com ministrantes reconhecidos no bolsonarismo. Entre eles, Bene Barbosa, ativista pró-armamentista responsável pelos cursos de Defesa Residencial e Oficina de Argumentação. Daniel Lopez, jornalista e doutor em linguística (UFF), é responsável pelo “Manual de Defesa do Conservador”. Danilo Cavalcante, formado em história pela Universidade Federal de Pernambuco e fundador do Farol — a primeira escola de treinamento para conservadores do Brasil — ministra os cursos de Clube Meia Entrada e O Farol. Leandro Narloch, jornalista e autor do livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (2012), ministra *Verdades Proibidas* e Rodrigo Constantino, economista, presidente do Instituto Liberal e um dos fundadores do Instituto Millenium, é responsável pelo curso *Pensadores da Liberdade*.

Ao consultar os cursos hospedados na plataforma, vê-se que a média de valor para a aquisição dos cursos é entre R\$600 e R\$190 reais. Clube de Leitura Antifeminista é o curso mais barato da plataforma, sendo fixado o valor de R\$190,80 por pessoa (podendo ser parcelado em até 12 vezes). O que representa uma maior acessibilidade econômica para um público de classe baixa.

É possível identificar uma desigualdade de gênero entre os valores dos cursos da Plataforma Logy, pois os cursos ministrados por homens são mais caros em comparação às o das mulheres. Vale destacar também que a estética adotada para divulgação do Clube de Leitura se aproxima de uma “estética feminista” presente nas redes sociais, sendo o uso ostensivo de paletas roxas e verdes (cores reconhecidas

⁴⁰Disponível em <https://www.amazon.com.br/Feminismo-Pervers%C3%A3o-Subvers%C3%A3o-Caroline-Campagnolo/dp/8595070547#customerReviews>. Acesso em outubro de 2021.

⁴¹ Disponível em <https://www.cursology.com.br/cursos/feminismo/>. Acesso em outubro de 2021.

⁴² Disponível em <https://www.cursology.com.br/capitalismo-turma-5/>. Acesso em outubro de 2021.

pela luta em defesa da descriminalização aborto na América Latina), desenhos animados, quadrinhos e letras “ousadas” na tipografia.

Em se tratando da temática, o Clube Antifeminista promete entregar aos(as) cursistas os seguintes temas:

História dos homens e mulheres desde a Antiguidade, as relações de sexo na sociedade e no trabalho, a vida das mulheres na Idade Média e antes do surgimento do feminismo, as grandes personalidades da história, a biografia das santas, rainhas e heroínas, quem foram as principais expoentes do feminismo e quais seus livros e conceitos principais, quais foram os homens por trás de cada estratégia da revolução sexual, de onde vem o dinheiro das organizações feministas, quais são as falácias abortistas e antifamília mais perigosas, como combater a ideologia de gênero e as grandes mentiras sobre conquistas femininas (Sinopse Clube Antifeminista, 2021).

Nas aulas gravadas com duração de até 2 horas, resgata a biografia de santas como Joana D'arc, usufrui do discurso “antifamília” – nesse caso, a família entendida como o arranjo institucional sagrado heterossexual – e propaga constantemente o termo “*ideologia de gênero*”. Em geral, nega-se às movimentações de grupos de mulheres, associando às vitórias a condições possíveis devido a figuras masculinas da época e citam como exemplo o caso do sufrágio feminino no Brasil.

Na sessão temática 4 do curso há uma aula com a chamada “conheça outras antifeministas brasileiras”. Neste espaço, figuras católicas são mobilizadas como referência e entre elas, a deputada federal Chris Tonietto. Além dessa citação em tom de homenagem, Tonietto é coorganizadora junto a Campagnolo do “Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas” (2021).

Esse guia é vendido no valor de R\$17 e está disponível em mais de 50 livrarias virtuais, e conforme divulgado pelas redes sociais das deputadas, será lançado em diversas Assembleias Legislativas e no próprio Congresso Nacional ao longo de 2022.

O texto de Campagnolo e Tonietto é uma espécie de coletânea de ativistas antifeministas no Brasil, cuja orientação temática é a criminalização do aborto. É também atravessado por uma série de chavões-conceituais presentes na agenda antifeminista como a “mentalidade contraceptiva”, “abortoduto”, “anti-gramática neutra”, “infelicidade e o feminismo”, anticomunismo e etcetera.

Como descreve a propaganda do guia⁴³:

As mulheres sempre foram oprimidas e os homens, privilegiados? Toda grande escritora do passado era feminista? Na Idade Média as mulheres eram

⁴³ Disponível em <https://livrariacampagnolo.com.br/guia-contras-feministas>. Acesso em janeiro de 2022.

infelizes? Antes do feminismo, as mulheres não podiam governar, nem trabalhar, nem estudar e nem votar? O feminismo é necessário e representa todas as mulheres? O aborto e o divórcio são conquistas feministas? A teoria de gênero e a linguagem neutra vieram para acabar com os preconceitos e as discriminações? Para analisar estes e outros mitos propagados há décadas pelo movimento feminista, Ana Campagnolo reuniu um time de especialistas: Ana Derosa, Catharine Caldeira, Chris Tonietto, Cristiane Corrêa, David Amato, Fernando Pestana, Isaque de Miranda, Lara Brenner, Marlon Derosa, Natália Sulman e Ricardo da Costa (CAMPAGNOLO, 2021).

É importante frisar que na chamada se reconhece dois fatores interessantes de análise sobre o impacto dos estudos de gênero para as ativistas antifeministas. O primeiro seria o próprio reconhecimento da existência da “teoria de gênero” e não **do** gênero. O outro, é o reconhecimento da luta e do movimento feminista há décadas, mesmo que seja intitulado como “propagador de mitos”. É resgatado também algumas questões fundamentais trabalhadas por diferentes áreas dos estudos de gênero, como os conceitos de opressão, privilégios, direito, representação e etcetera.

Ao entrar no site Livraria Tonietto, observa-se que o layout do site é muito parecido com o da Livraria Campagnolo. Ao comparar os dois sites das duas livrarias virtuais, o número para “dúvidas e maiores informações” são iguais. Ao resgatar o caput do site, identifiquei que se trata da mesma empresa operadora das duas livrarias.

Por acompanhá-lo no *Instagram* desde do início desta pesquisa, também lembrei que o influenciador digital católico Bernardo Kuster também tinha uma livraria virtual. Quando acessei a Livraria do Bernardo não deu outra, o mesmo layout, o mesmo número, o mesmo esquema de design de site.

Foi então que constatei que não era uma iniciativa individual e/ou isolada das deputadas. As livrarias virtuais hospedadas pela empresa CEDET, cujo nome fantasia é Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico, funciona como um *e-commerce* de livros antifeministas, anticomunistas cujos divulgadores(as) são parlamentares e ativistas bolsonaristas. Eles são padres, filósofos(às), centros católicos, historiadores(as), psicólogos(as), *influencers* católicos(as) e *youtubers* que compõem o perfil de autores(as) vendidos.

Na página do CEDET é possível encontrar quais livrarias estão hospedadas no site. A empresa é responsável por gerir mais de 60 livrarias virtuais com os mais variados temas da direita conservadora com os temas de antifeminismo, anticomunismo, armamento, família, teologia católica, teologia protestante e etc. Entre os serviços prestados pela empresa estão a contagem e hospedagem da loja/livraria virtual, o cadastro de produtos e a gestão do estoque.

Como demonstra a tabela abaixo, essas são algumas personalidades que hospedam suas livrarias em um mesmo servidor de *e-commerce*.

Tabela 1 – Personalidades com venda de livros no CEDET

Nome	Vinculado à	Cargo/Ocupação	Confissão de fé	Temáticas recorrentes	Link
Ana Campagnolo	Livraria Campagnolo	Deputada Estadual PSL/SC	Presbiterana	Antifeminismo; Revolução Sexual	https://livrariacampagnolo.com.br/
Sara Winter	Livraria Sara Winter	Ativista antifeminista	Católica	Antifeminismo; Militância	https://livrariasarawinter.com.br/
Nikolas Ferreira	Livraria Nikolas	Vereador PSL–GO	Pentecostal	Antidoutrinação; Cristofobia	https://livrariadonikolas.com/
Chris Tonietto	Livraria Tonietto	Deputada Federal PSL-RJ	Católica	Antifeminismo; Catolicismo; Anticomunismo	https://livrariatonietto.com.br/
Bernardo Kuster	Livraria do Bernardo	Jornalista e blogueiro	Católico	Doutrina Política	https://livrariadobernardo.com/
Olavo de Carvalho	Livraria Seminário de Filosofia	Filósofo	Católico	Filosofia; Anticomunismo	https://livraria.seminariodefilosofia.org/
Allan dos Santos	Livraria Terça-livre	Blogueiro	Católico	Política; Comunicação; Direita	https://livrariatercalivre.com/
Ana Luísa	Livraria Sabedoria Católica	<i>Influencer</i> de Instagram	Católica	Feminilidade; Catolicismo; Antifeminismo	https://livrariasabedoria.catolica.com.br/
Samia Marsili	Livraria da Samia	<i>Influencer</i> de Instagram	Católica	Educação; Infância; Catolicismo	https://livrariadasamia.com.br/
Centro Anchieta	Livraria Centro Anchieta	Associação de Leigos Católicos	Católico	Economia; Doutrina; Política	https://livrariacentroanchieta.com.br/
Padre Wander	Livraria Padre	Padre na Diocese de Santo	Católico	Teologia; Cristofobia;	https://livrariadopadrewander.com/

	Wander	Amaro/SP		Catolicismo	m.br/
Angélica	Livraria Bora Ser Santo	Psicóloga	Católica	Psicologia; Antifeminismo; Catolicismo	https://livrariaborasersanto.com.br/
Padre Leonardo	Livraria Padre Leonardo	Padre e <i>influenciador</i> digital	Católico	Filosofia; Família; Doutrina	https://livrariapadreleonardo.com.br/
Antonia Fontenelle	Livraria Antonia Fontenelle	Youtuber e apresentadora	Umbandista	Política; Antifeminismo; Meritocracia	https://livrariaantoniafontenelle.com.br/

Fonte: CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico. Quadro: elaboração própria/2021.

Identifiquei assim, que há conexões institucionais de 14 livrarias que compõem os mandatos parlamentares antifeministas entre *influencers* e centros católicos, que reunidos através empresas de difusão de conteúdos neoconservadores organizam-se em, entre diferentes atores da extrema direita, uma rede de articulações conjuntas.

Como apontado pela jornalista investigativa Juliana Sayuri em matéria para *The Intercept*, a empresa CEDET foi fundada em 1982 pelo engenheiro Saul Gonçalves D'Ávila, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com outros quatro sócios⁴⁴. Após as mudanças dos sócios, a editora passou a distribuir livros do filósofo Olavo de Carvalho em 2009 e, em 2017 fez diversas parcerias entre jovens e padres *influencers* para a ampliação da difusão de conteúdos da extrema direita no Brasil.

Os atuais sócios do CEDET são César Kyn D'Ávila (ex-aluno do Olavo de Carvalho) e Adelice Leite de Godoy D'Ávila, integrante do movimento católico conservador *CitizenGo*⁴⁵.

Dentro dessas articulações temáticas da extrema direita no Brasil, temos as deputadas Ana Campagnolo e Chris Tonietto atuando como “intelectuais orgânicas” (GRAMSCI, 1982) do antifeminismo brasileiro. Seus objetivos se concentram na forte atuação na difusão destes ideários neoconservadores a partir de formações

⁴⁴ Disponível em <https://theintercept.com/2021/08/28/cedet-vendas-sites-olavo-de-carvalho-extrema-direita/>. Acesso em novembro de 2021.

⁴⁵ O grupo CitizenGo (Vamos, Cidadão) é um grupo de extrema direita fundado pelo líder católico espanhol Ignacio Arsuaga que veio ao Brasil em 2013 para ensinar padres e financiar conservadores(as) católicos(as).

antifeministas em parcerias com empresas, outros mandatos parlamentares e *influencers*, mobilizando diversos setores sociais para realização de eventos de temáticas antigênero.

Intelectuais orgânicos, segundo Gramsci (1982), representam uma categoria de supremacia político-intelectual de dirigentes de determinada ideologia política. Ou seja, como elucida o autor, são aqueles que possuem uma “[...] concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar” (Ibid., p. 7).

As deputadas antifeministas, através da máquina do Estado, influenciam diferentes setores da sociedade, e junto com outras mulheres, formam parte de um ativismo antigênero com o objetivo comum de promover novas maneiras de pensar a cultura, a vida pública e privada.

Em relação às livrarias, portanto, não se trata de uma articulação isolada de Campagnolo e Chris Tonietto na difusão de posições antifeministas, mas de uma articulação mais ampla, com fins privados e informacionais. De modo que essas as livrarias virtuais têm servido para propagação de ideologias neoconservadoras de grupos de extrema direita.

Podemos refletir que as duas deputadas se consolidaram como principais parlamentares de um ativismo feminino neoconservador (MENDONÇA & MOURA, 2021, p. 10). Suas posições estão expressas em restrições sobre gênero e sexualidade no debate público e na difusão de produções antifeministas com apoio de líderes de extrema direita ligados ao “olavismo”. Formando assim, parte de um campo de intelectuais orgânicas do bolsonarismo tendo como foco no controle do debate de gênero (MEDEIROS & PINHO, 2020, p. 2).

Em síntese, elas tentam se apresentar como “intelectuais orgânicas” do antifeminismo de direita no Brasil com objetivo de difundir ideários conservadores que envolvem o revisionismo histórico das lutas feministas e a propagação do feminismo enquanto um “problema público”. Fazem esta difusão de ideários, mobilizando noções gramaticais fora do escopo religioso, socializando estrategicamente a discussão sobre antifeminismo nas redes sociais em parcerias com influenciadoras(es) digitais, com empresas privadas e utilizando de seus mandatos como catapulta para propagação destes ideários?

Diferentemente de Campagnolo e Tonietto, Carla Zambelli não faz parte deste

grupo de venda e reprodução de cursos antifeministas. Como vamos perceber mais à frente, a última não se localiza na posição de “intelectual católica conservadora”.

A atuação de Zambelli na Câmara é de uma parceira, em modo de *lobbypolítico*, com os grupos ultraconservadores católicos Arautos do Evangelho e Instituto Plínio Côrrea de Oliveira (IPCO).

Uma hipótese é que, diferente de Campagnolo e de Tonietto, Zambelli não tem formação educacional na área de humanas como as outras. Já que a primeira se formou em história e a segunda, em direito. Zambelli tem graduação em Gerência de Projetos e sua carreira está ligada às empresas privadas, destoando de um perfil de *corpus* “intelectual”.

Distanciando-se da noção de feminismo conservador, essas ativistas não buscam redefinir ou definir quais são “bons” e os “maus” feminismos, mas relacionam toda e qualquer dimensão do gênero e das lutas que envolvem o gênero como catastróficas, imorais e deturpadores do “sentido original” do papel das mulheres na sociedade. Respaladas no *olavismo*, às ativistas-deputadas reverberam clichês antifeministas e multiplicam, através de uma estratégia de *marketing* religioso, peças de comunicação neoconservadoras em suas redes.

Um eixo em comum entre as três antifeministas citadas são seus pontos de partida e da origem do estímulo de seus ativismos públicos. Campagnolo, Tonietto e Zambelli se envolveram diretamente nas campanhas contra a discussão de gênero e sexualidade durante os Planos de Educação no Brasil (2015 a 2018).

Nesse sentido, a hipótese comprovada da pesquisa é que uma das principais escolas de formação das deputadas católicas, Carla Zambelli e Chris Tonietto, teve como lugar-comum as campanhas que mobilizam diferentes setores da sociedade, cujo palco principal foram os episódios públicos das discussões de gênero na educação, com a organização de resistências e reações com a propagação ostensiva do termo originalmente católico “*ideologia de gênero*”.

Sobre esse assunto, haveria uma tensão contemporânea acerca dos debates de educação em nosso país que, nas últimas décadas, foram responsáveis pela difusão da agenda antigênero – com fortes expressões e incidências do catolicismo na arena pública. Contudo, as articulações nos Planos de Educação não se resumiram, de início, apenas ao protagonismo político de neoconservadores católicos, o que demonstra ser necessário compreender uma série de gamas de convergências e bifurcações analíticas dos atores envolvidos (CARRANZA, 2020, p. 4).

Um dos exemplos marcantes dessas tensões que envolvem a relação entre Estado, gênero e catolicismo foram as aprovações dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação entre 2015 e 2018 no Brasil. Os valores morais oriundos do familismo refletiram na retomada de uma “força aglutinadora [...] a partir de uma batalha contra o que foi configurado como *“ideologia de gênero”* (PEREIRA, ROSADO-NUNES, BANDEIRA, 2021).

A disputa do gênero nos Planos de Educação fortaleceu uma batalha espiritual entre grupos religiosos conservadores e os movimentos feministas e LGBTQIA+. O inimigo seria a intervenção do Estado na educação escolar, que agiria como interruptora e *descredenciadora* da moral dos deveres considerados “da família.” Um dos argumentos defendidos por neoconservadores cristãos era que os debates sobre “sexualidade” e “violência” deveriam ser realizados apenas na educação familiar, entre pais-filhos.

Essa ideia desconsidera qualquer possibilidade de intervenção do Estado na abordagem sobre as violências de gênero no espaço escolar, o que restringe e credencia as discussões sobre sexualidade ao âmbito privado.

Não é incorreto afirmar que o constructo *“ideologia de gênero”* (VAGGIONE, 2020) é constantemente reproduzido na arena pública com a aliança de setores religiosos e não-religiosos. Os valores morais ancorados no familismo foram inaugurados pela Igreja Católica, e funcionam como um tipo de regulação cidadã cuja concepção patriarcal da família é evocada na divisão sexual do trabalho (BIROLI, 2014). Reforça-se também um modelo institucional de família sagrada cis-heteronormativa.

Não podemos desconsiderar a potência das movimentações de grupos e associações católicas ocorridas no legislativo e que foram responsáveis por impulsionar ativismos, seminários, formações e até excursões de fiéis nas votações das Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas sobre os Planos de Educação.

A batalha espiritual, mencionada anteriormente, foi um mecanismo de mobilização popular responsável por alavancar protagonismos religiosos católicos e evangélicos. Como foi o caso do Padre Paulo Ricardo, do professor Felipe Nery, das deputadas federais Chris Tonietto (PSL-RJ) e Carla Zambelli (PSL-SP), das evangélicas Damares Alves – Ministra da Família e dos Direitos Humanos –, e da deputada estadual Ana Campagnolo (PSL-SC), além de outros. Lideranças católicas, evangélicas e não religiosas formaram nas últimas décadas uma direita religiosa de

“maioria moral” na política cujo centro é a disputa dos valores tradicionais de diferença sexual e de gênero (BIROLI, 2020).

A mobilização em torno da noção de “*ideologia de gênero*” não cessou em 2016 com a aprovação dos Planos de Educação em censura aos debates de gênero e sexualidade nas escolas. A agenda antigênero foi responsável, também, por representar algumas campanhas eleitorais de antifeministas nas eleições de 2018. Como era de se esperar, tanto Zambelli como Tonietto, eleitas pelo mesmo partido político, defenderam agendas eleitorais contra a “noção de *ideologia de gênero*” (VAGGIONE, 2020).

O discurso de campanha eleitoral das duas, ainda candidatas, demarcou as concepções judaico-cristãs sobre a família e protagonizou uma validação moral dos papéis sociais femininos.

Para concluir, a noção de “*ideologia de gênero*” reforçada como uma “cola simbólica” (BIROLI, 2019) foi responsável por conceder vitória à direita religiosa-cristã nos Planos de Educação. Porém, a luta “contra o gênero” não parou na restrição do debate sobre gênero e sexualidades nas escolas.

A noção seguiu ancorando discursivamente e politicamente outras proposições legislativas das deputadas católicas Carla Zambelli e Chris Tonietto na mobilização de setores sociais, como é o caso das pautas que vem balizando a discussão dos legislativos, tal o *homeschooling*⁴⁶ e a proibição da linguagem neutra/linguagem inclusiva.

⁴⁶ Na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3262/2019 de autoria das deputadas Chris Tonietto (PSL-RJ), Bia Kicis (PSL-DF) e Caroline de Toni (PSL-SC) que altera o Código Penal e autoriza a educação familiar foi aprovada na CCJ e seguirá para as demais comissões.

Capítulo 2: As trajetórias das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto



Figura 1: Deputada Carla Zambelli fazendo trança na deputada Chris Tonietto no Plenário da Câmara Federal. Reprodução// Lula Marques, janeiro de 2020.

Qual o contexto que pesquisei a trajetória das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto? Apesar da vigência da lei de cotas de gênero nas eleições proporcionais, há mais de duas décadas no Brasil, não houve um aumento considerável no número de eleitas (ROCHA, 2019, p. 16). O fato é que outras motivações impulsionaram mulheres a estarem na política que não só as legislações obrigando partidos a romperem com a lógica partidária masculinista.

No campo da ciência política, as autoras Busanello (2016), Valladares (2017), Sanchez (2017), Matos (2018) e Mano (2015) retrataram, através das ferramentas da teoria política feminista, a alarmante desigualdade de gênero, raça e classe na Câmara Federal e como se consolidam as relações de poder quando estas são eleitas. No campo das relações étnico-raciais e ciência política, Souza (2009), Amora (2008) e Santos (2019) elucidaram a *subrepresentatividade* de negras e negros no parlamento e como opera a máquina do racismo institucional aos eleitos(as) para cargos públicos.

A pesquisa “Violência Política de Gênero e Raça no Brasil 2021” organizada pelo Instituto Marielle Franco retrata que, eleitas ou não, as mulheres negras seguem desprotegidas e impedidas de exercer e/ou manifestar seus direitos e lutas políticas nos espaços institucionais.⁴⁷

Apesar da histórica brasileira de concentração do poderio branco-masculino na política, em 2018 a Câmara Federal elegeu a maior bancada feminina da história.

⁴⁷ Disponível em <https://www.violenciapolitica.org/2021>. Acesso em janeiro de 2022.

Segundo o relatório “Radiografia do Congresso em 2019” do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), de 513 cadeiras legislativas 77 foram ocupadas por mulheres. Em proporção, a ocupação da bancada feminina na legislatura de 2019 foi de 15% das cadeiras, enquanto os outros 85% (436 cadeiras) foi de deputados homens. Entre as eleitas, estão Zambelli e Tonietto, e abaixo veremos um pouco mais sobre o perfil das duas.

Tabela 2 – Perfil das parlamentares Carla Zambelli e Chris Tonietto

Deputada Federal	Carla Zambelli	Chris Tonietto
Nome Social	Carla Zambelli	Chris Tonietto
Grau de Instrução	Superior Completo	Superior Completo
Formação	Planejamento Empresarial, Universidade Nove de Julho, SP, 2007.	Direito, Universidade Federal Fluminense - UFF, Rio de Janeiro, RJ, 2016.
Ocupação	Gerente de Projetos	Advogada
Etnia (autoidentificação)	Branca	Parda
Idade	41 anos	30 anos
Cidade de nascimento	Ribeirão Preto – SP	Rio de Janeiro - RJ
Estado Civil	Casada	Casada
Gênero	Feminino	Feminino
Sexualidade	Heterossexual	Heterossexual
Filhos(as)	Sim, 1 filho	Sim, 1 filho
Religião (autoidentificação)	Católica	Católica
Vínculo orgânico religioso^{*48}	Arautos do Evangelho e Instituto Plínio Correa de Oliveira (IPCO)	Centro Dom Bosco
Estado	São Paulo	Rio de Janeiro
Primeira eleição?	Sim	Sim

⁴⁸ Este não é um dado oferecido pela Divulgação de Candidaturas e Contas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi colocado intencionalmente pois será desdobrado durante todo o percurso da pesquisa. Vínculo orgânico religioso compreendido aqui como o grupo religioso católico, principal, ao qual as deputadas se apresentam com maior afinidade religiosa nas redes sociais e no parlamento.

Cargo	Deputada Federal	Deputada Federal
Partido	Partido Social Liberal (PSL)	Partido Social Liberal (PSL)
Bens Declarados	R\$35.737,34	R\$334.631,19
Total de Recursos Recebidos (eleição)	R\$517.468,61	R\$78.396,34
Classe Social	Classe média	Classe média
Situação Eleitoral	Eleita por Quociente Eleitoral (QE)	Eleita por Quociente Eleitoral (QE)
Votos (2018)	76.306	38.525

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Quadro: elaboração própria, janeiro/2022.

Sobre a clivagem racial dos(as) eleitos(as), Zambelli é parte dos(as) 75% deputados(as) que se autodeclaram brancos(as), integrando parte da hegemônica composição de 385 dos(as) autodeclarados(as).

Já Tonietto é parte dos 20,27%, sendo o segundo grupo racial composto por 104 dos(as) daqueles(as) que se autodeclaram pardos(as). Se comparado as eleições de 2014, os(as) deputados(as) autodeclarados(as) negros(as) e pardos(as) cresceram, timidamente, apenas 5% na legislatura de 2019 a 2023.

Segundo as análises do relatório do DIAP, além da sutil mudança provocada pelas pressões de movimentos negros aos partidos políticos, inclusive os alinhados ideologicamente à esquerda, tivemos uma alteração na nova Bancada Feminina da Câmara Federal.

Se comparado com a legislatura anterior, nas eleições de 2018 houve um crescimento tímido no número de deputadas eleitas, e, além de mais mulheres, tivemos também uma ampliação das eleitas em primeiro mandato parlamentar. Em 2018, das 77 deputadas eleitas, 43 estão em seu primeiro mandato. As deputadas federais Tonietto e Zambelli participam desse índice das novatas políticas.

Além da mudança e ampliação da Bancada Feminina, a eleição foi marcada pela maior renovação no Congresso desde 1990, com um aumento da fragmentação partidária. Novos atores políticos destoam da política tradicional brasileira (formada pelos partidos MDB, PSDB, PT, PP e DEM).

Um exemplo é o PSL, antigo partido de Jair Bolsonaro e das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto, que foi o que mais votado em 2018. Ainda segundo dados

do DIAP, foram 11,6 milhões de votos para o PSL e, em comparação às eleições de 2014, teve um crescimento de 1.341%. Ou seja, ao analisar as trajetórias das deputadas, é preciso considerar também o partido pelo qual elas foram eleitas.

Com o acúmulo das pesquisas sobre políticas antigênero no Brasil é possível constatar que essas eleições não foram marcadas por novos “valores morais” dos(as) deputados(as) eleitos(as), mas por uma investida, na última década, na produção legislativa em políticas antigênero, cujo foco está no questionamento da agenda dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos (DSDR).

Diante da renovação na composição parlamentar, houve uma *rearticulação* de setores evangélicos e católicos com apoio explícito do candidato Jair Bolsonaro (PSL). Nas eleições a tônica foi de polarização política, marcada pelo discurso neoconservador, resultado da aliança entre setores evangélicos e católicos “para consolidar uma direita cristã” (MARIANO & GERARDI, 2019, p. 76) no país.

É neste espectro que as deputadas se localizam ideologicamente, em prol do alargamento das pautas antifeministas na Câmara Federal. Elas integram a direita cristã que oportunizou na eleição de Jair Bolsonaro a ampliação da ofensiva antigênero.

Apesar de encontrarem na agenda antigênero um lugar comum para frear políticas de igualdade de gênero, é perceptível reconhecer diferenças nas trajetórias e nas agendas temáticas que circundam seus mandatos parlamentares. Para mapear esses distanciamentos, este capítulo evidenciou os diferentes interesses das congressistas com grupos ultraconservadores católicos, reconhecendo que elas exercem, na Câmara Federal, seus ativismos institucionais de diferentes formas.

O conceito de ativismo institucional tem sido trabalhado, em especial, pela ciência política, ao analisar a relação dos interesses de ativistas com as diferentes esferas do Estado. Como aponta Domitila Costa Cayres (2016, p. 81), “a dinâmica dos movimentos sociais foram (*sic*) por muito tempo tratadas entre os estudiosos [...] como radicalmente distintas e externas ao Estado”. Os estudos de ativismos institucionais priorizaram, nas últimas décadas, a observação entre a relação de ativistas ideologicamente de esquerda com as esferas do Estado. Com sentido, pois são estudos que refletem sobre a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência, em 2003, com forte apoio dos movimentos sociais, que disputaram programaticamente as esferas do Estado.

Já o debate sobre religião e a influência de atores católicos progressistas no Estado, autores(as) como Ferreira (2009) e Mariano & Sales (2019) refletem sobre o caráter político-pastoral de movimentos sociais católicos, cuja fonte central é a Teologia da Libertação. A crise do chamado militantismo católico no Brasil a partir dos anos de 1990 tem sido fonte incansável de estudos e análises.

O declínio da Teologia da Libertação é resultado, entre tantas questões, das próprias crises internas e externas do Vaticano e da sua investida, nas últimas décadas, em agendas e forças conservadoras. Essa crise acenou para o crescente questionamento de demandas sociais como gênero e raça, a insuficiente projeção de quadros jovens nos espaços pastorais e, no bojo deste declínio, experimentados internacionalmente os avanços de forças conservadoras no Sul Global.

Carla Zambelli e Chris Tonietto podem ser caracterizadas como ativistas institucionais no parlamento, fugindo da tradição de católicos militantes na política. Essa concepção é um contraponto à identificação de que integrariam um “militantismo católico”, reconhecido como o espectro da esquerda católica que tem como herança a pastoral a Teologia da Libertação e seus desdobramentos éticos religiosos.

As legisladoras não se identificam como militantes, pelo contrário, rechaçam o termo e procuram se distanciar da imagem pública de “combativas” e “politicamente corretas”. São deputadas cujas temáticas e ligações com setores religiosos são diferentes, além de representarem estados diferentes.

Tonietto é do Rio de Janeiro e Zambelli de São Paulo. Este dado é importante porque a incidência política das deputadas é percebida, também, com o critério de diferença territorial.

Foi perceptível na coleta empírica de material, que envolveu analisar publicações nas redes sociais das deputadas entre 2011 a 2019, como Tonietto têm mais incidência do que Zambelli nos temas de segurança pública. A incidência parlamentar de Tonietto foi compreendida como um “idealismo punitivo pelo rigor criminal” (LACERDA, 2019, p. 22) e que refletiu em uma demanda eleitoral específica do Estado do Rio de Janeiro, onde temas da relação entre território, Estado, milícia e polícia são recorrentes.

Já nos temas abordados por Zambelli, foi evidente o alinhamento político a setores do agronegócio paulista. Em consequência a um estreitamento político com atores religiosos católicos contrários à luta pela emancipação e pela demarcação de

terras indígenas. Contrapondo-se à Tonietto, e integrando a bancada anti-ambientalista e pró ruralista da 56ª Legislatura (2019-2023).

Não cabe, neste capítulo, comparar as trajetórias públicas, mas identificar quais os eventos públicos e religiosos ou não, as ativistas participaram/fomentaram/articularam antes de se consolidarem como representantes antifeministas no Congresso. O objetivo foi identificar os pontos de convergência e divergência temáticas que unem as deputadas. Assim, analisamos caminhos públicos e rotas temáticas que percorreram até a consolidação suas de suas vozes declaradamente como antigênero. Também nomeou os grupos e atores católicos que possivelmente contribuíram para o fomento de seus ativismos políticos.

A metodologia de busca de dados foi feita manualmente através das publicações das redes sociais das deputadas com recorte temporal entre 2011 a 2019, tendo como foco as seguintes plataformas: *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*, *Twitter* e *Telegram*. Inicialmente, utilizei o software livre *Facepager* para a coleta de dados, porém, no final de 2021 o aplicativo parou de funcionar no Brasil devido à Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPDP). Como forma de contornar este empecilho, utilizei o mecanismo de busca avançada oferecido pelas próprias plataformas com as seguintes palavras-chaves: “gênero”, “ideologia”, “católica”, “igreja”, “feminismo”, “família”, “aborto”, “deus”, “papa francisco”, “conservadorismo” e “ideologia de gênero”. As informações foram separadas pelos anos em que foram encontrados os eventos, reuniões e declarações que evidenciam o encontro entre política e religião na vida das deputadas.

2.1. Deputada Carla Zambelli: conservadora, casada e mãe

Carla Zambelli Salgado de Oliveira é natural de Ribeirão Preto, São Paulo. Gerente de Projetos e fundadora do movimento Nas Ruas, iniciou suas atividades políticas em julho de 2011. Em sua *mini bio*⁴⁹, se define como uma deputada “conservadora, casada e mãe”. Atualmente é presidenta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal.

⁴⁹ “Mini bio” é uma expressão popular da internet aplicada a uma biografia curta utilizada nas redes sociais que traduz, em poucas palavras, a definição daquela pessoa. Ficando disponível na página principal da rede social.

Como demonstra estudo do Instituto FSB Pesquisa⁵⁰, que analisa monitoramento e engajamento de deputados(as) federais na 56 Legislatura, Carla Zambelli é a deputada que no ano de 2020 teve mais influência nas redes sociais. Numericamente esta influência representa⁵¹: 2.6 milhões de seguidores no *Facebook*, 1.4 milhões de seguidores no *Twitter*, 2.3 milhões de seguidores no *Instagram*, 641 mil inscritos em seu canal no *Youtube* e 103 mil inscritos em sua lista oficial do *Telegram*⁵².

É notável que o início do ativismo político de Carla Zambelli foi fundamental o apoio do movimento “Nas Ruas”, fundado por Tomé Abduch, dono da construtora Abduch e comentarista político na emissora Jovem Pan. Este mesmo empresário foi um dos principais financiadores da campanha eleitoral da deputada no pleito de 2018.

Como descrito abaixo, a carreira da ativista política teve como pilar principal, entre 2011 a 2016, a pauta da anticorrupção. Somente a partir de 2017 que incorporou a posição antigênero, em especial, na defesa do projeto “Escola Sem Partido” defendendo uma base moral acusatória utilizando o discurso de “*ideologia de gênero*”.

2011: Conforme informação de transparência da página oferecida pelo *Facebook*, identificou-se que a página pública de Carla Zambelli foi criada em 25 de dezembro de 2011. Neste mesmo período, o Partido dos Trabalhadores (PT) passava pelo agravamento da crise pública de imagem, iniciada com o escândalo do “Mensalão” em 2005. A investigação conduzida pelo Ministério Público (MP) contra os dirigentes partidários e agentes do governo os acusou de desvios de verbas públicas. No mesmo dia da criação da página do *Facebook*, a ativista replicou ao menos cinco reportagens da grande imprensa (O Globo, Folha, Veja, UOL e G1) que concedeu entrevistas – na qualidade de organizadora de atos em São Paulo – contra a corrupção. Foi também neste momento que anunciou, ao lado do empresário Tomé Abduch, a fundação do movimento “Nas Ruas”.

Esse movimento teve sua efervescência política, seu crescimento e adesão de novos membros, entre os anos de 2012 a 2017. Captando como pauta central o debate anticorrupção e contra o privilégio de políticos. Os temas que, justamente, foram mobilizados nos discursos eleitorais do candidato Jair Bolsonaro e da própria candidata Carla Zambelli. Ao fim de 2018, o movimento conhecido por liderar parte dos atos pró-

⁵⁰ Pesquisa conduzida pelo Instituto FSB Pesquisa cujo título “Índice de performance nas Redes Sociais Ranking 01.07.2020”, período analisado: de 23 a 29.06.2020. Disponível em <https://fsbinfluencia.fsb.com.br/card/diretor-fsb/46/deputado>. Acesso em 03 de janeiro de 2022.

⁵¹ Informação coletada em 14 de janeiro de 2022 por essa pesquisa.

⁵² Coleta realizada entre dezembro de 2020 e julho de 2021.

impeachment, sofreu uma desarticulação interna, sendo retomado somente no ano seguinte. O retorno ocorreu por motivo da defesa do voto impresso e com reivindicações como o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os integrantes do movimento “Nas Ruas” tiveram mais apelo no Estado de São Paulo e atualmente se reúnem com outros grupos de extrema direita cuja adesão é norteadada pela defesa do governo e do próprio presidente (Bolsonaro).

2012: Ainda no tom de combate à corrupção, Zambelli atuou enquanto líder e fundadora do “Nas Ruas”, sendo a única mulher da direção do movimento. Neste ano, concedeu entrevistas a especialistas da área do Direito, professores e ativistas da chamada “Lei da Ficha Limpa”, tornando-se a única mulher porta-voz do movimento com relevante expressão nas redes sociais.

No período foi divulgada uma entrevista inédita da ativista com o jurista católico Dr. Ives Gandra Martins, membro da Opus Dei e pai de Ângela Gandra Martins, atual Secretária da Família do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos. A ativista organizou o “Festival de Combate à Corrupção” em parceria com o movimento “Revoltados Online” na Praça Roosevelt/SP, além de diversas “Vigílias Contra o Mensalão” no MASP e Congressos “Contra a Corrupção” na Câmara Municipal de São Paulo.

Um fato sobre o qual a deputada precisa se explicar até hoje aos seus eleitores(as) é que neste ano (2012) participou de um ato, vestindo a camiseta do *Femen* – grupo feminista radical de origem ucraniana. A foto que circulou, vira e mexe reaparece entre grupos de direita para associar Carla Zambelli como aliada do movimento feminista, foi tirada durante uma manifestação do movimento liderado pela ex-feminista Sara Winter, atualmente, ativista católica do movimento “pró-vida”.



Figura 2: Sara Winter e Carla Zambelli em protesto do grupo Femen em São Paulo | Reprodução// Twitter. Julho de 2012.

O ato foi realizado na frente do Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 29/07 e era contrário à decisão do Conselho Regional de Medicina (CRM) do Rio de Janeiro que proibia a realização de partos em casa. Na ocasião, a futura deputada concedeu uma entrevista defendendo o SUS e expondo um relato de Violência Obstétrica (VO) que havia sofrido durante o parto do seu primeiro filho. Posteriormente, em entrevista para o canal do Youtube “Direto aos Fatos”⁵³, a mesma comentou que “nunca foi do grupo *Femen*” mas que apoiava suas causas porque, até então, o grupo atuava contra o turismo sexual e a prostituição infantil.

Pouco tempo depois dessa participação considerada ponto fora da curva na trajetória de Carla Zambelli, houve um desentendimento entre a deputada e Sara Winter. Neste desentendimento, Zambelli afirmou publicamente que Winter⁵⁴ estava na sua casa quando recebeu orientação da Ucrânia para lutar “contra os cristãos” e em defesa “das pautas abortivas”.

A deputada, então, teria expulsado a ativista da sua casa alegando que o movimento estava atuando para desmoralizar a Igreja Católica e que a iniciativa do nu político, estimulado pelo movimento como forma de protesto, atenta contra as mulheres de “bem”. Em 2018, já na condição de candidata a deputada federal, gravou um vídeo respondendo “*porque ela não era feminista*”⁵⁵ como forma de cessar a circulação da foto.

Neste vídeo, reafirma quais seriam “os papéis das mulheres” e relativiza que “muitas mulheres querem ter mamata por aí porque são mulheres”, evocando o discurso que as legislações de combate à desigualdade deixariam as mulheres em condições “melhores” que os homens⁵⁶.

2013: Foi neste ano que a ativista adotou, de maneira mais objetiva, o discurso antipetista. Nas redes sociais utilizava essa narrativa como uma estratégia para convocar seus seguidores(as) às manifestações. Divulgava, ao menos, oito atos com as seguintes frases: “a rua é nossa”, “contra a corrupção” e “vem pra rua”. Destaco, também, o relevante espaço que a ativista teve na grande imprensa ao conceder entrevistas e ser convidada para palestras sobre o tema.

⁵³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bTBzLk4cZNw>. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

⁵⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JSy22gnAlew>. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

⁵⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JSy22gnAlew>. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

⁵⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JSy22gnAlew>. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

Carla Zambelli trilhou, em aliança com o movimento político “NasRuas” e com os espaços promovidos pela grande imprensa, uma carreira consolidada de figura pública na luta anticorrupção. Até então, havia poucas menções sobre questões restritivas ao gênero, sexualidades e etecetera, apenas no ano seguinte ganharia mais destaque com esse tema, através da ou mobilização de pautas misóginas pelo *impeachment* de Rousseff.

2014: Em pleno ano eleitoral, Zambelli intensificou as publicações contrárias ao governo Dilma Rousseff (PT). Realizando e reproduzindo gravações de vídeos contra a presidenta, incorporando uma estratégia de *youtuber* contra a corrupção. Neste momento, declarou seu voto no candidato a presidente Aécio Neves (PSDB).

Dentre as diversas publicações e vídeos, em uma campanha misógina contra a presidenta, houve um uso recorrente de neologismos difamatórios como “dilmanta” e “bandilma”. Com a vitória e reeleição da petista, uma articulação de golpe contra a contra presidenta começou a ser desenhada. Identifico que com as campanhas pelo *impeachment*, lideradas pelo movimento “NasRuas”, a ativista Carla Zambelli começou a evocar de maneira mais explícita o seu apreço pelo antifeminismo.

2015: Neste ano é possível reconhecer a expansão das relações públicas cativadas durante as manifestações. Zambelli postou uma foto durante a assinatura do 1º pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff ao lado da jurista Janaína Paschoal, deputada estadual pelo PSL-SP, do ativista Kim Kataguiri, deputado federal pelo Democratas e do jurista Hélio Bicudo. Também foi convidada para uma palestra “Contra a Corrupção” na Igreja Santa Rita, em Uberaba (MG), e organizou o evento “Algemados pelo *Impeachment*” na Câmara Federal com vistas a pressionar o deputado Eduardo Cunha (DEM) para pautar o *impeachment* em plenário.

Também foi neste período que participou da manifestação organizada pelo movimento “Nas Ruas” em frente ao consulado da Venezuela em São Paulo, reivindicando a democracia em oposição à “ditadura” da Venezuela.

Em um dos vídeos publicados no *Facebook*, ela gravou seu filho de 6 anos citando alguns motivos pelos quais ele “não gosta do Lula e da Dilma”. O filho também aparecia em outras gravações sobre política nas redes sociais da deputada. O uso da imagem do seu próprio filho em vídeos evoca o discurso maternal, embutido no imaginário patriarcal de que a maternidade seria um dom e não, uma construção social cultural estimulada pelos papéis familistas.

No final de 2015, a ativista passou por uma cirurgia cerebral após ser diagnosticada com um tumor no cérebro. O pedido de afastamento ao movimento “Nas Ruas”, tenta atrelar que seu tumor era resultado “das eras petistas”. O período foi crucial para que Zambelli reitera o sentimento de crise política em relação “aos petistas” e, logo, às feministas. O aspecto de gênero e a afirmação “sou mulher”, aparece de forma mais sistemática nos próximos anos.

2016: Questões restritivas ao gênero passam a ser mais insistentes neste ano. É o momento que a ativista se une a outras mulheres, com perfis de direita, pela reivindicação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Em especial, traça uma forte parceria com a jornalista Joice Hasselmann e a jurista Janaína Paschoal, formando o grupo “Mulheres do *Impeachment*”.

Representando o movimento “Mulheres do *Impeachment*”, a ativista participou do ato dos Juristas Pró-*impeachment* na Câmara Federal e também da mobilização de “Mães pela Escola Sem Partido”. Também é neste ano que a palavra “família” aparece citada mais vezes em publicações do que em anos anteriores.

Na qualidade de participante do “Mães pela Escola Sem Partido”, a ativista realizou uma entrevista com João Dória, na época, prefeito de São Paulo pelo PSDB, questionando se ele era “favorável ou contrário à 'ideologia de gênero' nas escolas”.⁵⁷ Carla Zambelli também participou das manifestações contrárias à inclusão do termo gênero no Plano Municipal de Educação em São Paulo, fazendo parte do movimento “São Paulo Sem Ideologia de Gênero”. Participou também de uma audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo contra o projeto de lei postulado pelo vereador Jamil Murad (PCdoB), que visava homenagear o líder cubano Fidel Castro.

2017: Dando continuidade ao tom contrário às questões de gênero e por uma agenda conservadora, neste ano a relação entre grupos religiosos apareceu de forma mais explícita em suas redes sociais. Zambelli também passou a divulgar mais vídeos e entrevistas ao lado do deputado Jair Bolsonaro, na época, do PSC.

Participante do movimento “Escola Sem Partido”, participou de manifestações contra a “*ideologia de gênero*” nas cidades de Chapecó, São Paulo e Maringá. Organizou também o “Ato Nacional pelas Crianças Contra a *Ideologia de Gênero*”, vinculando a imagem de seu próprio filho. O protesto teve como símbolo as mulheres vestindo rosa e homens vestindo azul em tom de protesto. Essa disposição simbólica

⁵⁷ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=QtoY_4Fgw4o. Acesso em janeiro de 2022.

dos papéis de gênero será retomada depois pela Ministra Damares Alves à frente do MMFDH. Neste ano, Zambelli declara publicamente a intenção de concorrer a algum cargo político, sem discorrer explicitamente qual seria. Houve um pedido de filiação ao Partido Novo, mas que não teve prosseguimento por parte da ativista.

A partir desse período nota-se um estreitamento de relações políticas da ativista com a família Orléans e Bragança, grupo monarquista de descendentes diretos de Dom Pedro II que se consideram herdeiros do trono imperial, abolido em 1889. “Dom” Bertrand de Orléans e Bragança, figura pública mais proeminente da autointitulada “família imperial”, é sócio do instituto ultraconservador católico Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO)⁵⁸.

A partir de um jantar com a família Orléans e Bragança em 2017, a ativista passou a compor a Frente Monárquica Brasileira, proferindo um discurso pró-monarquia em 15 de novembro durante um “Bandeiraço da Monarquia” ao lado do grupo católico IPCO. A principal reivindicação em notas, entrevistas e vídeos publicados no *Youtube* e *Facebook* foi em defesa de um modelo de governo de monarquia parlamentarista. Afirmando bandeiras como a “restauração do Brasil” e uma “*recristianização do Brasil*”.

Ainda no final de 2017, Carla Zambelli produziu publicações em pró-Israel e pró-armamento, além de engajar na campanha pela indicação do jurista católico Ives Gandra Filho, ligado à Opus Dei, para o Supremo Tribunal Federal (STF).

2018: No ano eleitoral, anunciou sua pré-candidatura a deputada federal por São Paulo pelo Partido Social Liberal, tendo a ficha abonada por Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Lançou seu primeiro livro “Não foi golpe: Os bastidores da luta nas ruas pelo impeachment de Dilma” pela LVM Editora. O livro conta com artigo do jurista católico Ives Gandra Martins, além do prefácio da ex-aliada, jornalista e atualmente deputada federal pelo PSDB, Joice Hasselmann.

Neste momento, a candidata subiu o tom nas redes sociais evocando ainda mais o discurso contra a “*ideologia de gênero*”. Compartilhando vídeos de padres contrários a questão de gênero, elogiou o discurso de Janaína Pascoal durante audiência no STF referente à ADPF 442 que objetivava descriminalizar o aborto, discordando da ação

⁵⁸ O Instituto é uma associação de direito privado, fundada em 8 de dezembro de 2006 por um católico brasileiro, o engenheiro Adolpho Lindenberg, primo de Plínio Corrêa de Oliveira. Oliveira (1908-1995), advogado, entrou no Movimento Católico em 1928, e tornou-se líder da juventude católica, presidindo a chegando a presidir a Junta Arquidiocesana da Ação Católica em São Paulo. Em 1933, foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte.

do Ministro Dias Toffoli sobre não proibir as discussões de gênero e sexualidade nas escolas.

Divulgou também diversas fotos em jantares e reuniões ao lado do “Dom” Bertrand de Orleans e Bragança e seus aliados do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO).

É perceptível notar que, durante o período eleitoral, utilizou-se do elemento discursivo de afirmação do gênero “sou mulher” para sensibilizar outras mulheres de direita e/ou apoiadoras de Bolsonaro. Como demonstram os prints de publicações abaixo, a narrativa foi adotada durante as manifestações feministas do #EleNão em contraposição à perda de apoio feminino ao candidato a presidente.



Figura 3: Reprodução// Facebook Carla Zambelli



Figura 4: Reprodução// Facebook Carla Zambelli



Figura 5: Reprodução// Facebook Carla Zambelli



Figura 6: Reprodução// Facebook Carla Zambelli

Com slogan “Sou mulher, sou Bolsonaro” surgiu como estratégia de mulheres auto identificadas com o candidato do PSL para barrar o clima eleitoral pró-feminista imposto pelas mais de cem manifestações organizadas no Brasil pelo #EleNão. Esse movimento ocorreu em diferentes cidades do país, chegando a reunir só em São Paulo,

cerca de 500 mil pessoas. O protesto teve como foco o repúdio à candidatura de Jair Bolsonaro, além de denunciar o caráter misógino, sexista e racista da campanha eleitoral em andamento do candidato de extrema direita.

Zambelli foi uma das candidatas aliadas que usufruiu do discurso de afirmação de sua feminilidade para demonstrar que o público feminino também apoiava o presidente, já que algumas pesquisas eleitorais declararam que entre essa parcela da população, o candidato Fernando Haddad, do PT, era o preferido.

A campanha impulsionada em suas redes sociais representou que a afirmação do gênero foi utilizada como uma estratégia antifeminista no contexto eleitoral. As publicações das aliadas conectaram, através da figura do presidente, a possibilidade de “enterrar” as demandas feministas na esfera do Estado.

Durante a campanha quatro temas foram centrais para o *marketing* da deputada federal, foram eles: o combate à corrupção, a “escola sem partido”, a educação e as pessoas com deficiência. Aparecendo de forma recorrente nos *cards* eleitorais divulgados nas redes sociais durante as eleições de 2018.

Porém, um tema que não apareceu de maneira direta foi a defesa do meio-ambiente. Aliada a posição do agronegócio, o tema meio-ambiente foi incorporado na agenda da parlamentar após a sua posse, o que ressalta os seus vínculos com setores do catolicismo neoconservador.

2.2. Ofensiva antigênero: Damares Alves e o agronegócio católico

Em outubro de 2018, Carla Zambelli foi eleita deputada federal por São Paulo pelo Partido Social Liberal com 76.306 votos. Já com a notícia que seria empossada deputada em janeiro de 2019, passou a prestar apoios e dirigir publicações de solidariedade à futura Ministra Damares Alves nas redes sociais.

A deputada mobilizou nas redes uma campanha com o slogan “Mexeu com a Damares, mexeu comigo”, após a grande repercussão do caso “vi Jesus na goiabeira” onde a Ministra relatou, durante um culto na Igreja Batista da Lagoinha, ter sofrido abuso sexual de um pastor quando era criança.

O vídeo de Damares, gravado em 2016, voltou a circular nas redes sociais assim que o presidente Jair Bolsonaro confirmou sua nomeação ao Ministério dos Direitos Humanos (MDH), atualmente, renomeado como Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Na época, o relato da Ministra Damares Alves foi tratado

por aliadas de Bolsonaro, inclusive nas narrativas *sororais* de Carla Zambelli, como um ato heroico e corajoso.

A campanha *sororal* da deputada objetivou denunciar que “a esquerda” e, em especial, “as feministas”, não acolhiam qualquer tipo de denúncia de violência sexual. Ainda nas definições da legisladora, “a esquerda”, ou o campo progressista, estava rindo de uma situação terrível.

Em entrevista para o programa de Guga Noblat, Ciro Gomes chamou a Ministra de “bandida perigosa”⁵⁹. Na tarefa de defender a Ministra e o próprio legado do presidente Bolsonaro, Zambelli gravou um vídeo questionando o jornalista sobre a entrevista:

Guga, você que é o cérebro mofado, né? Sua atuação como jornalista é tão medíocre que você precisa ofender, ou tentar ofender, uma mulher que já foi abusada para chamar a atenção. Esse é o seu jornalismo? (ZAMBELLI, 2020)

Durante a repercussão do caso, parlamentares, em sua maioria homens e do campo progressista, zombaram do relato de abuso. O deputado federal Padre João (PT-MG) fez a seguinte publicação em seu *Twitter*:

Bolsonaro está perdido: inflação, desemprego, fome, preço dos combustíveis não para de subir, tarifa de luz disparou, agora ele apresentou solução pra o problema: vai orar. Guedes não é mais o “posto Ipiranga” e sim Malafaia, Edir Macedo e Valdemiro Santiago. Jesus da goiabeira... (JOÃO, 2020).

A Ministra Damares, então, respondeu ao padre-deputado:

O senhor parlamentar por um acaso está zombando da minha experiência com Jesus na infância após um período de dor e sofrimento? Seu desprezo por uma criança abusada é uma opção sua, mas um padre zombar do Senhor Jesus é inadmissível. Que Deus tenha misericórdia de sua alma! (DAMARES, 2020).

As posturas reducionistas de políticos, e neste caso mais específico, de um padre do campo progressista sobre o doloroso relato da Ministra, colaborou para que a narrativa de Zambelli de generalização do movimento feminista saísse vitoriosa. Uma característica do discurso antifeminista é justamente esse reducionismo das pautas do movimento pela igualdade de gênero. No caso, as feministas não teriam se importado com o relato pois “não tem sororidade suficiente para com a Ministra” – por conta de

⁵⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HwNLiiMRwBU>. Acesso em janeiro de 2022.

sua ideologia política. Essa narrativa foi propagada por Zambelli, Damares e outras antifeministas.

A resposta de “camaradas” demonstrou como operam as relações de poder, atravessando as diferentes ideologias políticas. Uma mulher foi a público, antes mesmo de ser Ministra, e opositores ressurgem o vídeo para invalidar a denúncia da vítima – como forma de atingir o governo Bolsonaro. Sabemos que estes atingiram.

O levantamento de questionamentos sobre uma mulher ter sofrido ou não abuso sexual é, frequentemente, uma das estratégias aliadas dos agressores para invalidar a violência sofrida pela vítima. Esse caso também exemplifica a pouca atenção dos deputados sobre o acusado por Damares, um líder religioso, pastor, que circula nos espaços religiosos e cujo o silêncio é necessário para cometer abuso sobre os corpos de fiéis.

2019: Ainda nessa trilha de identificar como a Ministra tornou-se referência ideológica para o mandato parlamentar da deputada, só no ano de 2019, foram realizadas 42 publicações no *Facebook* e 38 no *Instagram* divulgando ações e fotos ao lado de Damares. As principais posições divulgadas foram o “enxugamento do Ministério” e o combate à farsesca “*ideologia de gênero*”.

Dois motes discursivos recorrentes em tom de homenagem e divulgação das ações do Ministério são o uso da expressão “Mamãe Damares” e a campanha *sororal* “Mexeu com a Damares, mexeu comigo”. O uso maternal para referir-se a Damares como “mãe” é também costumeiro de outros políticos, parlamentares e ministros.

Antes de ser empossada Ministra, Damares deu entrevista para o site conservador Expresso Nacional afirmando que “mulher nasceu para ser mãe” – evocando o papel das mulheres como reprodutoras⁶⁰. Em outra ocasião, ao jornal Valor Econômico, Damares insinuou que o papel do Ministério é “ensinar uma mãe a ser mãe”⁶¹. Em entrevista à Folha de São Paulo, afirmou que iria rever alguns aspectos na reformulação da política de jovens infratores já que se opõem à visita íntima para meninos. Declarando que: “Mamãe Damares vai mandar bola, livro, arroz e feijão. Camisinha e lubrificante, não”⁶².

⁶⁰ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/ministra-de-direitos-humanos-diz-que-mulher-nasceu-para-ser-mae-e-ideologia-de-genero-e-morte.shtml>. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

⁶¹ Disponível em <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/02/07/vamos-ensinar-uma-mae-a-ser-mae-diz-damares-alves-sobre-mudanca-no-bolsa-familia.ghtml>. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

⁶² Disponível em https://m.facebook.com/watch/?v=269768127924611&_rdr. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

O uso do termo “Mamãe Damares” representa uma grande família bolsonarista, composta por agentes políticos, equipe ministerial e deputados(as) aliados(as), sendo Damares a figura da mãe. Ou seja, aquela que se incumbiria de temas considerados “sensíveis”, que na perspectiva patriarcal, cabe às mulheres tratar sobre eles. Também evocam a gramática “em defesa da família” como parte da agenda dos Direitos Humanos, nesse sentido, em várias oportunidades a Ministra dirigiu-se aos servidores do MMFDH como “somos a família MMFDH”⁶³. Em outros momentos, adotou um discurso maternal de posse colonial com relação aos indígenas, ao comentar que esses são os “meus indiozinhos”.

Carla Zambelli usufruiu da expressão “Mamãe Damares” na intenção de divulgar as ações do Ministério, mas também, divulgou outras publicações com fotos abraçando, olhando em tom de admiração e com retribuição de afetos à Ministra – ou apresentando uma proximidade política e pessoal. Se colocando, neste bojo de representação pública da imagem do governo, no lugar de “filha de Damares”.

Podendo ser interpretada como aquela que ouve conselhos, que é guardiã dos segredos, que é bem recebida e que defende a “mãe” a qualquer custo, porque mãe seria aquela que “ninguém mexe” ou expõe.

Na prática, a deputada católica reproduziu no parlamento a agenda antigênero desempenhada por Damares Alves no Ministério, porém, adotou estratégias de atualização do repertório religioso neoconservador, como o compartilhamento de vídeos e entrevistas com líderes do antro tefepista.

Já a aproximação com o presidente Jair Bolsonaro, expressasse nas redes sociais como uma relação naturalizada entre o “pai e filha”. Relação que tem lá, no imaginário familista, os seus problemas, mas que prevalece a obediência da autoridade patriarcal do pai. Ainda na reflexão de que Carla Zambelli se apresentou como uma espécie de “filha rebelde do bolsonarismo” na Câmara Federal, duas experiências podem auxiliar nesse entendimento.

Em meio à crise sanitária que provocou um racha político entre o governador João Dória (PSDB) e o presidente Bolsonaro, Carla Zambelli discutiu publicamente com Dória para defender as ações do governo frente à pandemia da COVID-19. Durante uma coletiva de imprensa sobre a inauguração de unidades habitacionais na

⁶³ Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=269768127924611>. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

capital paulista, a deputada mencionou no púlpito que “Bolsonaro não fechou comércios. Bolsonaro não decretou lockdown. Bolsonaro não fez toque de recolher e também não destruiu empregos” – foi logo interrompida pelo governador aos berros de “genocida”⁶⁴.

Este caso reflete que a deputada Carla Zambelli se postulou, em São Paulo, como a principal liderança feminina representante de Bolsonaro. Para cumprir esse papel político, foi capaz de frequentar locais sem ser oficialmente convidada, espaços considerados “íngrats”, para defender as ações do “pai” político. Além de passar por uma situação de desconforto para defender o presidente, ela foi interrompida pelo governador enquanto discursava. Notem-se que o machismo discursivo é uma estratégia patriarcal de interdição da voz das mulheres no parlamento (BARROS & BUSANELLO, 2019, p. 2).

Em outra situação, no final de 2021, ela apareceu em um vídeo, atrás do presidente Jair Bolsonaro, no conhecido “cercadinho” – espaço destinado a apoiadores entusiasmados do governo, na entrada do Palácio do Planalto. Enquanto comentava, durante uma entrevista, sobre o aumento do ICMS nos Estados, o presidente afirmou, em tom de chacota, que o governador João Dória (PSDB-SP) aumentou tudo “menos o imposto sobre o Hipoglós”. A deputada Carla Zambelli, que está atrás, riu junto de outros admiradores presentes e logo em seguida tentou comentar algo como “advogando em causa própria” e o presidente rebateu, em tom autoritário e machista, com “fica quieta, fica quieta”. A deputada abaixou a cabeça e evidentemente, porta-se como constrangida, ficando quieta.

Este caso exemplifica a relação abusiva e machista entre o “pai-político” Bolsonaro e a “filha-política” deputada Carla Zambelli. A legisladora obedeceu a figura do chefe de Estado sem questionamentos algum. O episódio não foi comentado pela deputada nas redes sociais. Houve silêncio nas redes sobre o silenciamento.

O presidente Bolsonaro tem atitudes de misoginia para colocar as mulheres em um *sub-lugar*. As que ousam falar na hora “que não são convidadas”, são silenciadas, desconvidadas. O machismo discursivo (BARROS & BUSANELLO, 2019, p. 2) do chefe de Estado com a deputada Carla Zambelli tem sido parte de uma estratégia patriarcal, autoritária, que interdita o debate público para outras vozes para além da dele, mesmo que essas estejam no mesmo campo político.

⁶⁴ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=JGypEcP_-rc. Acesso em fevereiro de 2022.

A forma silenciosa que Zambelli recebeu dessa violência política de gênero retratou que o machismo institucional não tem ideologia, apesar de mulheres com graus de especificidades diferenciadas sofrerem mais, conseguem se defender e/ou serem protegidas mais do que outras.

Ainda em outro caso de grande repercussão, ao ser notificada de que a rede social *Instagram* teria desabilitado a visualização de curtidas nas publicações, comentou: “tudo para a gorda feminista peluda do cabelo roxo não ficar deprimida ao ver o desempenho da coleguinha na rede” (ZAMBELLI, 2019). O questionamento da deputada, em tom de protesto, foi recheado de estereótipos sobre a imagem do que significa “ser uma feminista”.

O uso de expressões jocosas destacou que, mulheres em espaços de poder não estão isentas da reprodução do machismo discursivo como prática de sobrevivência política.

Como apontado por Galletti (2018), há estratégias *masculinistas* exercida por mulheres de direita na política que tem por objetivo alcançar um modelo de feminilidade. Como segue:

Um conjunto de práticas disciplinares possibilita a contradição entre ser mulher e lutar contra as mulheres. Uma das formas de controle é a regulação constante e exaustiva do corpo feminino e da feminilidade que instala hábitos normativos, tornando mulheres vigilantes de si mesmas e submissas às convenções patriarcais. O antifeminismo assim se manifesta como defesa de certo modelo de feminilidade (GALETTI, 2018, p. 1).

Nesse horizonte, a antropóloga argentina Rita Segato (2018 apud GALETTI, 2018), reflete que a reprodução de uma masculinidade tóxica gera uma “pedagogia da crueldade”. Essa pedagogia demonstra que as mulheres não estão isentas da reprodução machista. As mulheres de direita, emersas na lógica machista e antifeminista, agem sem qualquer compromisso com a desconstrução patriarcal, são reprodutoras da desqualificação de outras mulheres e utilizam estratégias e artifícios abertos pelo privilégio *masculinista* para constranger, humilhar e silenciar adversárias.

Outro flanco sobre a pauta antifeminista no parlamento é o alargamento temático que a expressão “*ideologia de gênero*” proporciona, não se restringindo apenas às questões de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR). Logo no primeiro ano parlamentar, Zambelli apresentou projetos ancorados na agenda antigênero, defendendo discursos de endurecimento penal.

Ao lado do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), foi entusiasta e autora do Projeto de Lei 3492/19 intitulado “Lei Rhuan Maycon”⁶⁵, em referência ao caso do assassinato de um menino de 9 anos, no Distrito Federal, que teve como réis a mãe e a madrasta. Acusadas de homicídio qualificado, lesão corporal gravíssima, tortura, ocultação e destruição de cadáver, tiveram como pena 129 anos de prisão em regime fechado. No ensejo promovido pela grande imprensa e, em especial, por programas televisivos policiais, a deputada adotou o caso como exemplo para justificar o endurecimento penal trazendo como alegação que as duas mulheres promoviam “*ideologia de gênero*” contra a criança. Não foi apenas uma ou duas vezes que se valeu de tal associação.

Zambelli atua com um discurso de “homoafetividade perigosa” para atualizar repertórios católicos de criminalização da sexualidade e praticar um antifeminismo de Estado, que tem como resultado, legislações que criminalizam cada vez mais o gênero. Foi idealizadora da campanha nas redes sociais com hashtag “#IdeologiaDeGeneroMata”, passou a dar entrevistas afirmando que a crueldade ocorrida estava diretamente relacionada ao fato de as acusadas terem a orientação sexual homoafetiva e, que forçaram, mesmo sem comprovação judicial, a vítima “a ser menina”, já que a mãe e a madrasta odeiam “homens”.

Não cabe discorrer sobre a repercussão do caso, mas torna-se evidente a presença da moral *punitivista* atravessando o discurso da “*ideologia de gênero*” e, extrapolando as fronteiras propriamente do campo dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR). A moral aqui, age como um mecanismo discursivo mobilizado para defesa do endurecimento penal cujo discurso encontra eco no combate à criminalidade e envolve temas como a Segurança Pública. O discurso da “homoafetividade” das sentenciadas é utilizado para justificar o crime, e mesmo que este seja um caso de desvio dos índices e taxas de mortalidade no Brasil, o associam como “consequência” do ato enquanto “a primeira vítima fatal da ideologia de gênero”.

É desta mesma orientação que o grupo católico neoconservador IPCO, aliado de Zambelli, deposita suas crenças e associações. Como descreve o artigo “Caso do menino Rhuan: paroxismo da *ideologia de gênero*” no site do Instituto:

⁶⁵ Disponível em

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1763923&filename=PL+3492/2019. Acesso em janeiro de 2022.

Faz-nos pensar também nas consequências da *ideologia de gênero* levada às últimas consequências, ou seja, a implantação do reino do demônio sobre a terra. Aliás, o assassinato de um menino inocente lembra os sacrifícios de crianças oferecidos aos deuses pagãos (DIAS, 2019).

Esse episódio nos auxilia na compreensão de que diferentes setores católicos ligados ao discurso reacionário e antifeminista usufruíram do discurso de demonização do gênero. Assim como o grupo católico, Zambelli também parabenizou Damares por associar a “*ideologia de gênero*” com o caso Rhuan.

[Carla Zambelli] Perfeito, Ministra!!! Antes que seja tarde demais, a sociedade brasileira precisa se levantar contra essa ideologia nefasta que já está tirando e destruindo vidas no Brasil e no mundo, seja pelo suicídio, mutilação ou homicídio. O caso do menino Rhuan jamais será esquecido! #Repost @damaresalvesoficial1 –[Damares Alves] Ideologia de gênero é violência contra a criança. Não é diversidade sexual, não estou falando dos homossexuais, das lésbicas ou das travestis. É além disso. Escolheram o Brasil como laboratório dessa teoria, mas estamos mandando um recado que acabou a brincadeira, nossas crianças não são cobaias. Aos que tem dúvidas do que falo, estudem um pouco sobre o que é a teoria queer. Ela se distancia da comunidade LGBT, tornando-se até mesmo, um antagonista, contra a comunidade lgbt e da comunidade conservadora, ela quer ferir a todos! (ZAMBELLI, 2019)

No processo de demonização do gênero, Damares Alves descreve a “*ideologia de gênero*” como um problema público que feriria toda a sociedade. A Ministra faz acusação à teoria *queer* enquanto ofensiva às crianças e à comunidade LGBTQIA+ na tentativa de associar as temáticas do corpo como fatores que depredam a sociedade. Nesta ocasião, a depredação seria entendida como o questionamento da *teoria queer* aos valores impostos pela sociedade ocidental heteronormativa⁶⁶.

Além do uso recorrente da terminologia “*ideologia de gênero*”, Zambelli adotou, somente de maneira mais evidente após as eleições, o tema do meio-ambiente como parte da sua atuação parlamentar. Aliada à agenda do agronegócio, popularmente conhecida na Câmara Federal como “bancada do boi”, a deputada passou, também, a englobar este tema em sua agenda política e estabeleceu vínculos com grupos católicos ultraconservadores contrários à reforma agrária.

Essa pesquisa previu em sua hipótese que a conexão da deputada com os grupos neoconservadores católicos era a agenda antigênero. Porém, com as surpresas empíricas no caminho, em especial, na análise das redes sociais,

⁶⁶ A teoria queer, entre tantas formulações propostas, analisa a adesão da orientação sexual e do gênero enquanto determinantes do constructo social, das estruturas, e não enquanto resultado da natureza humana imbuído do aspecto biológico.

reconhecemos que o estreitamento com grupos católicos ultrapassa os interesses para além da agenda dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR). Como percebe-se, Zambelli incorporou um ataque sistemático às demandas *ecossocialistas* e/ou relacionadas ao direito à terra.

Colocando-se, inclusive, em diversos momentos com posicionamentos contrários às ações do Papa Francisco sobre o Sínodo da Amazônia e seus desdobramentos teológicos-políticos.

Como se constrói a aproximação da deputada Carla Zambelli com o agronegócio? Em 2021, foi eleita presidenta da Comissão de Meio Ambiente (CMA) da Câmara Federal, espaço pouco ocupado por mulheres. Tornando-se a aliada número um do ex-ministro de Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Nas redes, comemorava as medidas do ex-Ministro, demitido em junho de 2021, em especial aquelas orientadas pelo ódio às organizações civis em defesa das demarcações de terras. Os discursos de Salles e Zambelli encontraram eco em uma associação de acabar com a “lei rouanet do Meio Ambiente”, condenando moralmente as organizações da sociedade civil que recebiam recursos do Estado para defender as terras, pessoas e territórios.

À frente da presidência da CMA, a deputada não omitiu seu posicionamento contrário aos assentamentos e favorável à comercialização de animais – eixos centrais de disputa para o agronegócio brasileiro. Segundo a revista Carta Capital, o que uniu Zambelli à agenda ruralista de Salles, foi o empresário Jorge Feffer, doador de campanha da deputada e membro do Conselho da Suzano Papel e Celulose⁶⁷.

Além deste alinhamento com o ex-Ministro e os empresários do “*agro é pop*”, a inflexão temática não parece condizente com a trajetória anticorrupção da ativista, porém as publicações nas redes sociais revelam uma aproximação com setores ultraconservadores católicos. Nos anos que antecederam sua chegada ao Congresso Nacional, a ativista manteve apoio explícito a dois grupos católicos neoconservadores nas redes sociais.

A partir de 2016 desenvolveu uma conexão mais explícita com o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), em especial na relação direta com o sócio “Dom” Bertrand

⁶⁷ Destaco que além de comandar a maior empresa exportadora de celulose do Brasil, Feffer é também fundador do movimento “Endireita Brasil”, um grupo criado em 2006 por empresários ligados ao agronegócio.

de Orleans e Bragança e o grupo Arautos do Evangelho, cuja relação direta é com o Presidente Geral Interino do grupo, Padre Alex Barbosa de Brito.

Os dois grupos que a deputada mantém relação tem origem na ideologia tefepista. O grupo Arautos do Evangelho e o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) são herdeiros morais do integralismo católico, compondo a direita católica, cuja origem foi a cisão da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), ocorrida com a morte do fundador Plínio Corrêa de Oliveira em 1995 (ALTOÉ, 2006, p. 18).

Os três grupos, Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), Arautos do Evangelho e Associação dos Fundadores da TFP nasceram como dissidências de ex-membros da antiga TFP. Até hoje disputam, no STF e no imaginário católico neoconservador, a herança da ideologia tefepista do falecido advogado, Plínio Corrêa de Oliveira.

Apesar de serem grupos distintos fundados nas disputas em torno do legado do fundador, partem de uma mesma articulação inicial, a TFP. Entre suas movimentações estão as reuniões com políticos, apoio a candidaturas católicas à Câmara Federal, agitadores de campanhas anticomunistas, moralização da farsesca “*ideologia de gênero*” com atuação em defesa da propriedade privada. Agora vamos às diferenciações dos grupos.

O Arautos do Evangelho é uma Associação Internacional de Fiéis de Direito Pontifício, fundada em 2001 por Monsenhor João Clá Dias. As ações do grupo são voltadas à atividade religiosa doutrinal e à formação disciplinar de homens e mulheres. O grupo é reconhecido oficialmente pela Igreja Católica como uma associação religiosa e tem 18 igrejas espalhadas pelo Brasil, além de 15 colégios com cerca de 700 alunos. Seus adeptos ficam em internatos longe de suas famílias e se articulam em torno de ações dogmáticas no “Apostolado do Oratório”, “Fundo Misericórdia”, “Cavalaria de Maria” e “Centro Juvenil” do grupo. Dentre os temas mais defendidos pelos Arautos do Evangelho está a proibição do aborto em qualquer circunstância.

No *Facebook da deputada*, desde a primeira citação sobre o grupo Arautos do Evangelho, em dezembro de 2019 até dezembro de 2021, Zambelli publicou 49 vídeos do líder do grupo, Padre Alex Barbosa Brito, apresentando homilias, posições sobre os temas políticos e mensagens aos eleitores(as).

Foi em uma igreja do grupo Arautos do Evangelho que a deputada se casou em dezembro de 2019 com o diretor da Força Nacional de Segurança Pública do governo Bolsonaro, o coronel Antônio Aguinaldo de Oliveira. A celebração religiosa foi realizada

em Brasília sob a benção do Padre Alex Barbosa Brito. Outro dado relevante é seu arco de relações públicas com os membros da maçonaria. O que se evidencia com o festejo de seu casamento na loja maçônica Grande Oriente do Brasil, em Brasília. Em uma publicação no *Twitter* na data do casório, a deputada *tuitou*:

Hoje mais tarde [...] será o dia do nosso casamento religioso, em uma capela para 50 pessoas, vamos trocar os votos sob a bênção da Sagrada Família, dos Arautos do Evangelho, uma igreja conservadora e abençoada (ZAMBELLI, 2019).

Dois meses antes de fazer a primeira publicação sobre o grupo nas redes sociais, em dezembro de 2019, Arautos do Evangelho foi alvo da justiça paulista e teve uma matéria veiculada no programa *Fantástico* na Rede Globo⁶⁸. O fundador, Monsenhor João Clá Dias e a junta diretiva da organização foram acusados pelo Ministério Público de Caieiras de cometerem tortura e abuso sexual contra mulheres e menores e práticas de violência psicológica com 40 ex-associados(as).

O Vaticano deliberou um interventor para cuidar do caso, mas, em nota divulgada, o grupo não reconheceu a ação emitida pelo Papa Francisco do envio de um comissário.

Quando encerrava o recolhimento empírico de pesquisa, vi a notícia que o grupo Arautos do Evangelho realizou, em dezembro de 2021, uma apresentação durante a tradicional cerimônia da “Cantata de Natal” no Palácio do Planalto. Diante da crise moral estabelecida pelas denúncias de tortura e repercussão negativa a organização, o grupo tem aprofundado pontes com o governo Bolsonaro na tentativa de limpar sua imagem pública. A principal emissária dessa relação é a deputada Carla Zambelli, que tem acesso direto aos Ministros e ao próprio presidente.

A aproximação articulada pela deputada entre os Arautos e o governo Bolsonaro tem um inimigo comum: combater as matérias noticiadas pelo maior veículo de comunicação do país, a Rede Globo. Assim que a notícia foi ao ar em outubro de 2019, o grupo publicou vídeos afirmando que as denúncias tinham como alvo “a perseguição religiosa”.

Rede Globo ataca aos arautos para atingir o Governo Federal? Padre Alex Brito, EP pergunta: Será que a TV Globo nos ataca por motivos políticos? Para atingir ao presidente? Assista! #SomosTodosArautos #ArautosdoEvangelho #Globomente #perseguiçãoreligiosa #AmoOsArautos

⁶⁸ Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8038901/>. Acesso em dezembro de 2021.

Percebemos uma associação descabida feita pelo próprio grupo em comparação à suposta perseguição que sofre o presidente. O grupo católico oportuniza no estreitamento de relações com Bolsonaro, com auxílio da deputada católica Carla Zambelli, impor a narrativa que as notícias de tortura e assédio de ex-membros do grupo são “mentirosas”, “persecutórias” e “caluniosas”. A ida do grupo a uma agenda oficial do governo, no Palácio do Planalto, demonstrou a tentativa de recompor a imagem manchada devido às inúmeras notícias de violência no espaço religioso. Zambelli, ao republicar mais de 40 vídeos sobre o grupo, atuou na reconstrução pública da imagem do grupo católico.

Já o outro grupo relacionado com a deputada, o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), foi fundado em 2006 pelo engenheiro Adolpho Lindenberg. Só é permitido homens afiliarem-se e, concentra suas atividades em caravanas contra o aborto à frente de hospitais, estudos doutrinários, campanhas públicas anticomunistas. Mantém um núcleo jovem e atuação na internet sites/redes sociais com temas voltados às juventudes.

O nome do instituto carrega a história do fundador da entidade filantrópica Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), o católico Plínio Corrêa de Oliveira foi o organizador das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, inspirado pelo fascismo italiano e apoiando insistentemente a ditadura militar.

Dentre os temas mais abordados pelo Instituto, está a proibição do aborto em qualquer circunstância, a paralisação de qualquer reforma agrária em curso, o negacionismo climático, a oposição aos casamentos homoafetivos, a defesa da propriedade privada, o reducionismo do movimento feminista enquanto “igualitarismo”, a associação de nazismo, comunismo e socialismo como representantes de uma mesma ideologia política. São defensores da retomada do Brasil como uma “civilização cristã” que, na posição dos adeptos, estaria ameaçada pela “revolução anticristã” propagada por comunistas.

Diferente do Arautos do Evangelho, o IPCO concentra mais atuação temática e articulações políticas em torno das “campanhas contra o falso ambientalismo”. O último é entusiasta de campanhas difamatórias sobre o Sínodo da Amazônia e denunciam a agenda “ambientalista” do Papa Francisco.

IPCO também criticou o silêncio de Francisco durante a aprovação do aborto na Argentina, seu país natal, e acusaram o chefe do Vaticano de “naturalismo sobre o aborto”, descreveram como “o Papa Francisco se absteve de encorajar os católicos argentinos a lutar contra a legalização do aborto” (SIMEO, 2021).

Quem une a deputada com o Instituto é uma figura de destaque no catolicismo neoconservador, “Dom” Bertrand de Orleans e Bragança. “Dom” Bertrand foi membro da TFP e é diretor de relações institucionais do IPCO, membro da Casa Imperial, negacionista ambiental e autor do livro, “Psicose Ambientalista – Os Bastidores do Ecoterrorismo para implantar uma Religião Ecológica Igualitária e Anticristã” (2012).

Ao buscar as palavras-chaves “dom bertrand” e “instituto plínio correa de oliveira” nas redes sociais da deputada vê-se seis encontros de Zambelli com “Dom” Bertrand de Orleans e Bragança e o grupo católico ultraconservador. Segundo a definição da deputada:

- 18 de março de 2018 - Foto de quando conheci Dom Bertrand De Orleans e Bragança, em 2016.
- 27 de abril de 2018: “Como sempre, prestigiando nosso Príncipe, Dom Bertrand De Orleans e Bragança, com o amigo @malcolmforest e @joicehasselmann.”
- 05 de dezembro de 2018 – “Um brinde com Dom Bertrand De Orleans e Bragança. Pelo Brasil, pelos valores de família, por Deus no controle das coisas. Amém!”
- 24 de dezembro de 2018 – “Querido S.A.I.R. Dom Bertrand De Orleans e Bragança. Que honra é contar com sua amizade!! Ave Império!”
- 26 de fevereiro de 2019: Visita especial ao Gabinete hoje, S.A.I.R. Dom Bertrand De Orleans e Bragança, além de Nelson Ramos Barretto, do "Paz no Campo". Ave Império. #AveImperio.”
- 14 de outubro de 2021 – “Hoje tive a grande honra de receber em minha casa, nosso Príncipe S.A.I.R. Dom Bertrand de Orleans e Bragança, Malcolm Forest e sua comitiva, que nos encanta sempre com sua profunda sabedoria e seu amor incondicional pelo Brasil. A Casa Imperial comemora o Bicentenário da Independência do Brasil - “A Jornada dos Príncipes” e o Bicentenário de São Frei Galvão - 200 Anos de Fé. Brasília Capital do Império”.

Uma das principais relações de Zambelli à frente da presidência da Comissão de Meio Ambiente da Câmara é com a organização Paz no Campo, liderada por “Dom” Bertrand e pelo católico Nelson Ramos Barretto, que como demonstra o próprio site do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), é colaborador do Instituto, jornalista e escritor especializado em assuntos ligados à reforma agrária, agronegócio e propriedade privada no Brasil.

Em entrevista ao jornalista da BBC, João Fellet (2019) averiguou que a deputada tem uma moldura com a foto de Dom Pedro I e a bandeira do Império em seu gabinete. Os posts de divulgação dos encontros com o homem de 80 anos, branco,

que se considera “príncipe” imperial do Brasil, revela elementos simbólicos que identificam a afinidade da mesma com o grupo. Nas publicações, em menção a “Dom” Bertrand, colocou também a abreviação “S.A.I.R”, que significa “Sua Alteza Imperial e Real”.

Também utilizou a saudação “Ave Império” que simboliza um clamor de monarquistas rumo à “Marcha da Restauração” do Brasil e “Terra de Santa Cruz” – saudação também encontrada nas publicações das redes sociais da deputada Chris Tonietto.



Figura 7: Reprodução// Facebook Carla Zambelli



Figura 8: Reprodução// Facebook Carla Zambelli

A relação de Zambelli com sócios e integrantes do Instituto católico Plínio Corrêa de Oliveira é um indicativo de que sua atuação enquanto presidenta na Comissão de Meio-Ambiente está alinhada aos interesses do grupo católico.

Sobre os conteúdos nas redes sociais com menção ao Papa Francisco, há apenas duas publicações com menções diretas. Uma delas é uma publicação em 13 de fevereiro de 2020 onde a deputada envia uma mensagem ao Papa Francisco por ter recebido o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no Vaticano.

No vídeo “De Carla Zambelli para o Papa Francisco...”⁶⁹, a deputada se posiciona em frente às câmeras, com a bandeira de Israel ao fundo (emitindo uma possibilidade de sionismo cristão católico) e ao lado do quadro de João Batista Figueiredo, o último presidente da ditadura militar. Na mensagem gravada, legendada em português e inglês, questiona porque o Papa teria recebido um “ladrão”. Ela cita uma passagem bíblica onde Jesus havia encontrado Dimas, e neste momento, ele teria

⁶⁹ Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=220070966034882>. Acesso em 03 de janeiro de 2022.

sido perdoado e se arrependido pelos seus crimes. Em contraposição a Dimas, a deputada refere que “Lula nem sequer se arrependeu de seus crimes” e termina o vídeo questionando “como alguém que nem sequer admitiu seus pecados e seus crimes, possa entrar no Reino do Vaticano?” (ZAMBELLI, 2020).

Em outra publicação, comentou sobre o vídeo do Padre Kelmon Luis da Ilha de Maré, em Salvador, que sofreria “perseguição religiosa” por sacerdotes de esquerda que organizaram uma carta endereçada ao Papa Francisco, com mais de mil assinaturas. A carta redigida pelos grupos “Padres da Caminhada” e “Padres contra o Fascismo” criticou as ações do governo frente à pandemia da COVID-19.

Outro elemento presente nas redes sociais é o apreço ao Estado de Israel. Em 2018, primeira vez que a deputada publicou suas opiniões acerca do Estado de Israel, ela referenda a posição pró Estado de Israel e contrária à Palestina, colocando-se na posição de “peregrina de Israel”.

Em 2014, na qualidade de ativista do movimento “*NasRuas*”, participou de uma visita religiosa a Israel. Ainda recebeu, em 2018, da Comunidade Internacional Brasil & Israel, a comenda de embaixadora extraordinária da Paz na Terra Santa, assinada pela presidente Dra. Jane Silva⁷⁰.

No mesmo ano, enquanto deputada eleita, acompanhou o presidente Jair Bolsonaro e a atriz Regina Duarte em uma viagem diplomática com o 1º ministro Israel, Benjamin Netanyahu. Durante a viagem a Israel, tirou fotos com israelenses com a bandeira monárquica acolhida em seu corpo.

Segundo Deborah Hornblas Travassos (2021), há uma crescente procura de grupos evangélicos pelo turismo religioso em Israel. Porém, ao relacionar a busca do turismo evangélico com os turistas católicos, a autora reflete sobre o crescente discurso em prol do sionismo cristão. O Vaticano, por exemplo, estimula que fiéis façam, na qualidade de “peregrinos”, viagens à Terra Santa. O próprio termo “peregrino”, também é utilizado por agências de turismo evangélicas.

No caso das idas da deputada católica a Israel e o seu apreço às posições judaizantes, nos levam a refletir sobre as facetas católicas presentes no sionismo cristão. Não sendo, exclusivamente, um discurso restrito a uma articulação protestante no atual cenário da nova direita brasileira.

⁷⁰ Disponível em

<https://www.facebook.com/ZambelliOficial/photos/pcb.1955718077852022/1955717997852030/>.

Acesso em janeiro de 2022.

2.3. Deputada Chris Tonietto: a católica tradicional na Câmara Federal

Christine Nogueira dos Reis Tonietto ou Chris Tonietto, como é conhecida, é carioca, moradora da Baixada Fluminense, catequista e advogada formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi eleita em 2018 pelo Partido Social Liberal ao cargo de deputada federal pelo Estado do Rio de Janeiro com 38.525 votos.

Seu ativismo foi iniciado em grupos carismáticos da Igreja Católica. Ao lado do seu namorado, Lucas Tonietto, hoje seu marido, fundaram o movimento Sentinelas. Como descreve o site da Arquidiocese do Rio de Janeiro, o movimento foi criado em 2015 e contou com apoio religioso do bispo auxiliar Dom Antônio Augusto Dias Duarte⁷¹.

O grupo teve como objetivo “conscientizar os católicos acerca da Doutrina da Igreja” e oferecer aulas para os(as) fiéis. Durante a articulação do Movimento Sentinelas que Tonietto concentrou mais as suas atividades na cidade do Rio de Janeiro, organizando diversos eventos sobre “*ideologia de gênero*”.

Chris Tonietto se define como uma deputada “pró-vida, contra a “*ideologia de gênero*” e contra o ativismo judicial”. Em 2021, foi a vice-líder do Partido Social Liberal na Câmara Federal e atualmente é presidenta e proponente da Frente Parlamentar Mista contra o Aborto, compondo a Comissão da Mulher.

Diferente da deputada Carla Zambelli, que possui alto engajamento e influência nas redes sociais, Tonietto faz parte do “baixo clero” de deputados(as) influentes na internet. Numericamente, sua influência nas redes sociais representa⁷²: 43.170 mil seguidores no *Facebook*, 74.292 mil seguidores no *Twitter*, 88 mil seguidores no *Instagram*, 13,4 mil inscritos em seu canal no *Youtube* e 9 mil inscritos na sua lista oficial do *Telegram*. Sua página pública do *Facebook*, conforme informação de transparência da página oferecida pela plataforma, foi criada em 10 de maio de 2018. Diferente de Zambelli, possui uma livraria virtual chamada “Livraria Tonietto” que vende livros católicos neoconservadores e/ou balizados pela Doutrina Social da Igreja.

É notável observar que seu ativismo foi localizado especificamente na atuação em paróquias e comunidades católicas. Como vamos perceber abaixo, sua carreira de ativista política teve como pilar principal, entre os anos de 2015 e 2018, a pauta

⁷¹ Dom Antônio Augusto Dias é bispo-auxiliar na Arquidiocese do Rio de Janeiro, médico pediatra, doutor em teologia moral e ligado ao grupo Opus Dei.

⁷² Informação coletada em 14 de janeiro de 2022 por essa pesquisa.

antigênero, contrária ao aborto e em defesa da família tradicional, concentrando seu ativismo entre os grupos de jovens católicos.

Chris Tonietto é contrária ao uso de nome social para travestis e transgêneros pois ignora o fato de que gêneros transitam e são fluídos, porém, adotou um nome social na política. Estratégia também muito utilizada por outros(as) candidatos(as) religiosos(as). Christine Nogueira dos Reis Tonietto é seu nome de registro, porém, destaca-se, em suas publicações, o foco em *Chris Tonietto*, (CrisTo), remetendo à figura de Cristo.

Tonietto é uma das fundadoras do Centro Dom Bosco (CDB). O Centro Dom Bosco é uma associação de leigos católicos ultraconservadores que oferece formação doutrinária e dogmática a fiéis da Igreja Católica. Com apoio religioso do Padre Paulo Ricardo e do bispo-auxiliar do Rio de Janeiro Dom Antônio Augusto Dias Duarte, o centro foi fundado com o objetivo de “defender a fé”, “evangelizar”, “publicar livros” e “formar centros católicos no Brasil e no exterior”. Como define o grupo em seu site oficial:

Desde a fundação em 17 de setembro de 2016, o conceito permanece o mesmo: somos uma família que reza, estuda e defende a fé. Homens e mulheres na condição de leigos católicos que, unidos, buscam levar uma vida a serviço da Santa Igreja. Estudamos a doutrina milenar a fim de resgatar o que foi perdido por causa do modernismo e das diversas infiltrações na estrutura eclesial (BOSCO, 2022).

Uma das salas do grupo católico, que tem sua sede localizada no Rio de Janeiro, leva o nome de Tonietto. A hipótese trabalhada nesta pesquisa é de que a escola de formação política da ativista Chris Tonietto até sua chegada ao parlamento se iniciou nessa etapa, quando ela passou a colaborar com o Centro Dom Bosco. Ademais, meses mais tarde, Tonietto representou, na qualidade de advogada, o Centro Dom Bosco em uma ação pela retirada de um vídeo de humor do canal *Porta dos Fundos*.

O Centro Dom Bosco tem várias frentes de atuação, seja como editora de livros, na venda de imagens sacras, camisetas e caneca temáticas e, o mais central, na difusão, formação, *advocacy* e *lobby* jurídico e político em temas relacionados à teologia moral e conservadora no que concerne às questões de gênero, sexualidade, educação e combate à agenda “comunista”.

Foi também o Centro Dom Bosco, com o auxílio da deputada Chris Tonietto, que tentou interpelar judicialmente pela retirada do termo “católicas” da organização feminista Católicas pelo Direito de Decidir, organização fundada pela professora Maria José Fontelas-Rosado Nunes no Dia Internacional da Mulher em 1993. O grupo, formado por mulheres católicas feministas, do qual também faço parte, reivindica o direito à justiça reprodutiva e a descriminalização do aborto em qualquer circunstância. Católicas pelo Direito de Decidir se ampara teologicamente nas Teologias Feministas para reivindicar a autonomia sobre o direito à reprodução e à sexualidade. Questões que, para o Centro Dom Bosco, são inegociáveis e depreciam o *status quo* da institucionalidade católica.

Como aponta o autor Víctor Almeida Gama (2021), o Centro Dom Bosco compõe a nova direita católica que busca dar continuidade histórica à direita católica do século XX.

Todas essas ações assumidas pelo CDB são, para além de uma tentativa de impor o que entendem ser o código de moral católico na sociedade, uma demonstração de como grupos católicos minoritários e radicalizados ganham expressão e marcam sua presença, garantindo a esse setor que durante muito tempo permaneceu apagado uma coesão interna e novas possibilidades de organização através de figuras difusoras como as organizações do campo do laicato católico (GAMA, 2021, p. 2).

O Centro Dom Bosco colaborou para a eleição de Tonietto, com quem conquistou uma representante legislativa na Câmara Federal no pleito de 2018. O comprometimento do centro é com uma doutrina teológica neoconservadora que mantém vínculos com o Fórum Nacional da Liga Cristo Rei, articulação fundada pelo Padre Paulo Ricardo, sacerdote olavista e pró-armamentista.

Passaremos, agora, à análise da trajetória de Tonietto (linha do tempo), desde seu engajamento católico pastoral em grupos carismáticos até a chegada ao parlamento nas eleições de 2018.

2012: Chris Tonietto publicou no *Facebook* elogios à Canção Nova. Em uma das publicações, ela saudou a santidade do Pe. Rufus, sacerdote que foi vice-presidente da Associação Internacional dos Exorcistas e fundador da Associação Internacional para o Ministério da Libertação. Esses elogios ganharam novos contornos a partir de 2017, quando desaparece um discurso teológico-carismático, e Chris Tonietto passa a adotar a linguagem neoconservadora do Centro Dom Bosco.

2013: No auge das manifestações de junho, responsáveis até hoje por debates cruciais sobre juventudes e direito à cidade⁷³, Tonietto participou de uma ação junto do grupo de jovens Surfistas com Maria. O grupo tinha como objetivo homenagear o jovem seminarista Guido Shaffe⁷⁴, que faleceu em um acidente em 2009 no Rio de Janeiro enquanto surfava. Na repercussão deste caso, a católica Chris Tonietto concedeu entrevistas ao Globo Repórter onde afirmou que “a castidade é um dos mandamentos cruciais” (REIS, 2013). Aos 22 anos, Tonietto já se alinhava ao Catecismo da Igreja Católica no que tange à sexualidade e privação do sexo. Nesse mesmo ano, o Papa Francisco fez sua primeira Jornada Mundial da Juventude, no Brasil, e Tonietto organizou comitivas de voluntários(as) para participarem da organização das jornadas. Porém, não houve por parte dela qualquer menção (nas redes sociais analisadas) sobre frases e pensamentos de Francisco durante as jornadas.

2014: Chris Tonietto divulgou a formação do Centro de Formação para a Juventude, com o tema “Teologia do Corpo”, organizado pela Congregação Nossa Senhora de Belém e inspirado nos pronunciamentos do Papa João Paulo II sobre sexualidade humana. Mesmo se tratando de um ano eleitoral, não foram encontradas informações ou posicionamento de Chris Tonietto sobre eleição nas redes sociais.

2015: A partir deste ano, encontramos frases e fotos de apoio de Chris Tonietto à liderança do Papa Bento XVI. Como ela mesma descreve nas redes sociais, o Papa Bento XVI foi “o maior teólogo vivo da história!” (TONIETTO, 2015). É a partir desse ano que vemos menção à primeira atividade pública que envolverá temas como gênero, família e aborto. Enquanto liderança do Movimento Sentinelas, Chris Tonietto organiza a palestra “Preservando a nossa família” na Paróquia São Marcos, na Barra da Tijuca, na qual apresentou, na qualidade de leiga católica, a palestra “A importância da família na atualidade”.

2015 foi um ano marcado por diversas manifestações de mulheres feministas contrárias ao Projeto de Lei 5069/2013, de autoria do ex-deputado Eduardo Cunha (DEM-RJ), que visava criminalizar o uso de pílulas do dia seguinte. O movimento “Pílula fica, Cunha sai” gerou diversas mobilizações e o projeto foi arquivado pela Câmara Federal. Chris Tonietto, no entanto, na contramão da posição do movimento

⁷³ Ver Daniel Souza Santos “A “revolta da ineficiência”: os acontecimentos de junho de 2013 no Brasil e suas destituições político-teológicas.” Tese de Doutorado - Universidade Metodista - Ciência da Religião, 2019.

⁷⁴ Guido Vidal França Schäffer ficou conhecido como “Surfista Santo” e é postulante à beatificação.

feminista, defendeu o PL do deputado evangélico em seu *Facebook*, apoiando a hashtag #SIMaoPL5069. Também foi em 2015 que o Movimento Sentinelas realizou na Paróquia Imaculada Conceição, no Rio de Janeiro, o seminário intitulado “Ideologia de gênero”, cuja divulgação foi acompanhada pelas hashtags #foraideologiadegenero, #juntospelaVida e #emdefesadafamilia.

2016: Tonietto retomou os elogios e reverências ao Papa Bento XVI em tom de admiração pública, afirmando que ele seria o “futuro doutor da Igreja”.

2017: Foi a partir deste ano que seu ativismo tomou outros contornos no espaço religioso. É possível identificar um uso mais ostensivo das redes sociais, além de Tonietto começar a aparecer em vídeos e *lives* comentando sobre a Base Nacional Comum Curricular, como parte da discussão dos Planos de Educação no país. Além também de realizar reuniões com sacerdotes e leigos contrários à “*ideologia de gênero*”. Nesse ano também, ela organizou o “Seminário de Gênero: Aspectos Educacionais, Históricos e Jurídicos”, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Os eventos subsequentes que organizou junto ao “Movimento Sentinelas” reuniram lideranças reconhecidas nacionalmente por atuarem contra as questões de gênero e sexualidade nos Planos de Educação. Dentre as quais se destacam a psicóloga Marisa Lobo, o psiquiatra católico Italo Marsili, o professor católico Felipe Nery, o padre José Eduardo e o Bispo Auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Antônio Augusto Dias Duarte.

Foi em 2017 que Tonietto divulgou o primeiro vídeo institucional do Centro Dom Bosco, fundado no ano anterior. Também organizou as “Marchas pela Vida” no Rio de Janeiro, com tom contrário ao aborto, adotando a linguagem de “abortoduto”, expressão que visa deslegitimar as agendas pró Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR). A partir desse momento, a ativista católica passou a aparecer em vídeos e entrevistas ao lado do policial civil Márcio Gualberto, eleito em 2018 deputado estadual na Assembleia do Rio de Janeiro (ALERJ) pelo PSL com 23.169 votos. Márcio Gualberto também é católico e membro do Centro Dom Bosco. Nas eleições de 2018, fez uma “dobradinha”⁷⁵ parlamentar com Tonietto, o que garantiu ao Centro Dom Bosco uma representação federal na Câmara e outra no legislativo estadual.

⁷⁵ A expressão “dobradinha” nas eleições é utilizada quando deputados(as) estaduais e federais do mesmo campo político se unem para marcar uma posição ideológica com um determinado perfil de eleitores(as). Nesse caso, tivemos uma “dobradinha” católica de candidatos da direita católica.

2018: No ano eleitoral, o tom de figura pública “católica pró-vida” da ativista tomou mais corpo nas redes sociais. O presidente do CDB⁷⁶, que não era um padre ou um bispo, mas sim um jovem católico advogado, Pedro Luiz de Affonseca, entrou, ao lado de Tonietto, com uma ação contra o canal humorístico Porta dos Fundos em razão de um vídeo parodiando a ideia do céu no catolicismo. O processo foi extinto sem exame do mérito no ano seguinte. O caso gerou grande repercussão midiática e levou Tonietto a dar dezenas de entrevistas sobre o caso.

Neste ano, também vale destacar o trabalho de base realizado por Tonietto, enquanto liderança do Centro Dom Bosco, no recolhimento de assinaturas em paróquias, escolas, universidades, escritórios, etecetera, em repúdio à Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 442/2017, de autoria do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que visava a descriminalização do aborto voluntário até o terceiro mês de gestação.

Também em 2018 que as publicações com líderes diretamente ligados à hierarquia da Arquidiocese do Rio de Janeiro aparecem com mais ênfase. Como mencionado em duas publicações:

Hoje nosso Arcebispo Cardeal Orani João Tempesta recebeu o nosso querido Capitão Jair Messias Bolsonaro. Na oportunidade, o nosso futuro Presidente reafirmou seus compromissos com a vida, a família e a sociedade, repudiando expressamente todas as possibilidades de legalização do aborto, do comércio das drogas e de outras políticas que ameaçam os valores morais cristãos que nos são tão caros. Viva Cristo Rei! (TONIETTO, 2018)

Falando sobre os projetos do Centro Dom Bosco com Sua Eminência Reverendíssima, D. Orani João Tempesta! Que Deus abençoe nosso apostolado! #VivaCristoRei (TONIETTO, 2018)

Com apoio da Arquidiocese do Rio de Janeiro, do grupo Geração “ProVida” e da Rede Nacional em “Defesa da Vida, Tonietto organizou o “Ato Nacional em “Defesa da Vida” em 1 de setembro no Posto 5 de Copacabana, no Rio de Janeiro. Em outra ocasião, a ativista organizou, ao lado dos grupos PróVida e Catecumentato, o

⁷⁶ Não cabe neste artigo realizar uma análise de crise no campo católico conservador acerca do Centro Dom Bosco, porém há uma carta pública do Professor Carlos Nougué, um católico tradicionalista, onde ele anuncia o rompimento em março de 2020 com o CDB e a Liga Cristo Rei. Nougué afirma que a aproximação do grupo com Olavo de Carvalho e o Ministro Ernesto Araújo não atendem à demanda da ideologia do grupo e geram má influência. Segundo ele, “*eles têm influenciado negativamente muitos jovens que se voltam à Tradição*” (NOUGUÉ, 2020). Disponível em <https://ssvm.org.br/artigo3/carlos-nougue-rompe-com-o-cdb-e-a-liga-cristo-rei/> Consultado em 13 de outubro de 2020.

“Seminário sobre a Ideologia de Gênero”⁷⁷ na Paróquia São José Operário, tendo sido uma das expositoras da palestra o “Gênero segundo Judith Butler”.

2.4. “O Estado é laico, mas eu não sou ‘laica’. Eu sou católica!”

Em junho de 2018, Tonietto passou de uma leiga ativista católica para pré-candidata a deputada federal pelo Partido Social Liberal, tendo sua ficha abonada pelo então candidato ao Senado Flávio Bolsonaro (PSL-RJ). No vídeo divulgado, Flávio Bolsonaro -comenta:

Chris, primeiramente seja muito bem-vinda ao time do PSL. É uma grande honra para nós ter nos nossos quadros uma pessoa com o seu perfil. Uma pessoa católica, uma pessoa cristã, uma advogada do mais alto gabarito. Super preparada, que tem bandeiras importantes de concreto como o combate à “ideologia de gênero” e uma série de outras imposições que a esquerda tenta enfiar “goela abaixo” da sociedade. [...] Uma mulher inteligente, combativa e essa sim, um exemplo de mulher a ser seguido, principalmente pelas mulheres que estão aí do outro lado, de esquerda, fazendo o que não deve” (BOLSONARO, Flávio, 2018).

O comentário do senador Flávio Bolsonaro busca associar a imagem do que seria “a mulher ideal” na política à candidatura de Chris Tonietto, de modo a diferenciá-la das candidatas feministas. O argumento de um líder partidário, homem e evangélico, de que a ativista católica, mulher e conservadora “merece ser seguida” foi um dos elementos discursivos utilizados pela campanha eleitoral do Centro Dom Bosco para eleger Chris Tonietto ao cargo de deputada federal. Como, entre tantos homens à frente da liderança do Centro Dom Bosco, uma mulher católica foi escolhida para disputar valores tradicionais na esfera do Estado?

O feminicídio político de Marielle Franco, em 14 de março de 2018, ainda sem respostas sobre seus mandantes, resultou no levante de mulheres negras feministas na política. Assistimos, no mesmo ano, à eleição para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro de três ex-assessoras de Marielle Franco: a pastora Mônica Francisco (PSOL-RJ), a ex-chefe de gabinete Renata Souza (PSOL-RJ) e a ex-assessora Dani Monteiro (PSOL-RJ). No parlamento, uma das melhores amigas de Marielle Franco, a militante feminista Talíria Petrone foi eleita deputada federal pelo PSOL no Rio de Janeiro. Todas mantêm agendas pela descriminalização do aborto. No bojo da onda

⁷⁷ Disponível em

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1733712920043003&set=pb.100002129349851.-2207520000.&type=3>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

antirracista e feminista na política que se seguiu à morte de Marielle Franco, assistimos à mobilização de grupos conservadores, católicos e evangélicos na preparação de candidaturas de mulheres para representar o antifeminismo. Mulheres conservadores, cristãs, como reação às candidaturas feministas no parlamento.

A candidatura e, posterior eleição de Chris Tonietto fez parte da reação de grupos religiosos conservadores que visou recolocar, com auxílio da candidatura de Bolsonaro, os valores tradicionais do familismo na esfera pública. Essa recolocação foi feita através dos valores familistas, com uso ostensivo das redes sociais expandindo o “sintagma neológico *“ideologia de gênero”* (JUNQUEIRA, 2018, p. 3). Teve como desdobramento, distintas agendas consideradas “morais”, como a defesa do ensino domiciliar (*homeschooling*), do projeto “escola sem partido”, a criminalização do aborto, das afetividades, de métodos contraceptivos e a proibição da linguagem neutra. Essas são algumas das agendas defendidas pelo Centro Dom Bosco e lideradas pela deputada na Câmara Federal.

A partir de 2018 as publicações contrárias ao Partido dos Trabalhadores (PT) e fotos ao lado do candidato Bolsonaro, acompanhado de seu número eleitoral 1710, foram divulgadas. Em diversas postagens seu discurso antipetista estava presente, mas, diferente do discurso de “corrupção=PT” que foi adotado pela candidata Carla Zambelli, Tonietto afirmou que o candidato do PT, Fernando Haddad era, no singular, “contra a religião”. Publicações apontando como o “verdadeiro católico” deve votar também fizeram parte do repertório eleitoral da candidata.

O uso do slogan “verdadeiro católico” foi utilizado como contraposição aos(as) católicos(as) de esquerda, apelando para um sentido e existência de que o “verdadeiro católico” é aquele se apoia no catolicismo moral, cujas origens são validadas por posições conservadoras “contra o aborto”, o “casamento gay” e as “drogas”. O “falso católico” seria então aquele que questiona o catolicismo moral sacrossanto.



Figura 9: Reprodução// Facebook Chris Tonietto



Figura 10: Reprodução// Facebook Chris Tonietto

Algo em comum entre as candidatas foi que, quando eleitas, passaram a mobilizar seus eleitores(as) para defender a decisão pública de Bolsonaro na nomeação de Damares Alves, pois uma “pró-vida” estaria no comando dos Direitos Humanos.

A indicação de Damares Alves para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pelo presidente eleito Jair Messias Bolsonaro marca uma grande mudança neste estado de coisas. Damares, além de representar um projeto de poder diametralmente oposto ao que premiava o crime e perseguia os valores e instituições que poderiam combatê-lo com alguma eficácia, é uma mulher realmente comprometida com os direitos humanos, milita há anos contra o aborto, a pedofilia, a ideologia de gênero e o tráfico de drogas, além de ter atuado em diversas frentes pela melhoria de vida de milhares de crianças de rua. Ademais, Damares representa a verdadeira luta pela dignidade dos brasileiros que sofrem abusos e violências, que passam fome, que são desrespeitados diariamente pelos mesmos grupos que há pouco tempo pretendiam representá-las (TONIETTO, 2018).

Na publicação da católica, ela argumentou que Damares Alves era “comprometida com os direitos humanos” e, como percebe-se, haveria uma disputa da gramática e da noção de Direitos Humanos a partir de interpretações conservadoras.

De acordo com Jacqueline Moraes Teixeira (2021), a disputa do campo dos Direitos Humanos ocorre entre aquele sujeito de direito e, conseqüentemente, o sujeito que terá seu direito negado pelo Estado. Nesse caminho, os sujeitos religiosos conservadores, principalmente, durante o governo Bolsonaro, disputam o sentido dos Direitos Humanos a partir de uma ótica *punitivista* e moral, transportando a noção de sujeito de Direitos somente para aqueles que são os chamados “cidadãos de bem”.

A figura de “cidadão de bem” e/ou “homens de bem” e “mulheres de bem” é articulada para disputar a gramática dos Direitos Humanos e demonstra uma estratégia discursiva ideológica que foi adotada nas eleições por diferentes figuras cristãs (MONTERO, 2006).

Ainda no reforço da gramática conservadora, ao comemorar a posse da Ministra, a deputada retomou a expressão:

Durante décadas, a expressão "direitos humanos" no Brasil foi sinônimo de proteção e promoção pública do banditismo. Salários para famílias de presidiários, obstáculos para atuação da polícia nas comunidades e focos de crime, desmoralização das vítimas de violência e de suas famílias: tudo incentivado pelos governos esquerdistas. Com esta indicação (Damares) e outras, antes mesmo de tomar posse, Bolsonaro já começa a restituir a sanidade e a normalidade nas instituições e a restaurar o respeito destas à sociedade brasileira (TONIETTO, 2018).

Segundo Costa (2021) ao analisar criticamente o “cidadão de bem”, ele seria toda a sociedade, exceto “aqueles que são classificados como “vagabundos” e/ou “bandidos” (Ibid., p. 4). Ainda segundo a análise do autor, o “cidadão de bem” operaria no plano discursivo como delimitador moral de relações objetivas de segregação social e de violências policiais. (Idem).

A comemoração de Tonietto revelou as possíveis alianças entre antifeministas cristãs em prol de agendas conservadoras e restritivas ao gênero. Ao ser eleita, fez diversas publicações prometendo que seu mandato seria norteador por três bandeiras, a de defesa da vida, a de defesa da família e o combate à corrupção.

A defesa da vida é, para a parlamentar, o confronto à pauta do aborto em qualquer circunstância, mesmo em casos que a mulher sofra risco de morte. Dessa forma, a defesa da família patriarcal, cisgênera e heteronormativa pode ser enquadrada na defesa da família tradicional, em que famílias desviantes da normalidade não cabem. Considera ainda que defender a família significa enfrentar a “nefasta *“ideologia de gênero”*” e a grave “ameaça à integridade das crianças” ao qual a *“ideologia de gênero”* teria como alvo. Em seu site, reforça que sua eleição aconteceu em um momento de perseguição religiosa.

Também luto pela recuperação da identidade católica no cenário público brasileiro e em defesa da fé católica, frente à crescente intolerância religiosa e aos ataques que a Igreja tem sofrido na imprensa e por parte de diversas militâncias. Sempre levo em consideração a Doutrina Social da Igreja como parâmetro para todas as questões sociais brasileiras (TONIETTO, 2022).

Ao adotar a Doutrina Social da Igreja como parâmetro para seu mandato, ela desconsidera os resultados do Concílio Vaticano II e não menciona nas redes sociais posições sobre o Papa Francisco. Utilizando, também, o aporte narrativo de “intolerância religiosa”, que navega na ideia de “cristofobia”. Para Carranza (2020), o discurso de perseguição religiosa foi adotado pela direita religiosa como uma “estratégia retórica sem base real que fundamenta o termo “cristofobia” e se torna um preconceito com suas consequências discriminatórias” (Idem).

Em outra oportunidade, no final de 2018, a deputada “presenteou” o presidente Jair Bolsonaro com a biografia do ex-Presidente Gabriel Garcia Moreno do Equador. Afirmando “hoje tive a oportunidade de entregar mais uma lembrança ao nosso Presidente. [...] escolhi a biografia do grande homem e memorável Presidente Gabriel Garcia Moreno” (TONIETTO, 2018).

Garcia Moreno tem sido vangloriado pelo Centro Dom Bosco por considerar que era papel do Estado promover e incentivar o catolicismo como religião oficial. Um “nacionalista religioso católico” para historiadores críticos e um “regenerador da pátria” para os conservadores católicos, o equatoriano simboliza um “guerreiro da fé” segundo Tonietto. Ou seja, um católico cuja atuação pública não teria se deixado levar por vaidades e ambições do poder.

Em suas redes, já realizou diversas afirmações em defesa do Estado Católico. Diferente de Zambelli, Tonietto não defende a monarquia parlamentarista, mas um Estado guiado pelos valores católicos “originais”. Em uma das publicações afirmou que “o Estado é laico, mas eu não sou ‘laica’. Eu sou católica!” e que sua tarefa no parlamento era “recristianizar” o Brasil, ao qual a deputada e o Centro Dom Bosco chamam de “Terra de Santa Cruz”.

“Terra de Santa Cruz” foi um dos nomes atribuídos ao Brasil após a chegada dos portugueses em 1500. Os europeus tinham como tradição atribuir nomes religiosos para suas possessões ultramarinas e a escolha do nome “Terra de Santa Cruz”, comprovado em documentos no período que antecede a colonização *de facto* pelo Rei católico Dom Manoel, “o venturoso”, reflete uma opção muito mais baseada na tradição e no hábito português, do que de fato em um projeto religioso pré-estabelecido para estas terras.

Para grupos católicos ultraconservadores, como o Centro Dom Bosco, a referência a “Terra de Santa Cruz” alude a um sentido original e divino da ocupação da Santa Igreja, ou seja, seria a expressão da reivindicação da “recristianização” para a

retomada a fé católica fundacional brasileira. Outro sentido da expressão é a alusão à guerra santa, as cruzadas, como reivindicação do avanço da cristandade no ocidente através do uso da espada.

Chris Tonietto também tem o costume de mobilizar a afirmação “Viva Cristo Rei”. Essa expressão é utilizada por católicos(as) anticomunistas, sobretudo, em países de predominância católica, como o México. Retomando um momento histórico conhecido como “Cristera” (1926-1929), período em que organizações católicas lutaram contra as posições anticlericais do Estado mexicano (SILVA, 2008).

Há um relato de que uma criança, São José Luis Sánchez del Río, teria sido impedida de confessar sua fé católica e, mesmo diante do impedimento, teria gritado por três vezes “Viva Cristo Rei e Viva Nossa Senhora de Guadalupe”. Dessa forma, a frase foi utilizada por grupos ultraconservadores católicos, especialmente na América Latina, como um “grito” contra a perseguição anticristã e logo, uma perseguição contra católicos.

Suas publicações possuem uma estética coerente com o tradicionalismo católico, os *posts* contam com a divulgação de fotos e frases de santos(as) católicos(as), evocando a linguagem dos ritos católicos, como “evangelho do dia”, “reza do terço” e vídeos de homilias (exceto do Papa Francisco).

Entre 2015 a 2021, a deputada Chris Tonietto publicou em seu *Facebook* quatro citações diretas sobre o Papa Francisco. A primeira foi realizada em março de 2020, comentando sobre a homilia durante a *Urbi et Orbi* na Praça São Pedro. A segunda, em maio do mesmo ano, divulgando a reza do terço na Gruta de Nossa Senhora de Lourdes em pedido ao fim da pandemia da COVID-19. Já terceira, foi em janeiro de 2021, com a divulgação de que Papa Francisco havia autorizado a promulgação do Decreto da Congregação para as Causas dos Santos (descobridor da Síndrome de Down), e a última, em 13 de agosto do mesmo ano, celebrando a memória de Santa Dulce dos Pobres, canonizada pelo Papa Francisco em 2019. Nenhuma das publicações compartilhadas mencionam “gênero”, “família”, “vida” ou “ideologia de gênero”.

Voltando ao ano de 2018, Tonietto prometeu “recristianizar o Brasil” e defender os princípios católicos na Câmara Federal. Decidindo, então, sair como candidata ao cargo de deputada federal pelo PSL com apoio do Centro Dom Bosco.

Como qualquer outro(a) candidato(a), recebeu financiamentos, ou seja, recursos financeiros para financiar sua campanha eleitoral. E segundo os registros

oficiais do TSE, sua campanha custou R\$73.218,85. Se comparada a outras campanhas a sua teve um gasto barato, tanto de candidatos(as) de direita, como de esquerda, seu gasto foi baixo. Recebeu poucas doações de pessoas físicas, apenas 2.23% do seu total gasto.

Mesmo que seja contrária ao “fundão eleitoral” e seu uso, o maior doador da sua campanha nas eleições de 2018 veio justamente deste recurso. A doação do Partido Social Liberal (PSL) à deputada representou 94.4% da sua doação total, que equivale a R\$74.006,33. De financiamento coletivo das chamadas “vakinhas virtuais”, arrecadou R\$1.975,00, o que significa 2.52% do seu total gasto. Cerca de 94.65% do recurso recebido foi utilizado em publicidade para jornais e revistas, o que inclui panfletos, patrocínio nas redes sociais e pagamento de agências de comunicação.

Ao analisar esses números percebe-se o grande investimento político e financeiro do Partido Social Liberal (PSL) na candidatura da deputada. Também se reconhece o uso ostensivo dos recursos financeiros com comunicação e propaganda, demonstrando que as habilidades “comunicacionais” do Centro Dom Bosco, a expertise da *think thank* em difusão de conteúdos neoconservadores auxiliou em sua vitória. Cujo discurso eleitoral foi o anticomunismo e o antifeminismo como bandeira política, além da defesa dos ideários católicos conservadores.

2019: Após o sucesso eleitoral, começou a atuar no legislativo como a deputada “número um” das antifeministas na Câmara Federal⁷⁸. Além de apresentar diversos projetos de restrições ao gênero e ao aborto, a católica manteve uma ligação direta com a Secretaria Nacional da Família do Ministério da Mulher, pasta da Família e dos Direitos Humanos.

Essa secretaria é comandada desde o início da gestão de Damares Alves e de Bolsonaro, pela católica Ângela Gandra Martins⁷⁹. Em meio a tantas pautas morais que norteiam a agenda conservadora do governo, ficou aos “católicos” a pasta ligada ao tema da “família”.

Ives Gandra Martins – pai de Ângela, também foi um dos nomes ventilados por setores do catolicismo conservador⁸⁰ e pela própria deputada para ocupar a vaga no

⁷⁸ Segundo a pesquisa *Elas no Congresso*, iniciativa organizada pela Revista Az Mina que busca ‘ranquear’ a atuação de deputados(as) sobre os direitos das mulheres, a deputada Chris Tonietto foi a parlamentar com mais iniciativas desfavoráveis à autonomia das mulheres.

⁷⁹ Ângela Gandra Martins é jurista, Doutora em Filosofia do Direito (UFRGS), faz parte do Grupo de Juristas Católicos e é filha de Ives Gandra Martins, jurista católico ligado ao Opus Dei.

⁸⁰ Disponível em <https://padrepauloricardo.org/blog/por-que-incomoda-tanto-o-nome-de-ives-gandra-para-o-stf>. Acesso em outubro de 2020.

STF sob indicação do presidente. O pedido de setores conservadores católicos não foi atendido, fazendo com que no lugar, em 2021, André Mendonça, ex-advogado-geral da União e ligado aos interesses evangélicos fosse nomeado.

Voltando à Secretaria Nacional da Família e ao lugar ocupado pelo catolicismo conservador no governo Bolsonaro, identificou-se uma série de reuniões, contatos e parcerias de Tonietto com a Secretária Nacional da Família entre 2019 e 2020.

Ao resgatar a agenda da Secretária Ângela Gandra Martins no site oficial do Ministério e buscar por “chris tonietto”, percebi que se tratavam de agendas para desenvolver políticas públicas restritivas ao gênero, em orientação à política de abstinência sexual, como o projeto “Escolhi Esperar” e políticas internacionais de “defesa da vida” que visam a restrição do aborto. Além de encontros para discutir a aprovação de projetos como Estatuto do Nascituro, englobado ao projeto-piloto “Famílias Fortes”, criado pela Secretaria e convites tanto da Secretária como da deputada, para participação de eventos conjuntos como:

- Seminário “Uso Inteligente da Tecnologia – desafio para as famílias e a sociedade” realizado em 04 de julho de 2019, promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, realizado nas dependências da Esplanada dos Ministérios. A única deputada federal convidada para a mesa de abertura foi Chris Tonietto - Deputada Federal (PSL/RJ).
- Seminário "Considerações Filosóficas, Políticas e Sociais da Defesa da Vida no Brasil", realizado pela deputada federal Chris Tonietto com a participação da Secretária Nacional da Família, realizado em 12 de novembro de 2020.
- Participação no Projeto-piloto “Famílias Fortes” da Secretaria Nacional da Família que prevê a transferência de recursos para a execução de ações de “vínculos familiares” em Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro. Os recursos para a implantação do projeto foram garantidos por emendas parlamentares dos deputados federais Eros Biondini, Chris Tonietto e Paulo Freire Costa.
- Agenda da Secretária da Família na Frente Parlamentar Contra o Aborto, em 05 de dezembro de 2019, Salão Nobre, Câmara Federal.
- Agenda da Secretária da Família com a Deputada Chris Tonietto, Deputado Diego Garcia, Deputado Enrico Misasi e Deputado Raúl Latorre (bancada católica), 28 de agosto de 2020.
- Agenda da Secretária da Família com a Deputada Chris Tonietto, 20 de outubro de 2020.
- Lançamento da Cartilha “Por uma infância protegida” promovida pela Secretaria Nacional da Família 28 de abril de 2021, online. A deputada Chris Tonietto foi a única deputada federal convidada para palestrar sobre “A desconstrução da identidade promovida pela “ideologia de gênero”. Outra convidada foi a deputada estadual Ana Campagnolo (PSL-SC), que abordou sobre “Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente.

Uma das ações da Secretaria junto da deputada Chris Tonietto foi a produção de uma cartilha “*Por uma infância protegida: Enfrentando as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes*”, um documento público⁸¹ de 476 páginas, resultado de uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quatro encontros nacionais resultaram na transcrição de um documento oficial com artigos das palestrantes sobre a “violência institucional no ambiente escolar” e a “violência institucional na saúde de crianças e adolescentes”. Neste documento público, o termo “*ideologia de gênero*” foi citado 24 vezes, e a maioria foi replicada nos artigos das deputadas Chris Tonietto e Ana Campagnolo.

Também é da mesma fonte da narrativa reacionária embutida na “*ideologia de gênero*” que Tonietto foi convidada para palestrar na Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)⁸² em agosto de 2020. A deputada palestrou durante duas horas e treze minutos, em uma conferência com tema “A importância da promoção de políticas internacionais de defesa da vida”.

O vídeo publicado nos canais oficiais do governo também retoma e mobiliza a noção de “*ideologia de gênero*” para constranger os tratados internacionais e países que legalizaram o aborto. O material posterior produzido pela FUNAG desdobrou em “pílulas informativas” e rápidas da palestra, fornecendo ao cidadão(ã) brasileiro(a), a partir de canais oficiais da Fundação, a difusão dos conteúdos e bibliografias citadas. São elas:

- Chris Tonietto: o controle populacional e o aborto
- Chris Tonietto: a “revolução cultural de natureza sexual” e o aborto
- Chris Tonietto: o direito natural à vida
- Chris Tonietto: a ONU, os direitos sexuais e reprodutivos e o aborto
- Chris Tonietto: o globalismo e a defesa da soberania nacional
- Chris Tonietto: a OMS e o aborto como “serviço essencial”
- Chris Tonietto: o direito à vida e o aborto em outros países
- Chris Tonietto: “assassinato intrauterino”
- Chris Tonietto: excludentes de punibilidade do aborto e a Constituição
- Chris Tonietto: interpretações extensivas das leis pelos judiciários
- Chris Tonietto: articulações pró-aborto no Brasil

⁸¹ Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/por-uma-infancia-protegida.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

⁸² A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, criada para a promoção de atividades culturais e pedagógicas no campo das relações internacionais e da história diplomática do Brasil.

- Chris Tonietto: a cultura conservadora no Brasil
- Chris Tonietto: o debate sobre o aborto no Legislativo e o recurso ao Judiciário
- Chris Tonietto: os organismos internacionais e as pautas progressistas
- Chris Tonietto: Frente Parlamentar Latino-Americana em Defesa da Vida e da Família
- Chris Tonietto: tratados internacionais e valores da sociedade brasileira
- Chris Tonietto: projetos de lei próvida
- Chris Tonietto: o estudo como ferramenta para “combater o bom combate”
- Chris Tonietto: “o rótulo é a arma dos covardes”
- Chris Tonietto: tentativas de negar a realidade objetiva
- Chris Tonietto: a Defensoria Pública e a defesa do nascituro
- Chris Tonietto: CPI do Foro de São Paulo
- Chris Tonietto: a educação globalista

O que podemos refletir com as publicações oficiais e os desdobramentos é que existe uma relação intrínseca entre a deputada Chris Tonietto e a Secretária Nacional da Família. Essa relação revela as interfaces do catolicismo conservador durante a gestão do governo Bolsonaro, em que agentes religiosas católicas, antifeministas, desempenham nas esferas do Estado a validação do discurso moralista embutido na expressão da *“ideologia de gênero”*.

Nesse sentido, o dispositivo retórico reacionário de *“ideologia de gênero”* é mobilizado constantemente em documentos de Estado, legislações e eventos públicos que visam o regresso às políticas que envolvem o campo de gênero e seus desdobramentos sociais.

Como parte dessa política reacionária, fruto de uma religiosidade conservadora, observou-se a regulamentação da criminalização do gênero nas esferas estatais. Como, por exemplo, a inclusão de denúncias sobre *“ideologia de gênero”* no Disque 100 – política criada em 1997 para receber denúncias de violação de direitos humanos em todo país. Comemorada pela deputada Chris Tonietto, a ação de incluir essas denúncias em uma política de Estado que compõem a disputa da gramática dos “Direitos Humanos”.

Na gestão de Damares, entende-se que a gramática dos Direitos Humanos ganha novos contornos sociais e tem predominância da narrativa reacionária da *“ideologia de gênero”*. Sendo efetivada como parte de políticas públicas que visam “proteger as crianças”, mas que, na prática, omite seu interesse original que é de censurar os temas sobre gênero, sexualidade e história nas salas de aula, propagando uma política de Estado de criminalização dos debates de gênero. Essa motivação não

se restringe apenas ao campo de gênero, mas também é utilizada para omitir outros debates sociais, científicos e/ou históricos no ambiente escolar.

As campanhas antigênero são uma articulação político-ideológica impulsionada pela Igreja Católica em diversos países e com foco na América Latina. Trata-se, portanto, de “campanhas transnacionais” (CORREA & PRADO, 2018) conectadas a grupos econômicos reacionários, religiosos ou não. Responsáveis por propagar um neoconservadorismo cristão pela retomada da “moral familista unitária” (VAGGIONE, 2020, p. 22) no que se refere à moral sexual cristã.

Como elucidam David Paternotte e Sarah Bracke (2018), as agendas antigênero são “novas formas de totalitarismo” (Ibid., p. 28) no século XXI baseadas em dogmas religiosos cristãos neoconservadores e visam a defesa da “lei natural”, provocando um retorno de setores da Igreja Católica a um regime de diferença sexual.

A agenda antigênero em proporções institucionalizadas, emergiu no espaço público através do questionamento aos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR) enquanto Direitos Humanos fundamentais. Na tentativa de invalidar diversos tratados internacionais, referências na garantia dos direitos reprodutivos, como a Conferência de Cairo, realizada em 1994 no Egito e a Conferência de Beijing (Pequim), realizada em 1995 na China, os grupos reacionários articulados no parlamento e com governos de extrema direita, atuaram por uma censura da igualdade de gênero.

Apesar das campanhas antigênero terem origem no berço do conservadorismo católico, na última década presenciamos agentes políticos, de distintas denominações religiosas, apropriando e disputando a narrativa moralista – embutida no discurso católico antigênero – com o objetivo de regressar às políticas afirmativas de gênero e sexualidades. Entre o corpus evangélico de mulheres disputando a narrativa da “*ideologia de gênero*” no espaço público, identificou-se atrizes políticas como a deputada Ana Campagnolo (SC), a Ministra Damares (DF), primeira-dama Michelle Bolsonaro, vereadora Sonaraia Fernandes (SP) e a Prefeitura de Bauru (SP) Suéllen Rosim (Patriota).

Durante a 56ª Legislatura, entre 2019 a 2023, da Câmara Federal, observamos deputados(as) católicos em aliança com evangélicos, unidos na difusão do termo “*ideologia de gênero*”. As deputadas católicas Carla Zambelli e Chris Tonietto difundiram, insistentemente, o termo no parlamento e se alinharam ideologicamente com outros(as) deputados(as) religiosos caracterizando os avanços da agenda pró-

gênero como “maus, a serem combatidos e, sobretudo, denunciados. Alinharam-se à retórica reacionária católica e articularam alianças com outros atores como os(as) deputados(as) evangélicos.

Capítulo 3: Aproximações e distanciamentos entre as deputadas católicas

O ativismo religioso na política não é um fenômeno recente (MARIANO, 2006). Muito menos um extrato exclusivo da campanha de Jair Bolsonaro, apesar deste beber diretamente da visibilidade religiosa cristã no espaço público. O que fica evidente nas últimas eleições no Brasil é o acionamento da pauta moral por ativistas religiosos(as) em ambientes considerados seculares (Idem). O tom da onda conservadora na política passou de uma “*marolinha*” para uma pororoca⁸³. Neste ascenso conservador, observamos novas estratégias de grupos religiosos ultraconservadores de secularização, através do uso ostensivo das redes sociais, por exemplo, como forma de sustentar suas agendas fundantes.

Como apontado por Fábio Py (2022), o conservadorismo expelido com auxílio de Jair Bolsonaro é responsável por aprofundar uma razão maniqueísta e polarizante. Na análise do autor, o neofascismo cristão (PY, 2022) de Bolsonaro tem impulsionado mulheres como parte do seu projeto de poder de questionar as políticas sociais através de grupos socialmente subalternizados. Tal impulsionamento seria movido por uma linguagem político-religiosa. Como menciona:

Desde o fim de 2021 se nota uma nova retomada na linguagem político-religiosa de Bolsonaro apresentando novos elementos como as vozes femininas, que buscam reconectar com o universo religioso impulsionando suas campanhas eleitorais para as eleições do fim de 2022 (PY, 2022).

A partir da perspectiva de linguagem político-religiosa, busquei neste capítulo fazer aproximações e distanciamentos entre as deputadas com o objetivo de identificar pontos de coesão temática e pontos de divergência política.

O que pude reconhecer ao analisar as trajetórias das deputadas católicas Carla Zambelli e Chris Tonietto é que suas agendas de “secularizar” sem questionar não passam só é estritamente ao “campo de gênero”. Por óbvio que as agendas antigênero

⁸³ Fenômeno natural que ocorre no encontro das águas (estrondo) do rio com oceano, na Amazônia.

e o *corpus* católico conservador regulador das moralidades são os grandes sustentáculos políticos das deputadas, porém outros campos sociais são mobilizados como, por exemplo, o campo jurídico, formativo e até mesmo temas que circundam o meio-ambiente. Temas que essa pesquisa não previu inicialmente.

Em se tratando de distanciamentos temáticos entre as deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto percebe-se fortemente diferentes campos que são mobilizados a fim de traduzir o repertório católico neoconservador no espaço público.

A deputada Carla Zambelli navega tematicamente em defesa do agronegócio e atua neste tema por meio do apoio empresarial de um dos seus principais financiadores de campanha, o dono da empresa de papel de celulose Suzano. Além do apoio empresarial, a deputada Carla Zambelli obtém um apoio político-religioso da iniciativa católica “Paz no Campo”. O grupo, criado por sócios do grupo ultraconservador católico Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), atua em *lobby* na Câmara Federal para denunciar a “psicose ambientalista que visa implementar uma religião ecológica” e se opõe à proposta do Papa Francisco do Sínodo da Amazônia. O *lobby* religioso do IPCO, via deputada católica Carla Zambelli, nos leva a refletir que este método de incidência religiosa não foi exterminado da política e segue sendo uma estratégia de aproximar parlamentares de diferentes matizes ideológicos em prol de pautas na Câmara Federal.

A deputada Carla Zambelli atua em parceria com esse grupo católico no parlamento em um momento de crescente discussão sobre o tema de gênero e meio-ambiente, especialmente na difusão do *ecofeminismo* no Brasil.

O termo “ecofeminismo” foi exportado da França no final dos anos 1970 (GEBARA, 1997). Dentro da perspectiva *ecofeminista* há uma discussão latente nos últimos anos sobre o conceito de Justiça Reprodutiva Ambiental. DSDR não se restringem à defesa do direito de as mulheres recorrerem ao aborto, ainda que seu foco sejam as questões relativas à sexualidade e as questões reprodutivas. Mas há uma leitura reducionista que os descaracteriza, em função de valorizar outras pautas. Nesse sentido, mulheres feministas negras, indígenas e *ecosocialistas* têm apostado na necessidade de incorporar abordagens urgentes à temática do aborto, sem desconectá-lo de qual corpo a que estamos nos referindo.

O corpo que quer parir com segurança ou interromper uma gestação com responsabilidade é o corpo que também é atingido pelas minerações, que sofre pela

falta de saneamento básico, que é alvo da violência policial, que sente fome, que é atingido por garimpeiros, que sofre com racismo ambiental e etcetera.

Como aponta o coletivo “Margarida Alves”, que vem trabalhando sistematicamente com o tema da Justiça Reprodutiva Ambiental, o direito ao corpo não pode estar desconectado das demais demandas da vida concreta das mulheres. A partir dessa perspectiva *ecofeminista*, teólogas católicas também apontam para a necessidade de conectar os temas do direito à terra e da religião ao direito ao corpo. Ivone Gebara (1997) destaca que a discussão do ecofeminismo no Brasil teve forte influência de Rosiska Darcy ao apresentar o “feminismo da diferença”. Perspectiva essa bastante reivindicada no movimento.

A abordagem *ecoteologia* feminista parece incomodar católicos(as) ultraconservadores(as) e nos auxilia na compreensão dos ativismos religiosos que estão atentos às (re)formulações do movimento feminista. Em 18 de julho de 2021, o Centro São Miguel organizou um evento em Porto Alegre com o jornalista católico e aspirante a youtuber Bernardo Kuster. O tema da palestra, “ecoteologia feminista”, prometia comentar sobre as “origens” da “teologia herege” que estaria infiltrada na última Campanha da Fraternidade (CF).

O tema da CF em questão foi “Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor” (2021), e seu documento fundante referia-se a um grupo “que sofre as consequências da política estruturada e da criação de inimigos”, referenciando a população LGBTQIA+. O Centro Dom Bosco, junto ao Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), foi o impulsionador moral da campanha “Eu Digo Não à Campanha da Fraternidade 2021”, além de solicitar que fiéis não doassem para a campanha. Para esses grupos, a menção “LGBTQIA+” no documento seria uma estratégia da “ecoteologia feminista” para difundir, mais uma vez, a tal “*ideologia de gênero*” em espaços religiosos.

Também foi em um momento eclesial após a discussão do Sínodo da Amazônia que a deputada Carla Zambelli cumpriu uma agenda antigênero e anti ambientalista na Câmara. Demonstrando que seu mandato parlamentar está a serviço de grupos católicos ultraconservadores que têm como objetivo denunciar a “*ideologia de gênero*” e fomentar propostas contrárias à defesa da terra e à biodiversidade.

Um campo que diferencia a atuação das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto é o acionamento dos dispositivos jurídicos para impedir a perpetuação de narrativas “anticristãs”. Nesse sentido, o fato de Tonietto ser advogada permite a ela mobilizar muito mais dispositivos e repertórios do Direito do que Zambelli.

Deputados(as) já utilizam como estratégia parlamentar pedidos de *habeas corpus*, ações judiciais, mandados de segurança e etcetera. A deputada Chris Tonietto trouxe essa herança de judicialização de narrativas “anticristãs” do Centro Dom Bosco. Para citar algumas iniciativas jurídicas, o Centro Dom Bosco é autor do processo que visa retirar o nome “católicas” da organização Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), que segue em discussão na Justiça⁸⁴. Impetraram, também, um pedido de *amicus curiae* para liberação de missas durante a pandemia sob o discurso da “liberdade religiosa”, além de processar o grupo humorístico *Porta dos Fundos* por um vídeo satirizando a Ceia de Natal.

Apesar de ter como tema central do seu mandato o combate ao “ativismo judicial”, a deputada se vale de dispositivos jurídicos para reivindicar suas agendas conservadores e anti científicas. A deputada Chris Tonietto é a autora do pedido que pede a derrubada do “Passaporte da Vacina” no Rio de Janeiro, tendo inclusive divulgado em suas redes sociais o modelo de *habeas corpus* por ela utilizado, solicitando que seus eleitores protocolassem seus próprios pedidos na Justiça. Como apontou o professor de Ética da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) José Ricardo Cunha para *O Globo* (2021), a deputada “se utiliza da máquina do Judiciário para fins políticos” com o objetivo de acionar artificialmente os tribunais.

Outras diferenças entre as deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto referem-se a suas retóricas políticas e à maneira como utilizam tal retórica nas redes sociais. A deputada Chris Tonietto, ligada ao Centro Dom Bosco, tem uma retórica eloquente, valendo-se continuamente do vocabulário do Direito e gramáticas católicas. Tonietto emite uma imagem pública de mulher sábia, com intelectualidade, e reforça que “seu objetivo político, sua missão” repousa nas escrituras sagradas, recuperando, constantemente, a alegação de que está na política pois é uma “enviada de Deus”. A deputada Carla Zambelli adota muito menos a gramática católica em suas publicações. Em alguns momentos seus discursos podem ser confundidos com o de uma “deputada protestante”, ao contrário da deputada Chris Tonietto, cuja confissão de fé católica está acima de quaisquer dúvidas.

Nas poucas vezes em que a deputada Carla Zambelli publica algo diretamente sobre o catolicismo nas redes sociais, é um padre que “fala por ela”. A deputada Chris Tonietto tem na Doutrina Social da Igreja seu livro de cabeceira e constantemente

⁸⁴ Ver Rosado Nunes, Bandeira & Pereira (2022).

realiza *lives* comentando documentos pontifícios. A fronteira de “religiosa católica” da deputada Chris Tonietto é mais rígida, com conexões diretas com o catolicismo tradicional. Seu gabinete, como pude reconhecer em fotos, se assemelha a um “gabinete paroquial parlamentar”, cujo espaço recorda a estética religiosa católica. Nas redes sociais da deputada, têm espaço inúmeras publicações de santos e datas santas. Já a deputada Carla Zambelli ocupa uma posição mais fluída nessa fronteira de “religiosa católica tradicional”, podendo ter seus códigos e pronunciamentos estrategicamente “confundidos” com os de uma deputada “cristã”, no sentido generalizador dos termos.

Por fim, mas não menos importante, uma diferença reconhecível é que a deputada Carla Zambelli deposita seu *capital político* em um marketing religioso nas redes sociais, mas não sempre nem necessariamente acionando gramáticas católicas. Já a deputada Chris Tonietto, sobretudo como organizadora da “Livraria Tonietto”, aposta diretamente na difusão de conteúdos católicos em plataformas de *e-commerce*, demonstrando vínculos orgânicos com “intelectuais” do neoconservadorismo católico. Ou seja, a deputada não tem no parlamento uma atividade fim, pois se apropria de uma atividade extraparlamentar, com direito a recebimento de recursos financeiros por outros meios, para fomentar a venda de livros antifeministas como parte de seu marketing político-religioso.

Pierre Bourdieu (1987), ao abordar o *capital político*, indica que há relação de poder entre representantes e representados(as). Os(as) líderes, na ótica bourdieusiana, são aqueles indivíduos que detêm o poder de tomar decisões em nome dos(as) seus(suas) representados(as). Com base no *capital político*, líderes podem também exercer um tipo de *capital simbólico*, que se expressaria como um prestígio de determinada atividade social – aqueles que têm *capital simbólico* possuem “reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento” (BOURDIEU, 1987, p. 164).

É possível reconhecer que a deputada Carla Zambelli tem muito mais “entrada política” e, logo, mais prestígio dentro do campo *bolsonarista* do que a deputada Chris Tonietto. Exerce, nesse horizonte, um *capital simbólico* que possibilita uma rede de vínculos ao circular entre grupos de extrema direita. Nas palavras de um assessor parlamentar, a deputada Chris Tonietto estaria localizada no “baixo clero” da Câmara, fazendo parte do “escalão periférico” do bolsonarismo, enquanto a deputada Carla

Zambelli dispõe de relações diplomáticas mais explícitas e articuladas, inclusive com o próprio presidente Bolsonaro.

Tomando como referência o *capital simbólico* é possível reconhecer diferentes níveis e formas de como se dão as lealdades religiosas dos grupos católicos ultraconservadores com as deputadas. A congressista Chris Tonietto não representa “vários grupos católicos ultraconservadores” na Câmara, ela evoca a agenda do seu grupo de origem, o Centro Dom Bosco, que, por óbvio, deságua em outros movimentos como “Pró-Vida”, “40 dias pela Vida” e “Frente Contra o Aborto”. O grupo Centro Dom Bosco decidiu que teria representantes na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e trabalhou na eleição de Jair Bolsonaro para essa consolidação.

O vínculo da deputada Carla Zambelli com os grupos IPCO e Aautos do Evangelho se dá de maneiras diferentes entre si. A relação da deputada Carla Zambelli com os Aautos do Evangelho, no que é perceptível pela lente das redes sociais, se dá através de um “apoio intelectual” das posições católicas da deputada, dado que esse grupo não realiza qualquer tipo de *lobby* específico nas agendas legislativas. Seus interesses estão melhor localizados no ambiente externo do parlamento, onde seus membros passaram, a partir de 2021, a estabelecer vínculos políticos com deputados(as) com o objetivo de “*descancelar*” a imagem manchada do grupo, após inúmeras denúncias de violência e assédio de ex-associados(as).

Já o vínculo religioso da deputada Carla Zambelli com o Instituto Plínio Correa de Oliveira (IPCO) acontece através dos seus sócios, notadamente “Dom” Bertrand de Orleans e Bragança, tal como é possível reconhecer, pelas redes sociais, nas diversas reuniões com o grupo, incluindo jantares, atos, agendas comuns e etecetera. Fica evidente que há um *lobby* anti-ambientalista do grupo católico com a deputada, que no momento exerce o cargo de presidenta da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal.

Outra diferença que foi possível reconhecer refere-se a como as deputadas se localizaram no jogo político durante a discussão e, posteriormente, indicação do Ministro André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal (STF). Como essa pesquisa analisou um fato sócio-político em desenvolvimento, vários “alertas” não previstos foram se acoplando no andamento da pesquisa. Este alerta é um deles. A discussão sobre a indicação do presidente Jair Bolsonaro de possivelmente ter um Ministro, nas palavras dele, “terrivelmente evangélico”, foi um fato que não poderia ser

desconsiderado neste processo. Afinal, como duas deputadas católicas lidariam com a possibilidade de indicação, por parte de seu maior representante político, de um ministro “declaradamente evangélico” à mais alta corte do país?

Ao pesquisar “andré mendonça” nas redes sociais (*Facebook e Instagram*) das duas deputadas foi possível reconhecer diferenças abissais. A deputada Carla Zambelli fez, em 2021, 11 publicações em referência a André Mendonça. Em uma das publicações, a deputada católica comemorou a aprovação do nome de Mendonça no Senado Federal com a seguinte afirmação:

Os evangélicos são mais de 30% da população brasileira, mas a esquerda não aceita que sejam nem 9% dos ministros do STF. Lembrem-se de cada uma dessas declarações preconceituosas quando um esquerdista vier pedir voto. A Primeira-Dama Michelle Bolsonaro comemorou foi pouco (ZAMBELLI, 2021).

Sob o argumento de que seriam os evangélicos “a maioria”, fica evidente que a deputada Carla Zambelli esteve alinhada à posição do presidente Bolsonaro em prol da indicação do Ministro André Mendonça. Em outra publicação, a deputada compartilhou um vídeo em que aparece o próprio Ministro afirmando “defender a vida perante o STF” ao manifestar-se contrário ao aborto em caso de Zika.

Diferentemente da deputada Carla Zambelli, que fez diversas publicações em apoio à indicação do Ministro André Mendonça, a deputada Chris Tonietto só realizou apenas uma postagem sobre o Ministro. Postagem essa em tom de crítica à indicação de Jair Bolsonaro. Ao ser questionada na sua “*caixinha de perguntas*” do *Instagram* sobre o que achava da nova indicação ao STF, a deputada Chris Tonietto comentou o seguinte:

Melhor que a primeira indicação (a do Kassio) e pior do que outras infinitas opções. Se houvesse possibilidade de mudança, eu sugeriria nomes de juristas do mais alto gabarito moral e intelectual: Ludmila Lins Grilo, Liliana Bittencourt e Taiguara Fernandes. Pra mim, esses são os três melhores nomes possíveis para o STF (TONIETTO, 2021).

Todas as indicações comentadas pela deputada Chris Tonietto são de juristas católicos(as). Ludmila Lins Grilo é da Vara Criminal da Infância e da Juventude de Unaí (MG), foi aluna de Olavo de Carvalho e realizou cursos sobre a “guerra cultural” no Direito. Liliana Bittencourt, segunda indicada pela deputada, é Juíza do 4º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Goiânia e faz parte da União dos Juristas Católicos. Taiguara Fernandes, último indicado, é um dos

advogados do Centro Dom Bosco e defensor assíduo da reabertura das igrejas durante a pandemia. Não foi encontrada nenhuma outra publicação da deputada Chris Tonietto em referência ao Ministro André Mendonça. Dos nomes apresentados pela deputada, todos, sem exceção, utilizaram alguma vez a expressão “*ideologia de gênero*”.

O jurista Ives Gandra Martins, católico ligado à Opus Dei e pai da atual Secretária da Família do governo Bolsonaro, também teve seu nome circulado para ocupar a vaga no STF, ainda na época do governo Temer. Centro Dom Bosco e Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) realizaram manifestos para a indicação, que não se concretizou.

A indicação de André Mendonça, que não é o primeiro ministro declaradamente evangélico a tomar posse no Supremo Tribunal Federal, é parte do compromisso eleitoral do presidente Jair Bolsonaro com setores evangélicos. Sua posse serviu como “coroamento” do conservadorismo evangélico na eleição de Jair Bolsonaro, que agora conta com um representante político na mais alta corte do país. O desacordo das deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto sobre a indicação de André Mendonça nos permite compreender que o neoconservadorismo católico não é um bloco homogêneo e rígido. Ao discordar da indicação, a deputada Chris Tonietto se mostra incomodada com determinadas escolhas do presidente Jair Bolsonaro. O incômodo pode ser lido como uma reação de setores católicos ultraconservadores que estão disputando e, ao mesmo tempo, perdendo espaços de protagonismo político com evangélicos(as) durante o governo Bolsonaro. Apesar do cargo da Secretária da Família do governo Bolsonaro ser liderado por uma católica, Ângela Gandra Martins, algumas demandas de católicos ultraconservadores ainda se encontram na “periferia” do bolsonarismo. A pauta *familista* encontra eco na aliança entre setores evangélicos e católicos, porém, há desacordos em outros aspectos políticos, como na nomeação de cargos estratégicos.

Descritas algumas das principais diferenças encontradas na linguagem político-religiosa e seus *capitais simbólicos*, faz-se necessário apontar algumas aproximações entre as deputadas. Estou considerando como aproximações os códigos e repertórios temáticos que nos auxiliam a localizar as deputadas antifeministas diante da articulação da direita católica na Câmara Federal.

Uma aproximação comum relativa à imagem que as deputadas querem transmitir nas redes sociais é o fato de elas serem mães. A imagem de seus filhos e o

papel maternal são constantemente evocados nas publicações das deputadas como forma de exercer um *capital simbólico*.

Em muitas situações torna-se necessário transferir *capital simbólico* construído além da trajetória político-partidária, como exemplo, a rede de vínculos, compromissos e lealdades estabelecidas em outros espaços – dimensão pessoal, profissional, militância política, entre outras (KERBAUY & ASSUMPÇÃO, 2011, p. 308).

A partir da dimensão pessoal tida como algo “privado” para mulheres, figuras públicas femininas percebem os desafios de *maternar* na política. Ser mãe e figura pública não é um fato inédito na história, porém, com o avanço dos “feminismos da diferença”, lideranças públicas femininas se reconheceram na condição de trazer aspectos considerados “privados” enquanto temas de urgência pública.

Um tema que tem sido bastante debatido pelo movimento feminista brasileiro é sobre a necessidade e urgência de mais mães na política. Essa reflexão também integra o esforço por quebrar a imagem pública, corriqueiramente reforçada por antifeministas, de que o feminismo não é aliado das “mães”. Diferentemente da concepção privada sobre o papel das mulheres imposto pelo modelo patriarcal, o tema da “*Maternidade Política*” vem acompanhado do aumento do número de mulheres nos espaços de poder. Quando grupos subalternizados socialmente, como as mulheres nas suas múltiplas diferenças, se inserem em espaços não inicialmente formulados com e para elas, novas questões sociais são colocadas.

O fato é que o plenário do Senado Federal, por exemplo, não tinha sequer um banheiro feminino até 2016. Foi só em 2017, 85 anos depois da conquista do Sufrágio Feminino no Brasil, que a Diretoria de Recursos Humanos da Câmara Federal conseguiu aprovar a criação de uma sala de amamentação e fraldário para todos os gêneros.

Até 2021, deputadas que se encontrassem em licença-maternidade constavam como ausentes no painel eletrônico durante as votações. Só com a pressão de feministas da Bancada Feminina da Câmara Federal, como as *mães-deputadas* Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Taliria Petrone (PSOL-SP), que a Mesa Diretora começou a identificar parlamentares em licença-maternidade ou licença-paternidade nos painéis. O que demonstra que, durante muitos anos, esse fato foi negligenciado pelos próprios parlamentares homens de diferentes matizes ideológicos e por algumas deputadas de direita. Com a chegada de *mães-deputadas* auto identificadas feministas o tema da

maternidade política foi se expandindo no espaço público. Não se trata, portanto, de um tema de exclusividade de deputadas da direita. O quesito “maternidade” é disputado por deputadas feministas e antifeministas na política.

A decisão de conciliar a maternidade com a atuação política, em meio a tantos papéis sociais impostos para as mulheres, além dos desafios representados por duplas e triplas jornadas de trabalho, inúmeras viagens, amamentação e etecetera, é uma decisão política.

A descrição da *mini-bio* da deputada Carla Zambelli do *Instagram* é: “Deputada Federal SP, eleita a melhor “dep” 2019 (voto popular), gerente de projetos, escritora, conservadora, **mãe do João** (grifo nosso), esposa do @Coronel_Aginaldo.” Também em publicações do *Instagram* da deputada Chris Tonietto, como a feita em 09 de dezembro de 2021⁸⁵: “todo dia é dia de celebrar a família, mas hoje, em especial, quero louvar e agradecer a Deus pela linda família que Ele me concedeu. [...] **Minha família** (grifo nosso), é uma dádiva de Deus, um presente do Céu” (TONIETTO, 2021). A descrição da *mini-bio* da deputada feminista Sâmia Bomfim (PSOL-SP) do *Instagram* é: “**Mãe do Hugo** (grifo nosso), feminista, Deputada Federal”. A descrição da *mini-bio* da deputada feminista Taliria Petrone (PSOL-RJ) do *Instagram* é: “Professora de História, negra, feminista, *ecosocialista*. **Mãe da Moana Mayalú** (grifo nosso).

São parlamentares de diferentes localizações ideológicas que evocam em suas descrições o papel de “mães” como parte do exercício parlamentar. Fazem a descrição com os mesmos objetivos políticos? Definitivamente, não.

Ao abordar a definição da agenda antifeminista americana, Susan Faludi (2021) mostra como a Nova Direita se utilizou de uma “guerra de palavras” com o objetivo de inverter semânticas linguísticas que são caras ao feminismo. A maternidade seria uma delas.

Seguindo essa estratégia linguística, a Nova Direita rotulou sua resistência aos recém-adquiridos direitos de reprodução das mulheres como “luta pela vida”; sua oposição à recém-conquistada liberdade sexual das mulheres passou a ser chamada de “pró-castidade”; e sua hostilidade à entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho tornou-se “pró-maternidade”. Finalmente, a Nova Direita criou um novo nome para si mesma - seu ponto de vista retrógrado e negativo contra o avanço dos direitos das mulheres tornou-se “pró-família” (Ibid, p. 246).

⁸⁵ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CXPxPLzto2K/>. Acesso em 08 de janeiro de 2022.

Ao contrário das deputadas feministas que estão amplamente debatendo sobre os desafios de *maternar* na política sem a romantização destes desafios, deputadas de direita encontram na pauta maternal a oportunidade de valorizar suas posições conservadoras sobre o papel da família nos moldes do familismo católico “pró-família”. Apesar de deputadas de diferentes matizes ideológicos se afirmarem na condição de “mães na política”, não o fazem com os mesmos objetivos, e a diferenciação das condições nos permite compreender como antifeministas na política instrumentalizam o tema maternal como forma de atualizar, sem questionar, ideários conservadores sobre o papel das mulheres.

Outro elemento que diferencia as deputadas antifeministas das deputadas feministas no quesito maternidade é justamente o reconhecimento, ou não, da existência de desigualdades sociais de gênero. Deputadas feministas reconhecem que as mães têm dificuldades de acessar os espaços públicos. E isso ocorre por diversas razões: ausência de investimento político em mães por parte dos partidos, triplas jornadas de trabalho, privilégio masculino nos espaços de poder, cuidado dos filhos como tarefa exclusiva das mães, ausência de recursos financeiros, racismo, falta de apoio da família e etcetera. Deputadas antifeministas evocam o discurso pró-maternidade com objetivo de validar suas posições “pró-vida”, “pró-nascituro” e “pró-família”. Apesar de reconhecerem a existência de algumas “desigualdade” e obstáculos para a presença das mulheres na política, o argumento se furta do aspecto social e se justifica a partir do mérito pessoal – “não estão na política porque não quiseram” –, abstraindo, na prática, qualquer possibilidade de questionar a estrutura que impede mulheres de exercer de forma plena a cidadania no espaço público.

Outro elemento que permite diferenciar as deputadas antifeministas das deputadas feministas é o reconhecimento ou silenciamento da existência da violência política de gênero e raça nos espaços de poder. Antes, vale ressaltar que, apesar da violência política de gênero e raça ser reconhecida como um desestabilizador democrático por deputadas majoritariamente feministas e/ou do campo progressista, isso não significa que deputadas que refutam tais violências não sejam alvo delas.

Com o crescimento do ódio político e a chegada de mulheres na política, práticas de misoginia e machismo institucional, de interrupção de mulheres, críticas à vestimenta, difamação, desinformação e até feminicídios políticos, passaram a ser mais recorrentes no espaço democrático. Com isso, figuras públicas femininas se viram diante do desafio de enfrentar opositores e aliados e de denunciar tais violências. A

Secretaria da Mulher da Câmara Federal precisou lançar, em 2019, a Campanha de Combate à Violência Política de Gênero, disponibilizando um canal para que candidatas denunciem violências na política.

Essa pesquisa não identificou, pelo menos nas publicações entre 2018 a 2021, menções da deputada Chris Tonietto a ocasiões em que ela poderia ter sofrido algum tipo de violência política por parte de parlamentares homens. O que há nas redes sociais da deputada são publicações em tom de “perseguição de feministas”, com o objetivo de retomar a ideia de que seu mandato é acossado pelas adversárias. A deputada Chris Tonietto usufrui da estratégia de “guerra de palavras” (FALUDI, 2001) como parte da semântica antifeminista.

A descrição das feministas como espíritos malévolos capazes de terríveis maldades e de destruir o país era também um bordão. A abertura do boletim informativo da Causa Cristã Americana usava o seguinte apelo para levantar fundos: "Satã é o rei do movimento de 'liberação das mulheres' e nada o deterá" (Ibid., p. 240).

A retórica da deputada sobre perseguição repousa no aspecto bíblico da luta do “bem contra o mal” e busca categorizar as lutas feministas como “diabólicas” e “persecutórias”. Também repousa sobre essa semântica a ideia de que feministas “são contra a religião” e, por isso, “perseguem” as mulheres consideradas “de bem”.

Já no caso da deputada Carla Zambelli, é possível reconhecer pelo menos três ocasiões amplamente divulgadas em que ela foi vítima de violência política de gênero. Um caso, sobre o qual já comentamos anteriormente, foi quando a deputada foi mandada “calar a boca” pelo presidente Jair Bolsonaro, se silenciando logo em seguida. Outro caso, foi interrompida pelo governador João Dória (PSDB-SP) durante um evento em São Paulo. Em outras ocasiões, tanto o senador Omar Aziz (PSD-AM) como a ex-aliada deputada federal Joice Hasselmann (PSDB-SP), especularam sobre o fato de a deputada Carla Zambelli ter sido prostituta na Espanha antes de entrar na política. Carla Zambelli, no entanto, refutou a tentativa de desqualificação moral pelo(a) adversário(a) e mencionou que “não teria vergonha se tivesse sido prostituta”. Este caso demonstra como a vida considerada “privada” de figuras femininas na política é questionada por homens e mulheres, enquanto parlamentares homens, heterossexuais, não têm seus passados, relacionamentos e afetos questionados como forma de desmoralização pública.

O fato de a deputada Carla Zambelli passar por situações de violência política e não as questionar demonstra uma naturalização dessas violências por parte de quem a sofre. Uma naturalização que ocorre de forma consciente, pois, a mesma deputada que é vítima de violência política e que se silencia também exerce um *modus operandi* machista com adversárias.

Ao brigar publicamente com a deputada federal Joice Hasselmann (PSDB-SP) por espaços políticos na base do governo da Câmara, a deputada Carla Zambelli fez um *post* no *Twitter* com a *hashtag* “#DeixeDeSeguirAPepa”, se referindo à adversária. A deputada Joice Hasselmann foi vítima de difamação pública e, logo, de violência política, quando decidiu romper relações políticas com o bolsonarismo. Atributos sobre sua fisionomia física foram utilizados como estratégia de desqualificação moral. A deputada Carla Zambelli foi responsável por reproduzir peças misóginas e colaborar nessa onda de violência política contra a deputada Joice, demonstrando que mulheres não estão isentas de utilizar estratégias *masculinistas* de difamação e exposição moralista como ferramenta de desqualificação política.

Outra aproximação que foi possível identificar refere-se à unidade temática das deputadas em torno da produção legislativa antigênero. Como elucida Susan Faludi (2001), uma das estratégias de definição da agenda antifeminista da Nova Direita americana foi a formulação de projetos de lei que servem como espécie de programa da Nova Direita em outros países. A Lei de Proteção à Família levada ao Congresso dos Estados Unidos em 1981, articulada por americanos conservadores, foi responsável por revogar quaisquer conquistas legais do movimento de mulheres (FALUDI, 2001, p. 243). Dentre essas revogações estavam as seguintes pautas inegociáveis:

As propostas do projeto: eliminar as leis federais de apoio à igualdade na educação; proibir a "mistura dos sexos em qualquer esporte ou demais atividades escolares"; tornar obrigatório o ensino de que o casamento e a maternidade eram a carreira adequada para as meninas; negar financiamento do governo federal a qualquer escola que faça uso de livros didáticos onde as mulheres não apareçam desempenhando suas funções tradicionais; anular todas as leis federais que protegem mulheres violentadas pelos maridos; e banir ajuda legal financiada pelo governo federal a mulheres que estejam procurando orientação sobre aborto ou divórcio (Ibid, p. 243).

Segundo os dados oficiais de atividade legislativa da Câmara Federal de 2019 a janeiro de 2022 a deputada Carla Zambelli protocolou 210 propostas legislativas⁸⁶. Dessas 210 propostas, dois instrumentos legislativos foram mais utilizados pela deputada, os protocolos de Projetos de Lei (PL) e Requerimentos (REC). Foram protocolados 78 requerimentos, o que representa 37% da atividade legislativa total, e 62 protocolos de Projetos de Lei (29,6%).

A deputada Chris Tonietto protocolou, de 2019 até janeiro de 2022, 270 propostas legislativas. Entre os instrumentos legislativos mais utilizados estão também os Projetos de Lei (PL), com 53 protocolos, e os Requerimentos (REC), com 46. Dos 62 Projetos de Lei protocolados pela deputada Carla Zambelli e dos 53 protocolados pela deputada Chris Tonietto, 10 são de coautoria das deputadas. Dos 10 projetos protocolados, cinco são assinados pela Bancada do PSL e referem-se a projetos de administração pública, um de rigor *punitivista* criminal, enquanto quatro projetos circundam o tema da agenda antigênero e revisionista da Câmara. São estes:

- 1) PL 1977/2020. Autor: Chris Tonietto - PSL/RJ e Carla Zambelli - PSL/SP, e outros. Ementa: Altera e revoga dispositivos da Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, a fim de aprimorar sua redação. Esta lei altera e revoga dispositivos que tratam do atendimento de pessoas em situação de violência sexual.
- 2) PL 1515/2021. Autor: Chris Tonietto - PSL/RJ e Carla Zambelli - PSL/SP. Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade “telemedicina”.
- 3) PL 246/2019. Autor: Chris Tonietto - PSL/RJ, Carla Zambelli - PSL/SP e outros. Ementa: Institui o "Programa Escola sem Partido".
- 4) PL 2824/2019. Autor: Chris Tonietto - PSL/RJ e Carla Zambelli - PSL/SP, e outros. Ementa: Declara a Princesa Isabel patrona da Abolição da Escravatura no Brasil.

Faremos a seguir uma breve análise dos cinco projetos conjuntos. O Projeto de Lei 1977/2020 (1) de coautoria das deputadas têm como objetivo restringir o termo “profilaxia da gravidez” dos procedimentos de atendimento médicos às vítimas de violência sexual. O termo profilaxia da gravidez, segundo o Ministério da Saúde, refere-se à utilização da conhecida “pílula do dia seguinte” e, segundo a justificativa das autoras, o termo da lei em questão estaria sendo utilizado indevidamente por médicos

⁸⁶ Propostas legislativas incluem as Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Projeto de Lei Complementar (PLP), Projeto de Lei (PL), Medida Provisória (MPV), Projeto de Lei de Conversão (PLV), Projeto de Decreto Legislativo (PDL), Projeto de Resolução (PRC), Requerimento (REC), Requerimento de Informação (RIC), Requerimento de Instituição de CPI (RCP), Mensagem (MSC) e Indicação (INC).

para “estimular seu uso”. O Projeto de Lei 1515/2021 (2) pretende proibir qualquer prática de telemedicina de abortamento, incluindo aborto legal.

A justificativa é que a Lei 13.989/20, regulamentada durante a pandemia para autorizar a telemedicina, estaria incentivando a “cultura do aborto” no Brasil. O Projeto de Lei 246/2019 (3) tem como objetivo regulamentar o projeto “Escola Sem Partido”. Sob a alegação da existência de “doutrinação ideológica” nas escolas, as autoras ainda vedam a “veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2019).

O Projeto de Lei 2824/2019 (4), assinado com outros deputados católicos como Filipe Barros (PSL-PR), Eros Biondini (PROS-MG) e Francisco Jr. (PSD-GO) e do deputado evangélico João Campos (Republicanos-GO), declara a Princesa Isabel patrona da Abolição da Escravatura no Brasil. O projeto tem como objetivo referenciar o ato de “heroísmo” e homenagear a Princesa Isabel que, a partir da sua formação católica, teria tido “sábria participação no processo de extinção da escravidão no Brasil” (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2019).

É possível reconhecer a existência de uma unidade legislativa, mesmo que mínima, entre as deputadas em torno de legislações antigênero no país. Dos quatro projetos, três citam “restrição” e “proibição”, enquanto outro regulamenta uma homenagem colonial aos feitos da Princesa Isabel a partir de um revisionismo histórico de aura da santidade.

O relatório “Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação e Mobilização Social” (2021), organizado pela Sexual Policy Watch (SPW) e por um conjunto de organizações da sociedade civil, demonstra a existência da *repolitização* dos religiosos antigênero e seus efeitos no Estado.

[...] os impactos da neoliberalização da política estatal e da vida social, esse campo específico da ação estatal - gênero, sexualidade e direitos humanos - foi particularmente comprometido pela repolitização do religioso. Ou seja, de um lado, por efeitos da restauração neoconservadora do campo católico (nos papados de João Paulo II e Benedito XVI) e, por outro, pela expansão e politização concomitante do evangelismo fundamentalista. Ambas tendências tiveram impactos tanto sobre as normas e condutas sociais, quanto no plano da elaboração das leis e políticas públicas (SPW, 2021, p. 9).

Nesse sentido, o protocolo de legislações contrárias e restritivas ao gênero, como o das deputadas católicas Carla Zambelli e Chris Tonietto, se localizam diante

do universo público onde a “ideologia antigênero está decididamente enraizada no aparelho estatal” (SPW, 2021, p. 14). A retórica da “ideologia de gênero” segue ancorando as práticas legislativas que refletem a atmosfera antigênero no parlamento, gênese estritamente católica.

No Brasil, essa propagação foi feita inicialmente através de circuitos ultracatólicos, como o Instituto Plínio Correia de Oliveira (IPCO) e a editora carismática Canção Nova que, em 2008, publicou a tradução em português de uma versão mais curta do livro “A agenda de gênero: redefinindo a igualdade” (1997), de autoria de Dale O’Leary. Esta difusão permaneceu em grande parte confinada aos circuitos católicos até 2013, quando foi retomada pela mídia digital fundamentalista evangélica e suas lideranças políticas. Posteriormente, o termo voltaria a circular no Congresso Nacional durante a controvérsia em torno do chamado “Kit Gay” sendo, partir de 2013, incorporado definitivamente, ao vocabulário dos neoconservadores religiosos e atores políticos de direita. Um momento forte dessa adesão se deu no contexto do ataque contra o gênero na educação orquestrado por grupos católicos e evangélicos no curso dos debates que tiveram lugar nos planos federal, estadual e municipal sobre o que viria a ser o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Ibid., p. 12).

Em contraposição a um antifeminismo de Estado – exercido no Brasil durante o governo Bolsonaro e auxílio de Damares, vimos ascender no país vizinho, Chile, sob gestão do presidente Gabriel Boric (SC), um feminismo de Estado. Em seu primeiro discurso enquanto presidente, afirmou que irá construir um “futuro feminista” e atuará na criação de uma Agenda Feminista Programática, observando os feminismos enquanto alternativa política de país.⁸⁷

Em se tratando do antifeminismo de Estado, hipótese pela qual navega esta pesquisa, se reconhece, através do envio de emendas parlamentares, a instrumentalização de recursos públicos para executar parte da agenda antigênero “no arcabouço de políticas públicas federais com inevitáveis rebatimentos sobre outras esferas da gestão pública” (SPW, op. cit., p. 13). Nesse sentido, além da unidade programática legislativa das deputadas católicas, faz-se necessário reconhecer qual relação às congressistas estabeleceram com outras esferas do Estado como, por exemplo, o Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos (MFMDH), liderado pela Ministra Damares Alves.

⁸⁷ Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/12/20/boric-presidente-eleito-no-chile-promete-protagonismo-as-mulheres.htm>. Acesso em janeiro de 2022.

3.1. Emendas parlamentares

Deputados(as) podem apresentar anualmente emendas ao Orçamento da União, pelas quais os parlamentares podem sugerir ao Poder Executivo gastos específicos para atender demandas da comunidade que representam. A partir de 2006, as emendas passaram a ser recursos impositivos. Isso significa que, quando o Congresso Nacional aprova indicações das emendas parlamentares, o Poder Executivo passa a ser obrigado a executar o gasto indicado. Nessa tabela encontramos as emendas parlamentares destinadas pelas deputadas ao Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos (MFMDH) entre 2020 e 2022.

Tabela 3: Emendas parlamentares destinadas pelas deputadas federais Carla Zambelli (PSL-SP) e Chris Tonietto (PSL-RJ) para o Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos – LOA 2020-2022

Deputada	Órgão	Objeto	Estado/localidade	Valor	Ano
Carla Zambelli	MDH	Fortalecimento da Família	Estado de São Paulo	R\$ 400.000,00	2020
	MDH	Promoção e defesa de Direitos Para Todos	Federal	R\$ 600.000,00	2021
	MDH	Fortalecimento da Família	Federal	R\$ 954.000,00	2021
	MDH	Implementação da Casa Da Mulher Brasileira E De Centros De Atendimento Às Mulheres	Federal	R\$ 823.000,00	2021
	MDH	Fortalecimento da Família	São Paulo	R\$ 200.000,00	2022
	MDH	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	São Paulo	R\$ 400.000,00	2022
	MDH	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	Rio De Janeiro	R\$ 200.000,00	2020
	MDH	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	Rio De Janeiro	R\$ 360.000,00	2020

Chris Tonietto	MDH	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	Rio De Janeiro	R\$ 300.000,00	2020
	MDH	Fortalecimento Da Família	Rio De Janeiro	R\$ 500.000,00	2020
	MDH	Fortalecimento Da Família	Rio De Janeiro	R\$ 100.000,00	2022
	MDH	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	Rio De Janeiro	R\$ 150.000,00	2022

*Tabela de elaboração própria. Dados de emendas orçamentárias aprovadas disponíveis no site da Câmara Federal.

Juntas, as 12 emendas aprovadas e destinadas pelas deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto entre 2020 e 2022 ao Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos (MFMDH) somam o equivalente a R\$ 4.987.000,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil reais). Das políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério, vale destacar algumas onde fica evidente a utilização de recursos que tem por objetivo institucionalizar a caça à “*ideologia de gênero*”.

3.2. Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos (MFMDH)

Há uma relação institucional das deputadas, por meio de cursos e formações, com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Até a deputada estadual Ana Campagnolo (PSL-SC), que não representa um ente federal, foi convidada para participar de palestras institucionais no Ministério. No site oficial é possível acessar a lista dos convidados do “Fórum Nacional debate violência institucional contra crianças e adolescentes”, que contou com a participação das deputadas Chris Tonietto e Ana Campagnolo. A deputada Chris Tonietto proferiu palestra com o tema “A desconstrução da identidade promovida pela *ideologia de gênero*”, e a deputada Ana Campagnolo apresentou palestra com título “Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente”.

O convite é um indício de que há alinhamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos às posições antifeministas e neoconservadoras das deputadas. O que torna essa relação um indício de prática de antifeminismo de Estado, já que se tratou de um evento oficial do Ministério, realizado em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e com apoio do

Ministério da Educação. As palestras⁸⁸ estão disponíveis na página institucional (oficial) do *Youtube* do Ministério e podem ser consultadas por qualquer cidadão. Como desdobramento das palestras, foi publicada em versão e-book uma cartilha, documento público, na qual contam-se 26 ocorrências da das que consiste em disponibilizado a expressão “*ideologia de gênero*”.

Tratando das relações institucionais das deputadas com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Brasil, uma gestora une a articulação de Carla Zambelli e Chris Tonietto ao cumprimento de agendas políticas no Ministério: trata-se da jurista católica conservadora, atualmente Secretária Nacional da Família, Ângela Vidal Gandra. Ângela Gandra, além de madrinha de casamento da deputada Carla Zambelli, é o pêndulo católico dentro do Ministério de Damares responsável por abrir parcerias, propor seminários e políticas que vão na direção da concepção familista católica. Também é uma das escritoras convidadas do Jornal *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo, onde escreve sobre “família”, “política e fraternidade” e “educação”. É bem interessante refletir como atuam os diferentes neoconservadorismos religiosos dentro da gestão de Jair Bolsonaro. Enquanto o Ministério é encabeçado por uma pastora, reconhecida por anos de *lobby* nos saguões do Congresso, a Secretaria Nacional da Família ficou a cargo de uma católica.

Outra aproximação que une deputadas antifeministas remete a um tipo de ativismo neoconservador que não fica restrito às propostas legislativas antigênero. Para fazer aproximações com a deputada evangélica Ana Campagnolo (PSC-SC), é preciso reconhecer que práticas políticas antifeministas, externas ao parlamento, são estimuladas com vistas a uma agenda neoconservadora.

Tabela 4: Eventos externos ao horizonte parlamentar *stricto sensu* e que contaram com a participação das três deputadas:

Deputada	Evento	Organização	Data	Observação
Carla	1º Fórum Conservador Potiguar	Sem informação	02/11/2021	Uniu conservadores de todo o país e contou com a participação de personalidades do Brasil e do

⁸⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tNutCbebXq8>. Acesso em janeiro de 2022.

Zambelli				RN
	Inauguração do Instituto Dom Pedro II	Sem informação	15/11/2019	
	1º Congresso da Mulher Eleita	Karina Kufa, advogada do presidente Jair Bolsonaro	09/12/2021	
	"Maratona Mais Mulheres na Política"	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	09/10/2020	Outras mulheres de direita participaram
Chris Tonietto	"Doutrina Social da Igreja - Aula 1"	Centro Dom Bosco	25/06/2019	Evento com paroquianos
	"A beleza e os desafios de se viver o amor em família"	Paróquia São Rafael Arcanjo	12/08/2021	Evento com paroquianos
	"A desconstrução da identidade promovida pela ideologia de gênero" no Fórum Nacional sobre Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	27/04/2021	Evento público
	"Seminário Globalismo - Educação globalista e a proposta de secundarizar as instituições"	Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)	10/06/2019	Evento público
Ana	Apresentação do livro "Feminismo:	UniFil – Centro	27/03/2021	

Campagnolo	Perversão e Subversão”	Universitário Filadélfia, de Londrina/PR		
	Palestra sobre feminismo	“Burke Instituto Conservador”	29/03/2019	
	Palestra sobre feminismo	CPAC (Conservative Political Action Conference)	12/10/2019	Maior evento conservador do mundo
	“Ideologia: desserviço na educação” no Fórum Nacional Sobre Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	27/04/2021	

*Tabela de elaboração própria.

As deputadas antifeministas se apropriam de um *capital simbólico* (BOURDIEU, 1987, p. 164) para fortalecer o termo “*ideologia de gênero*” em espaços tanto estatais como religiosos. Como definem as autoras Amanda Mendonça e Fernanda Moura (2021), cristãs antifeministas parlamentares têm se apropriado de uma mobilização centrada na ideia de riscos. Riscos esses que são localizados na pauta moral que permite a disputa do Estado a partir de ativismos femininos neoconservadores. “Além de uma atuação enquanto parlamentares, essas cristãs antifeministas galgaram outros espaços de liderança institucional e política no país (MOURA & MENDONÇA, 2020).

Cada parlamentar se concentra em ênfases temáticas mais específicas dado o horizonte de suas palestras. É possível reconhecer em suas trajetórias conexões que unem as três deputadas à produção e fomento de espaços antifeministas. Ou seja, essas parlamentares produzem projetos, moções e audiências para frear a agenda antigênero, mas há outros artifícios externos ao ambiente parlamentar que também compõem o *ethos* parlamentar de seus mandatos, como a criação de plataformas de venda de livros, de cursos e de clubes de estudo voltados à produção antifeminista.

Apesar da deputada Carla Zambelli também conceder palestras com vistas à agenda antigênero, diferentemente da deputada Ana Campagnolo e da deputada Chris Tonietto, sua atuação pública é mais voltada à participação em espaços institucionais

no governo Bolsonaro, sendo ela a que menos “surfa” em um tema só, não se restringindo a tratar somente de questões de gênero e sexualidade. A deputada atua em temas mais diversificados como segurança e meio-ambiente, além de ser a deputada que “não soltou a mão de Bolsonaro” mesmo diante de diversas crises políticas do governo.

Considerações Finais

A dissertação trabalhou com o uso da análise de trajetórias para o estudo de interações *socioestatais* (GUTIERRES, 2018, p. 85) com foco em duas deputadas católicas autoidentificadas antifeministas.

Ao localizar a trajetória das deputadas, a partir de uma linha do tempo, se reconheceu a formação de um ativismo feminino neoconservador para o qual bases católicas ultraconservadoras colaboraram com a chegada delas ao parlamento. Ao identificar aproximações e distanciamentos entre os ativismos das deputadas, foi possível reconhecer a importância das discussões dos Planos de Educação em suas trajetórias.

Ao caracterizar a trajetória de Carla Zambelli e Chris Tonietto, duas congressistas antifeministas, viu-se diferentes interesses de grupos católicos ultraconservadores (Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, Arautos do Evangelho e Centro Dom Bosco) na potencialização de vozes femininas contrárias à agenda pró-gênero. Para identificar o ponto de inflexão conservadora na trajetória das deputadas, se reconheceu o papel que o discurso antifeminista cumpriu durante o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT). Bem como as peças misóginas que serviram como artimanha para o machismo institucional, sendo um mobilizador público contra mulheres na política.

A partir da divulgação de conteúdo e formações antifeministas, se reconheceu que a direita religiosa tem se apropriado de uma estratégia de *e-commerce* como livrarias virtuais, clubes e rodas de leitura, com objetivo de difundir ideários neoconservadores. Neste mesmo *corpus* empresarial-religioso, deputadas protestantes também encontram espaço para promoção de um *marketing religioso* com objetivo de difundir ideários familistas a partir de *capitais simbólicos* (BOURDIEU, 1987). Como é o caso da atuação da deputada Ana Campagnolo (PSL-SC), a “líder antifeminista”, citada como exemplo diversas vezes ao decorrer da dissertação.

A pesquisa identificou as estratégias discursivas reacionárias e *punitivistas* de que deputadas antifeministas se valem para reproduzir a ideia de que são “mulheres de bem” – classificação essa que delimita moralmente a segregação social (COSTA, 2021, p. 4).

Em se tratando da escola de formação política das deputadas, uma diferença relevante de temas nas trajetórias: Carla Zambelli – talvez até pelo fator etário (onze

anos de diferença) – iniciou seu ativismo público (aquele que podemos identificar na divulgação de entrevistas, publicações e campanhas nas redes sociais) em 2011, cinco anos antes de Chris Tonietto. A diferença da escola de formação reconhecida é que Carla Zambelli iniciou seu ativismo na atuação em torno do movimento anticorrupção, enquanto Chris Tonietto teve como centro a organização de eventos “contra o gênero” ligados diretamente à Igreja Católica e ao seu grupo, Centro Dom Bosco.

No capítulo três, recuperou-se as aproximações e distanciamentos, reconhecendo as tensões e adesões das deputadas católicas diante da disputa do Estado. Na perspectiva de distanciamento, são abordadas temáticas de meio-ambiente, por parte da deputada Carla Zambelli, e a utilização de dispositivos jurídicos, pela deputada Chris Tonietto, como estratégias de aproximação de grupos católicos ultraconservadores. Também se identificou a existência de uma tensão religiosa na indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF). De um lado, a deputada católica Carla Zambelli reivindicou que o cargo fosse ocupado pelo evangélico André Mendonça, enquanto a deputada Chris Tonietto reivindicava a nomeação de juristas católicos.

Já no eixo das aproximações, o elemento da maternidade foi um ponto em comum da posição conservadora sobre o papel das mulheres. Evidenciou também a “*maternidade política*” que está em disputa entre as deputadas antifeministas e feministas na Câmara Federal. Outro elemento de unidade é o cometimento e reconhecimento da violência política de gênero que as deputadas sofrem reproduzem, bem como os silenciamentos perante as violências como parte do discurso antifeminista no parlamento.

Os dois últimos elementos de aproximação das deputadas, não menos importantes, são sobre a unidade programática que ambas têm em torno de Projetos de Lei (PL) que visam restringir, proibir e denunciar qualquer menção a gênero e seus desdobramentos sociais. Tais projetos fazem parte de um “programa” internacional da Nova Direita (FALUDI, 2001), cuja origem é oriunda da ala de americanos ultraconservadores. A expressão “*ideologia de gênero*”, de gênese católica, é, portanto, utilizada para outros fins além da pauta do aborto *stricto sensu*. Sendo desdobradas para as pautas de meio-ambiente, *ecossocialistas* e do Direito.

Autoras como Susan Faludi (2001) e Wendy Brown (2021) auxiliaram a investigação do fenômeno neoliberal e a ascensão do discurso antifeminista. A partir do conceito de *backlash* de Susan Faludi (2001) e da existência de uma racionalidade neoliberal proposta por Wendy Brown (2021), se localizou sobre os avanços do

discurso antifeminista como parte de um projeto de poder não exclusivo da América Latina.

Em comum, encontramos deputadas católicas antifeministas guiadas por uma religiosidade neoconservadora destinando emendas parlamentares ao Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos (MFMDH) para financiar políticas de Estado com objetivo de institucionalizar a “*ideologia de gênero*”. Com isso, confirmou-se a hipótese inicial da pesquisa sobre “como reconhecer nas práticas parlamentares de deputadas católicas neoconservadoras um antifeminismo de Estado”, porém, reconhecendo que não se restringem a: 1) deputadas católicas 2) ou ao fenômeno *bolsonarista*, mas que são parte de uma articulação transnacional de bojo maior onde diferentes atores religiosos disputam os rumos da Nova Direita.

Concluiu-se que a deputada Carla Zambelli tem atuado como empreendedora moral do bolsonarismo valendo-se das articulações políticas do alto escalão Ministerial e Governamental, enquanto a deputada Chris Tonietto atuou como um protótipo político de católica tradicional que atualizou, sem questionamentos, o repertório religioso católico neoconservador – sendo parte da ala “periférica” do bolsonarismo.

O caso das duas deputadas revela em que medida a ascensão da direita religiosa com Jair Bolsonaro levou a cabo, pela candidatura de deputadas antifeministas, uma “secularização estratégica” (TANAKA, 2020) através do uso intensivo das redes sociais e das ferramentas de comunicação de massa.

A pesquisa não “absolutizou” as deputadas Carla Zambelli e Chris Tonietto diante da direita religiosa, dado que poderiam ser observadas outras deputadas cristãs cuja expressão encontram eco no discurso antifeminista. Em função da limitação de tempo e das dificuldades enfrentadas em um contexto pandêmico, foi possível identificar, mas não aprofundar com a necessidade esperada, a existência de outras mulheres cristãs, jovens lideranças, auto identificadas antifeministas, que estão em primeiro mandato parlamentar, como Câmaras Municipais, ou produzindo conteúdos antifeministas nas redes sociais. É o caso das vereadoras católicas Gabriela Rodart (DEM), de Goiânia, e Cinthia Tonani (PP), de Resplendor (MG). De ativistas antifeministas cristãs que estão produzindo conteúdos nas redes sociais e que, possivelmente, disputarão vagas nas eleições de 2022, destacam-se as lideranças católicas de: Ana Luísa, do canal “Sabedoria Católica”, Carol Figueiredo, coordenadora da “Direita Minas”, Ana Carolderosa, Doutora em Farmacologia, e Cris Côrrea, autora do Grupo de Estudos “Não Existe Feminista Cristã”. Contudo, essa identificação abre

espaço para que, posteriormente, seus desdobramentos sejam investigados por meio de novas pesquisas. São lideranças que poderão ser observadas a partir de um estudo que articule religião, neoconservadorismos e a semântica antifeminista diante do espectro das juventudes.

Referências Bibliográficas

- ALESP, S. (2002). *O Legislativo paulista - Das eleições de 1532 à Lei Saraiva: As primeiras eleições*. São Paulo: Legislativo Paulista: Parlamentares, 1835-1999 <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=264890>>.
- ANTRA, A. N. (2020). *O Que fazer em caso de violência LGBTIfóbica*. Rio de Janeiro: Acesso <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf>> ago 2021.
- ARAÚJO, C. (2018). *Câmara dos Deputados terá menos homens brancos e mais mulheres brancas, negras e 1ª indígena em 2019*. Gênero e Número Por Carolina de Assis, Marília Ferrari e Natalia Leão. <<https://www.generonumero.media/camara-dos-deputados-tera-mais-mulheres-brancas-negras-e-indigena-e-menos-homens-brancos-em-2019/>> Acesso ago 2021.
- BIROLI, F. (2019). *A reação contra o gênero e a democracia*. Este artículo es copia fiel del publicado en la revista Nueva Sociedad 2019, dezembro 2019, ISSN: 0251-3552.
- BRASIL, A. p. (2021). *Quem somos*. EAB. São Paulo.: Movimento Eu Amo o Brasil. <http://www.euamooobrasil.org.br/quem-somos>.
- BROWN, W. (2020). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Filósófica Politéia. 2 reimpressões 2020.
- BURITY, J. (2015). *A CENA DA RELIGIÃO PÚBLICA: Contingência, dispersão e dinâmica relacional*. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Área: Ciências Humanas. CEBRAP.
- CAETANO, E. A. (2015). *Discurso que Dom Edmilson faria em audiência na Câmara Municipal sobre a "Ideologia de Gênero"*. Guarulhos: Folha Diocesana de Guarulhos. Maio de 2015. <<https://diocesedegarulhos.org.br/discurso-que-dom-edmilson-faria-em-audiencia-na-camara-municipal-sobre-a-ideologia-de-genero/>>.
- GALETTI, C. De que maneira o feminismo tornou-se inimigo da sociedade?. Coluna Diplomacia para Democracia. 20 de novembro de 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/11/20/de-que-maneira-o-feminismo-tornou-se-inimigo-da-sociedade.htm#:~:text=Um%20conjunto%20de%20pr%C3%A1ticas%20disciplinares,e%20submissas%20%C3%A0s%20conven%C3%A7%C3%B5es%20patriarcais>. Acesso em janeiro de 2021.
- GALETTI, C. C. H., MELO, J. M. C. (2021). *Neoconservadorismo, autoritarismo e mulheres: Um holofote sobre a Deputada Federal Joice Hasselmann (PSL)*. São Paulo: 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT- 44 Teorias do autoritarismo. Acesso <<file:///C:/Users/ferna/Downloads/Galetti%3B%20Melo%20-%20Neoconservadorismo,%20autoritarismo%20e%20mulheres.pdf>>.
- CARRANZA, B. (2020). *Apresentação: Erosão das democracias latino-americanas: a ascensão política dos cristãos*. Campinas: Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, v.22, e020013, 2020.
- CARRANZA, B. (2021). *Aula com Professora Brenda Carranza (UNICAMP-LAR) na disciplina Neoconservadorismo*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 03 de maio de 2021.
- CARVALHO, J. M. (2011). *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CENTRO CULTURAL SÃO BENTO, C. (2018). *Professor Felipe Nery Ministro da Educação*. 3 de outubro de 2018: Centro Cultural São Bento. Católicos com Bolsonaro. Acesso <<https://www.facebook.com/CentroCulturalSaoBento/photos/professor-felipe-nery->

- ministro-da-educa%C3%A7%C3%A3ojair-messias-bolsonaro-presidente-ele/2203119313290101/> em ago de 2020.
- COOPER, M. (2020). *A sagrada família: neoliberalismo e neoconservadorismo na extrema-direita hoje*.20. Entrevista com Melinda Cooper por Bruna Della Torre. Acesso <<https://marxismofeminista.com/2020/06/30/a-sagrada-familia-neoliberalismo-e-neoconservadorismo-na-extrema-direita-hoje/>> ago 2021.
- CORREA., P. e. (2018). *Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero*. São Paulo: Rev. psicol. polít. vol.18 no.43 São Paulo set./dez. 2018.
- DERRITE, G. (2020). *Projeto de Lei 5248/2020*. Câmara dos Deputados do Brasil: Centro de Documentação da Câmara. Acesso <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2265570>> ago 2021.
- DIGILIO, R. (2021). *Biografia*. São Paulo: Vereadores, biografia. Rinaldi Digilio. Acesso <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/rinaldi-digilio/>> ago 2021.
- FALUDI, Susan (2001). *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco.
- FAUSTO, B. (2012). *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- FEDERICI, S. (2010). *O Ponto Zero da Revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Rio de Janeiro: Elefante.
- FERREIRA, D. M. (2009). *Educação, militância católica e filosofia no Brasil*. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil.: Dossiê: Educação e Política: Novas Configurações nas Práticas de Militância.
- FOUCAULT, M. (1987). *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p: Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Do original em francês: Surveiller et punir.
- GEBARA, I. (2006). *Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara*. Florianópolis: Ponto de Vista • Rev. Estud. Fem. 14 (1) • Abr 2006. Acesso em <<https://www.scielo.br/j/ref/a/ZZ7mhVDBZCMGLmnDMpBMhNS/>> ago 2020.
- GEBARA, I. (2020). *A Teologia da Libertação e as mulheres*. Revista Sociedade e Cultura. 2020, v. 23: e61023.
- GONZAGA, A. C., & DO COUTO, D. R. (2019). *A DICOTOMIA PÚBLICO/PRIVADO EM HANNAH ARENDT E JÜRGEN HABERMAS: Interações e reflexões a luz da teoria crítica contemporânea*. Complexitas – Revista de Filosofia Temática, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 18-33, jan. 2019. ISSN 2525-4154. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/5460>>.: Complexitas – Revista de Filosofia Temática, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 18-33, jan. 2019. ISSN 2525-4154. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/5460>>. Acesso em: 22 jul. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/complexitas>.
- HASSELMANN, J. (2018). *Não foi golpe: os bastidores da luta nas ruas pelo impeachment de Dilma*. São Paulo: LVM Editora.
- ISAQUE, E. (2017). *Há 85 anos Getúlio Vargas garantia às mulheres o direito ao voto*. <<https://www.pdt.org.br/index.php/getulio-vargas-e-o-direito-ao-voto-das-mulheres-no-brasil/>>.
- ISER, R. e. (2020). *Plataforma Religião e Poder*. São Paulo: Institutos de Estudos da Religião. Acesso <<http://religioepolitica.com.br/#congresso>> ago de 2020.
- BONET-MARTÍ J. (2021). Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales.

- Teknokultura. *Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 18(1), 61-71. <https://doi.org/10.5209/tekn.71303>.
- JOÃO PAULO II, P. (1995). *Carta do João Paulo II às mulheres*. Solenidade dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo.: Vaticano.
- LACERDA, M. (2019). *O novo conservadorismo brasileiro de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk.
- MARCONDES, M. M. (2019). *TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO EM POLÍTICAS DE CUIDADO: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda*. São Paulo: Tese de Doutorado na Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O voto feminino no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. 149 p.
- MAZZA, L. (2020). *No Reino do Poder: O lobby discreto – e cada vez mais eficaz – dos juristas evangélicos*. Revista Piauí - EDIÇÃO 169.
- MENUCCI, J. M. (2018). *MOVIMENTO SUFRAGISTA E A CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL*. Ijuí - Rio Grande do Sul: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).
- MIGUEL., B. (2014). *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo.
- MONTEIRO, L. V. (2018). *Os Neogolpes e as Interrupções de Mandatos Presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil*. Rio de Janeiro: v. 49 n. 1_Mar/Jun (2018): Os Significados das novas quedas presidenciais na América Latina: instabilidade dos governos ou dos regimes?
- MULHERES, F. P. (2021). *Manifesto sobre a Reforma da Legislação Eleitoral e a Participação Feminina na Política Brasileira*. Brasil: Manifesto FADPM. Acesso <https://drive.google.com/file/d/1oDBtBFTTMgm9KsOrHec6Q-003h8N_IPI/view> ago 2021.
- NERY, F. (2021). *A ideologia política de gênero gera e propaga a ideia de que haja um conflito na sexualidade objetiva e real*. Instagram. Publicação no perfil público de Felipe Nery. Acesso <<https://www.instagram.com/p/CRpX1AINvPE/>> ago de 2021.
- NUNES, R. (2016). *Encontro em Homenagem ao Padre José Eduardo Oliveira e Silva*. São Paulo: Salão Nobre. Câmara Municipal de São Paulo - CMSP.
- NUNES-ROSADO, M. J. (2020). *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo. 1 edição.
- NUNES-ROSADO, Bandeira. (2021). *A quem pertence o termo “católicas”? Direito e mídia como arenas e estratégias do neoconservadorismo*. www.doi.org/1710.11606/issn.2176-8099.pcs0.2021.185324.
- OLIVEIRA-SILVA, P. J. (2017). *Biografia, Pe. José Eduardo de Oliveira e Silva*. Osasco: Ecclesiae. Acesso <https://ecclesiae.com.br/minha-mae-aparecida-pe-jose-eduardo?author_id=2051> ago 2021.
- ORTUNES, L. M. (2019). *Lideranças políticas no Brasil: da Teologia da Libertação ao Neofundamentalismo*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Ciência Política.
- PANOTTO, N. (2020). *Religiões, Política & Estado Laico: Novas abordagens para o contexto latino-americano*. São Paulo: Editora Recriar.
- PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. *Diferenças, igualdade*. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

- RANK, B. (2013). *Maior evento cristão do Brasil*. RankBrasil.: Recordes Brasileiros. Acesso https://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Sobre/0LLd/Sobre_O_Rankbrasil. Agosto 2020.
- RECH, C. M. (2016). *Ativismo Institucional como categoria analítica para o estudo das práticas políticas dos movimentos sociais no Brasil*. Universidade Federal de Sergipe – UFS: Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS.
- ROSADO-NUNES, M. J. (2008). *Direitos, cidadania das mulheres e religião*. Universidade de São Paulo.: Tempo Social, 20(2), 67-81. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000200004>.
- ROSADO-NUNES, Maria José. (2006). *Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara*. Florianópolis: Ponto de Vista • Rev. Estud. Fem. 14 (1) • Abr 2006.
- SANCHEZ, B. R. (2018). *Borrando as fronteiras entre Estado e sociedade: feminismo estatal e ativismo*. 42º Encontro Anual da ANPOCS: SPG 26 – Movimentos sociais e suas interações com o Estado: conflitos, instituições e.
- SÃO PAULO, C. M. (2018). *PL 197/2018 - Cria a Lei Paul Singer - Marco Regulatório Municipal da Economia Solidária*. São Paulo: Autoria do vereador Eduardo Suplicy (PT). Secretaria Geral Parlamentar. Equipe de Documentação do Legislativo. Consulta em <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0197-2018.pdf>> agosto de 2021.
- SHALOM, C. C. (2015). *A encíclica de Francisco diz não à ideologia de gênero*. 21 de junho de 2015: Site Comunidade Católica Shalom. Acesso <<https://comshalom.org/a-enciclica-de-francisco-diz-nao-a-ideologia-de-genero/>> agosto 2021.
- SILVA, Julia do Carmo. (2015). *Feministas por opção, Católicas pelo Direito de Decidir: agentes feministas na Igreja Católica*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.
- SILVA, V. R. (2020). *Em 53% das cidades brasileiras, nenhuma mulher negra ocupará a Câmara Municipal em 2021*. Rio de Janeiro: Gênero e Número <<https://www.generonumero.media/mulheres-negras-53-eleitas/>>.
- SILVEIRA, D. O. (2016). *Mulher, mãe e esposa: conservadorismo católico e representações do*. Amazonas: Universidade do Estado do Amazonas; Centro de Estudos Superiores de Parintins; Parintins.
- SOW, M. M. (2010). *A participação feminina na construção de um parlamento democrático*. E-legis, Brasília, n. 5, p. 79-94, 2º semestre 2010, ISSN 2175.0688: E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados.
- SUPLICY, E. (2021). *Nota oficial sobre o PL Paul Singer*. São Paulo: Site oficial do vereador Eduardo Suplicy. Acesso <<https://www.eduardosuplicy.com.br/site/nota-oficial/>> ago 2021.
- TONIOL, Rodrigo. CALDEIRA, Rodrigo. (2020). *Catolicismo eclipsado: A longa duração do conservadorismo brasileiro e a invisibilidade do catolicismo no período mais recente*. São Paulo/SP.: Saída pela Direita. Conservadorismo, nacionalismo e bolsonarismo, no Brasil e no mundo. Folha de São Paulo.
- VATICANO, R. (2002). *Congregação para a Doutrina da Fé. Nota doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política*. Vaticano, Roma.